

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

“MA QUE SOLE QUENTE”: A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DOS DESCENDENTES DE ITALIANOS EM
PEDRA DOURADA/MG

PRISCILA SILVA DOS SANTOS

Rio de Janeiro
Setembro de 2019



UFRJ

“MA QUE SOLE QUENTE”: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS DESCENDENTES DE ITALIANOS EM PEDRA DOURADA/MG

PRISCILA SILVA DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Sociologia e Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rabossi

Rio de Janeiro
Setembro de 2019

**“MA QUE SOLE QUENTE”: A CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE DE DESCENDENTES DE ITALIANOS
EM PEDRA DOURADA/MG”**

PRISCILA SILVA DOS SANTOS

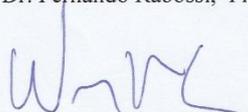
Orientador: Prof. Dr. Fernando Rabossi

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

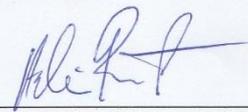
Aprovada por:



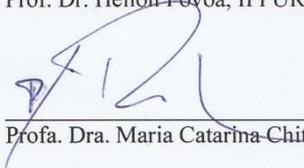
Prof. Dr. Fernando Rabossi, Presidente, PPGSA/IFCS/UFRJ



Prof. Dr. Wagner Chaves, PPGSA/IFCS/UFRJ



Prof. Dr. Helion Póvoa, IPPUR/UFRJ



Profa. Dra. Maria Catarina Chitolina Zanini, UFSM

Prof. Dra. Felícia Picanço, PPGSA/IFCS/UFRJ (suplente)

Prof. Dra. Miriam de Oliveira Santos, UFRRJ (suplente)

Rio de Janeiro

Setembro/2019

CIP - Catalogação na Publicação

S237" Santos, Priscila Silva dos
"Ma que sole quente": a construção da identidade
dos descendentes de italianos em Pedra Dourada/MG.
/ Priscila Silva dos Santos. -- Rio de Janeiro,
2019.
116 f.

Orientador: Fernando Rabossi.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências
Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e
Antropologia, 2019.

1. Imigração Italiana. 2. Identidade. 3.
Italianidade. 4. Pedra Dourada. I. Rabossi,
Fernando, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

À minha avó, Ilda Belletti (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Acredito que o período de pesquisa e escrita da dissertação é difícil para todo mestrando. Porém, ele se torna mais fácil quando temos o apoio de pessoas queridas.

Primeiramente, agradeço à minha mãe Marlene, quem sempre batalhou para me dar a melhor educação que estivesse ao seu alcance. Agradeço também por sempre ter me acompanhado em vários momentos da minha pesquisa, seja aqui no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais.

Agradeço ao meu namorado, Manuel, por todo o apoio “prático” e emocional durante esse tempo. Por dedicar-se a ler o que eu escrevia, dar sua opinião e me acompanhar em minhas “aventuras imigrantes” pelo Brasil, Itália e França. E, em momentos em que eu pensei que não conseguiria terminar a pesquisa, ele sempre estava lá para me dizer: “é claro que você consegue! Olha quanta gente acha incrível o seu trabalho! Agora, abra o *Word* e continue escrevendo. *Uno, dos, tres, ya!*”.

Agradeço às famílias Belletti, Borsari, Fava e Ferrari pela recepção e tantas amizades que fiz durante a pesquisa. Começando pela minha família Belletti, agradeço à tia Ana, que é a verdadeira guardiã das lembranças da família e de Pedra Dourada. Que foi minha intermediária em vários momentos, me acompanhou para falar com os descendentes que eu não conhecia e ficava horas respondendo às minhas perguntas (até de madrugada)! Agradeço à Lauricy Belletti (*in memoriam*), minha “prima-avó”, quem sempre me recebeu tão bem em sua casa, tinha a paciência de me contar histórias e me deu cópias de todos os documentos históricos que ela possuía. Assim como, agradeço à sua irmã Conceição, pela mesma presteza em receber-me e me dar a única foto que existe da minha bisavó – que até então, ninguém sabia de sua existência. Sou grata, igualmente, a todos os outros familiares que cederam um pouco de seu tempo para contribuir com a minha pesquisa.

Agradeço a todos os membros da família Borsari que me deram informações sobre seus antepassados e, tão gentilmente, se dispuseram a me mostrar documentos e contar suas histórias. Um agradecimento especial ao Darci e à Gisele, duas gerações que amam tanto sua origem italiana e a representam tão bem!

Agradeço aos descendentes das famílias Fava e Ferrari, que são primos entre si e se tornaram meus amigos. Sou grata de igual maneira a todos, que tanto me ajudaram com a pesquisa. Mas, não posso deixar de mencionar a paciência do Tetei em me contar

e recontar as histórias, quantas vezes foi preciso, em me levar até o Córrego dos Favas – onde eram as terras de seu avô Alexandre – e ao seu sítio para me mostrar “ao vivo” como a família se desenvolveu em Pedra Dourada há tantos anos atrás. Ao Vanderli Fava e à Cristiane Ferrari, com quem mantive contato durante todo o percurso da pesquisa e me escreviam a cada novidade que descobriam, pois sabiam que seria importante para mim. À dona Rosinha Fava, pela maravilhosa recepção e pela tarde de histórias que me ofereceu. Ao Julio Fava, sua irmã Elaine e seu primo Rogério Carrara, pelo tempo que se dedicaram a responder minhas perguntas. À Alice Ferrari, pela simpatia em receber-me em sua casa e por ter compartilhado comigo tantas memórias preciosas sobre seus avós.

Agradeço aos meus amigos Fabiano de Moras, Mariana da Fonte e Paula Napolião pelo apoio mútuo nos processos de campo e escrita. Aos meus colegas e, também, orientandos do Prof. Dr. Fernando Rabossi, muito obrigada por todas as dicas que me deram durante as reuniões e fora delas. Foram importantíssimas para o andamento da pesquisa.

Agradeço aos meus familiares e amigos de Poviglio e Pomponesco (Itália): à toda a família Cantoni e, em especial, aos meus primos Carolina Cagossi e Enrico Caleffi. Por fazerem com que eu me sentisse em casa a cada visita que os fiz e me apresentarem a nossa história do outro lado do Atlântico. Às minhas amigas Paola Mossini, Chiara Baldini, Elisa Sanfelici e Sharon Cantoni. Ao prefeito de Pomponesco, Giuseppe Baruffaldi, e ao meu grande amigo Giuseppe Ballabeni (*in memoriam*). À minha prima Guillermina Chiodin, que desde Rosario (Argentina), compartilha comigo esse amor pela genealogia. Cada um, a seu modo, contribuiu nas descobertas da história dos Belletti e Cantoni. Agradeço à minha amiga Erica Valentini, pois sem sua ajuda em 2014, eu não conheceria nenhuma das pessoas que mencionei anteriormente. Mas, não só por isso, meu muito obrigada é pelo apoio de sempre.

Agradeço ao Cônsul da Itália em Belo Horizonte, Sr. Dario Savarese, pela presteza em me fornecer os dados sobre reconhecimento de cidadania *jus sanguinis* no Consulado e pela gentileza em dedicar um pouco de seu tempo para tirar algumas de minhas dúvidas. Ao Arquivo Público Mineiro, por ter me enviado diversos documentos de seu acervo que foram essenciais para a evolução da minha pesquisa.

Agradeço aos professores do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) pela oportunidade que tive em apresentar parte da minha pesquisa em dezembro de 2018. Em especial, ao Prof. Dr. Helion Póvoa Neto e à Profª. Dra. Maria Catarina

Zanini por fazerem parte da minha banca no Exame de Qualificação e por todos os conselhos que me foram dados referentes ao aprimoramento do meu trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Rabossi, pelo auxílio durante esses dois anos e meio. Ouvir do seu orientador que “vai dar tudo certo”, é sempre um alívio! Aproveito para agradecer aos demais professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Também agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa que me foi concedida e que possibilitou a realização desta pesquisa.

RESUMO

“MA QUE SOLE QUENTE”: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS DESCENDENTES DE ITALIANOS EM PEDRA DOURADA/MG

Priscila Silva dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rabossi

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

Essa dissertação trata da construção da italianidade entre os descendentes de italianos imigrados para Pedra Dourada – Minas Gerais. Os três capítulos se desdobram em torno da pergunta “o que é ser italiano?”.

A partir da análise de documentos públicos (disponíveis em plataformas para consulta pública) e privados (cartas e certidões do acervo das famílias), entrevistas com os descendentes e interações em seus meios de convivência, é possível ver de que maneira os acontecimentos políticos, sociais e econômicos influenciaram e moldaram a identidade de cada um, no que diz respeito à origem italiana. E ainda, como os Estados permearam e permeiam os contextos vividos pelas gerações. Assim, mostrando o constante processo de negociação das identidades no decorrer das trajetórias familiares.

Palavras-chave: Identidade; Italianidade; Imigração Italiana.

Rio de Janeiro

Setembro de 2019

ABSTRACT

“MA QUE SOLE QUENTE”: IDENTITY CONSTRUCTION FOR ITALIAN DESCENDANTS IN PEDRA DOURADA/MG.

Priscila Silva dos Santos

Academic Advisor: Prof. Dr. Fernando Rabossi

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

This thesis focuses on the construction of italianity amongst the descendants of italian migrants in the village of Pedra Dourada - Minas Gerais. The three chapters of this work will be built around one central question “what does it mean to be Italian?”.

Through analyses of public documents (available to the public in various platforms) and private documents (letters and certificates from family archives), interviews with descendants and interactions in their daily lives, it is possible to witness how political, social and economical events influenced and molded the identity of each one of them, and how these identities relate to their Italian origin. Furthermore, it is possible to ascertain how some States influenced and still have an impact on the realities that many generations live through. Thus, one can see how identities have evolved through each family history, in a constant process of evolution and negotiation.

Keywords: Identity; Italianity; Italian Immigration.

Rio de Janeiro

September 2019

ABSTRACT

“MA QUE SOLE QUENTE”: LA COSTRUZIONE DELL’IDENTITÀ DEI DISCENDENTI DI ITALIANI A PEDRA DOURADA/MG

Priscila Silva dos Santos

Relatore: Prof. Dr. Fernando Rabossi

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia e Antropologia.

Questa tesi di laurea magistrale tratta della costruzione dell’italianità tra i discendenti di italiani immigrati a Pedra Dourada – Minas Gerais. I tre capitoli si sviluppano intorno alla domanda “cosa significa essere italiano?”.

D’analisi di documenti pubblici (disponibile sulle piattaforme per consulta pubblica) e privati (lettere e certificati degli archivi famigliari), interviste con i discendenti e interazione nei loro spazi di convivenza, è possibile vedere in quale modo gli eventi politici, social ed economici hanno influenzato e modellato l’identità di ognuno, per quanto concerne l’origine italiana. Altresì come gli stessi hanno permeato e permeano i contesti vissuti dalle generazioni, mostrando quindi un costante processo di negoziazione delle identità nel corso delle traiettorie famigliari.

Parole chiave: Identità; Italianità; Immigrazione Italiana.

Rio de Janeiro

Settembre 2019

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Pedra Dourada em 1934. (p. 20)
- Figura 2 - Pedra Dourada por volta dos anos 1980. (p. 20)
- Figura 3 - Pedra Dourada atualmente. A pedra Dourada está à direita da foto. (p. 21)
- Figura 4 - Tommasi, Angiolo. Gli emigrante. 1895. Óleo sobre tela, 262 x 433 cm. (p. 28)
- Figura 5 - Enrico Belletti em sua juventude. (p. 30)
- Figura 6 - Luigi Belletti quando adulto. (p. 30)
- Figura 7 - Alessandro Fava, já idoso, e sua esposa Argia Degli Esposti. (p. 31)
- Figura 8 - Adolfo Fava e sua esposa Rosa Cirelli. (p. 32)
- Figura 9 - Riccardo Ferrari. (p. 32)
- Figura 10 - distância entre as cidades das famílias Belletti (em laranja), Fava (em marrom) e Ferrari (em roxo) e o porto de partida, em Gênova (em azul). (p. 33)
- Figura 11 - proveniência das famílias Belletti (em laranja) e Ferrari (em roxo). (p. 34)
- Figura 12 - cidades de proveniência dos membros da família Fava. (p. 34)
- Figura 13 - locais de destino das famílias Borsari (magenta), Belletti e Ferrari (azul), da família Fava (roxo) e Pedra Dourada (amarelo) onde todos se estabeleceram posteriormente. (p. 35)
- Figura 14 - Irineu Fava (Tetei) no local conhecido como Córrego dos Favas, onde se situavam as terras de propriedade de seu avô Alexandre Fava. (p. 36)
- Figura 15 - local que era de propriedade de Rafael Fava, no Córrego dos Favas. (p. 36)
- Figura 16 - Itália antes da Unificação. (p. 40)
- Figura 17 - Itália depois da Unificação. (p. 40)
- Figura 18 - Ana Maria Almeida (família Belletti) fazendo angu em sua casa. (p. 45)
- Figura 19 - 1º passo – fazer o angu e deixar descansando em um prato esmaltado em cima do fogão à lenha aceso. (p. 46)
- Figura 20 – 2º passo - com o calor do fogão, em cima irá criar uma espécie de "pele" que deve ir sendo retirada. (p. 46)
- Figura 21 – 3º passo - retirada a pele, deve-se colocar para secar no varal em cima do fogão. (p. 47)
- Figura 22 – 4º passo - depois de secas, estão prontas para serem fritas. (p. 47)
- Figura 23 - 5º passo - as peles de angu são fritas e colocadas para escorrer a gordura em um papel toalha. (p. 47)
- Figura 24 - Henrique Ferrari. (p. 51)

- Figura 25 - Maria Belletti. (p. 52)
- Figura 26 - panfleto da AIB de 1937. (p. 58)
- Figura 27 - panfleto da AIB de 1937. (p. 59)
- Figura 28 – assinantes do jornal “O Integralista” de Carangola. (p. 62)
- Figura 29 - agências consulares italianas no Brasil, destaque para as de Carangola e Muriaé. (p. 64)
- Figura 30 - agências consulares italianas em Minas Gerais, com destaque para a de Carangola. (p. 65)
- Figura 31 – correspondentes italianos no Brasil do jornal “Il Bersagliere”. (p. 65)
- Figura 32 - Federico Carelli, agente consular de Carangola. (p. 66)
- Figura 33 - foto de Federico Carelli. (p. 66)
- Figura 34 - convocação aos douradenses para que votem em Eurico Gaspar Dutra. (p. 74)
- Figura 35 - título de eleitor de Luiz Belletti. (p. 75)
- Figura 36 - Folder de uma palestra sobre cidadania italiana. (p. 96)
- Figura 37 – Folder de uma palestra sobre cidadania italiana. (p. 97)
- Figura 38 – Informe do site do Consulado Geral da Itália no Rio de Janeiro sobre agendamentos. (p. 98)
- Figura 39 – Cristiane Ferrari com os livros das famílias Ferrari e Fava. (p. 102)
- Figura 40 - mesa de Alexandre Fava. (p. 103)
- Figura 41 – Dona Rosinha e a mesa de Alexandre Fava. (p. 103)
- Figura 42 - relógio de parede de Alexandre Fava. (p. 104)
- Figura 43 – bengala de Alexandre Fava. (p. 104)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira

AN – Arquivo Nacional

APM – Arquivo Público Mineiro

BN – Biblioteca Nacional

COMITES – Comitê dos Italianos no Exterior

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DOP – Delegacia de Ordem Pública

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

ENIT – Agência Nacional Italiana de Turismo

EUROSTAT – Escritório de Estatísticas da União Europeia

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JK - Juscelino Kubitschek

MG – Minas Gerais

PIN – Pugliesi Innovativi

PSD – Partido Social Democrático

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: A imigração e as histórias de família em Pedra Dourada	27
1.1 “Mamma mia dammi cento lire che in America voglio andar!”	27
1.2 Os imigrantes e seus destinos	28
1.3 A vida dos imigrantes em Minas Gerais	35
1.4 “L’Italia è fatta. Ora bisogna fare gli italiani”	38
1.5 “A minha italiana é linda e trata muito bem de mim. Almoço é macarronada, polenta e codeguim”	41
1.6 “Lasciatemi cantare, perché ne sono fiero. Sono l’italiano. L’italiano vero!”	50
CAPÍTULO 2: O papel das mudanças sociais e políticas na construção da identidade de origem dos descendentes	55
2.1 Os camisas-verdes na Zona da Mata Mineira	56
2.2 Os interesses fascistas no Brasil	63
2.3 O perfil dos italianos.....	67
2.4 A herança do nazifascismo	68
2.5 A caça aos “eixistas” e integralistas: o estigma da italianidade	71
2.6 “Ninguém falava nada”	76
CAPÍTULO 3: A italianidade hoje entre os descendentes	80
3.1 O que é ser italiano?	80
3.2 Você se sente italiano?: a importância do sangue	84
3.3 O turismo de retorno	87
3.4 Para ser “italiano de verdade”	89

3.5 Passaporte para o futuro: o aumento nos reconhecimentos de cidadania italiana	92
3.6 O mercado da cidadania italiana	95
3.7 Uma identidade interessada	99
3.8 Uma identidade valorativa	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
BIBLIOGRAFIA	111

INTRODUÇÃO

“Um dia eu queria ir à Itália procurar a família da minha mãe”. Essa frase, dita em 2009 pela minha avó materna, Ilda, foi o pontapé inicial para que eu começasse a me interessar em buscar minhas origens. Além da pesquisa genealógica, a história da imigração italiana também passou a fazer parte das minhas leituras nas horas livres. Até que, em 2017, chegou o momento de preparar o projeto de pesquisa para as seleções de mestrado. Eu sabia que queria estudar algo relacionado à imigração, pois sempre foi um assunto que atraía minha atenção. Pensei: por que não usar pesquisas sobre a minha família como inspiração para a escolha do tema da dissertação?

Esta ideia foi se aperfeiçoando e resultou no meu problema de pesquisa: como se constrói a identidade dos descendentes de italianos imigrados para Pedra Dourada – Minas Gerais? Meu objetivo principal é compreender como os processos de socialização enfrentados por esses descendentes influenciaram na formação dessa dimensão identitária relacionada a sua origem. Logo, como objetivos específicos, pretendo abordar as trajetórias de quatro famílias imigrantes (Belletti, Borsari, Fava e Ferrari) e seu desenvolvimento na cidade de Pedra Dourada; compreender como se deu, no âmbito familiar e coletivo, a construção da identidade dos descendentes com relação à origem italiana. Também, me interessa compreender como os acontecimentos históricos e sociais vivenciados por cada grupo influenciaram na manutenção ou transformação de sua identidade de origem; e compreender como, segundo os contextos em que vivem, os descendentes mobilizam sua origem italiana e qual o significado dessas ações.

Nessa introdução, mostrarei como se deu a definição do tema, do objeto, o desenho do problema de pesquisa, dos meus objetivos, a metodologia utilizada e um resumo do que os leitores poderão encontrar nos três capítulos seguintes.

Portanto, inicio esta dissertação contando sobre o primeiro passo de tudo, a busca dos documentos da minha família. Minha avó não tinha nenhuma informação a mais para me fornecer sem ser a de que sua mãe era italiana. Em 2011, ela faleceu e passei a contar apenas com a memória (e ajuda) de outros parentes. Na época, uma prima trabalhava no cartório de Carangola (cidade vizinha a Pedra Dourada, onde vivia minha avó) e pedi que ela visse se havia algum registro de casamento ou óbito da nossa bisavó, Maria Belletti. Como dizia minha família, ela tinha vindo da Itália com seis ou oito anos. No cartório foi encontrado somente seu registro de óbito, com a informação de que ela era brasileira. Pensei que por ter sido declarada a morte por um terceiro que não era da família, com certeza isto estava errado. Concomitantemente, segui pesquisando em sites relacionados à imigração italiana e solicitei a

busca no Arquivo Nacional pelo nome dela. No entanto, não obtive êxito em nenhuma das pesquisas.

Por um período, cessei as buscas. Anos depois, ao conversar sobre o assunto com uma das minhas tias, ela se lembrou dos nomes dos meus trisavós e sugeriu que eu solicitasse uma pesquisa no cartório de Tombos (outra cidade vizinha). O registro foi localizado e, com ele, uma surpresa: minha bisavó havia, realmente, nascido no Brasil e seu registro se encontrava em um dos livros daquele cartório. No entanto, o desenrolar dessa história será abordado em um capítulo posterior.

Tendo os nomes dos meus trisavós (Costantino Belletti e Cesarina Cantoni) consegui encontrar a lista de bordo do vapor em que vieram e a entrada na hospedaria por onde passaram, em Juiz de Fora/Minas Gerais. A cada pesquisa documental, vinha uma nova informação que me impulsionava a querer ir o mais longe possível na minha genealogia. Em janeiro de 2018, essa interminável busca deu um grande e importante passo, cruzando as fronteiras do Brasil, o oceano Atlântico e realizando o sonho da minha avó: eu havia encontrado, pela Internet, os descendentes de Michele Cantoni (irmão da minha trisavó que permaneceu na Itália) e uma descendente de Elisa Cantoni (prima da minha trisavó que imigrou para a Argentina em 1888). Com o auxílio do arquivista das paróquias de Poviglio/Itália, Giuseppe Ballabeni, consegui contatar a Carolina, trineta de Michele que ainda mora no povoado. Organizamos, em janeiro de 2018, um grande almoço com 33 membros da família Cantoni em Poviglio, incluindo as primas brasileira e argentina. O “reencontro” foi noticiado em jornais da região e recebemos convites de canais de televisão para participarmos em celebração ao Dia Mundial do Imigrante e do Refugiado, no dia 14 de janeiro.

Weber (2011) diz que devemos nos dedicar a fazer aquilo que nos apaixona. Como já mencionei no início desta seção, minha paixão pelos estudos migratórios, pela genealogia e a curiosidade em saber mais acerca da minha própria origem foram minhas principais motivações para a escolha do tema. Inclusive, em 2012, iniciei o bacharelado em Ciências Sociais porque queria desenvolver uma pesquisa dentro do assunto. Infelizmente, esse objetivo não foi logrado durante a graduação, mas se estendeu para o mestrado. O momento decisivo foi quando li no jornal “*El País*”, o artigo de Luiz Ruffato intitulado “*Os italianos invisíveis de Minas Gerais*”¹. O autor expõe como a presença italiana no estado é ignorada pelos pesquisadores. Ele termina o texto com uma pergunta: “*o que restou da presença italiana por ali?*”. Em seguida, o próprio Ruffato afirma que não restou quase nada “de italiano” em Minas

¹ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/13/opinion/1452701029_579409.html - Acesso em maio de 2016.

além de sobrenomes mutilados... Os barulhentos jogos de truco e bocha... Alguns traços da culinária, quem sabe... A caçarola, espécie de pudim de queijo que devorávamos a caminho da roça... A minestra, a polenta à bolonhesa, o macarrão com abobrinha italiana, a sofisticada flor de abóbora à milanesa...

Neste momento, comecei a refletir sobre sua pergunta e lembrar das viagens que fazia com minha mãe para Pedra Dourada, das casas de seus amigos que visitávamos, da convivência com a minha avó, tias e primos, de conversas, sabores, cheiros e de tudo o que conheço desta encantadora cidadezinha abraçada pelas montanhas mineiras. Meu primeiro pensamento foi de que tudo o que ele tinha dito não se ajustava ao contexto de Pedra Dourada. Afinal, desde criança eu ouvia histórias que meus antepassados tinham vindo da Itália, eu sabia que quase todas as famílias da cidade eram de origem italiana e que tinham vindo para trabalhar na agricultura. Mas, na realidade, tudo já se havia naturalizado para mim.

Comecei, então, a procurar bibliografias que tratassem da imigração italiana em Minas Gerais. Comparado à quantidade de trabalhos existentes sobre essa imigração nos estados do sul do Brasil e em São Paulo, autores como Trento (2017), Ciscotto (2015), Monteiro (1994) e Campoli (2013) colocam que a imigração italiana em Minas Gerais é um tema muito pouco estudado, ainda que seja o estado que recebeu o terceiro maior contingente de italianos (Ciscotto, 2015, p.12). São ainda mais escassos os trabalhos que direcionam seu foco para a presença italiana na Zona da Mata (Monteiro, 1994), que segundo Campoli (2013), também foi significativa e continua sendo: “em algumas localidades em particular, este percentual permanece além dos 40% da população local” (p.71). Os trabalhos disponíveis se debruçam, predominantemente, sobre a presença italiana em Belo Horizonte.

Sendo assim, essa ausência de pesquisas sobre o tema me incentivou a pensar em como eu poderia utilizar o pouco que eu já conhecia sobre a imigração italiana em Pedra Dourada e transformá-la em um objeto a ser investigado. Outro fator que acendia a minha curiosidade era o fato de que junho de 2017, ao entrar em contato com o cartório de Tombos para solicitar certidões da minha avó e bisavó, a oficiala comentou comigo que parecia que todos os descendentes de italianos da região resolveram pedir os documentos ao mesmo tempo, e essa demanda fazia com que ela estivesse demorando no atendimento. Uma vez que seu trabalho aumentava quando o solicitante não tinha nenhuma outra informação do antepassado além do nome e ela tinha que folhear cada página dos livros de registro “atrás do italiano”. E também, nem sempre a grafia do nome se encontrava como o descendente lhe passou. Constata-se que os pedidos de busca e emissão de documentos de famílias italianas naquela cidade – que também compreendia registros antigos de Pedra Dourada - havia crescido enormemente.

Documentos do final do século XIX passavam a ser resgatados, principalmente, por jovens. Sabemos, portanto, que há pessoas atrás dessas histórias. Mas, por que, depois de tantos anos, estes documentos estão sendo requeridos? Desde então, fiquei com vários questionamentos relacionados à essa busca repentina de certidões e sobre os supostos “italianos invisíveis” - que agora tinham aparecido - aliados à minha curiosidade pessoal em saber como meus antepassados foram parar em um povoado tão pequeno e tão distante dos grandes centros, quase que também “invisível”.

Assim sendo, optei por realizar minha pesquisa com os descendentes de italianos imigrados para Pedra Dourada, na Zona da Mata Mineira. Segundo a tradição oral, o nome da cidade reporta-se à uma grande e imponente pedra que assume um tom dourado ao receber a luz do sol. Mas também, há quem o associe à lenda da Mãe do Ouro: uma mulher que habita o interior da Pedra Dourada e se manifesta na forma de um feixe de luz no céu. Desde os séculos passados, a economia da cidade é predominantemente agrícola e o café continua sendo o carro-chefe do cultivo. Não é à toa que seu primeiro nome, ainda na condição de arraial, foi São João do Soca, em referência à passagem de viajantes que observaram um grupo de mulheres socando grãos de café.

Em uma população total estimada em 2.452 pessoas (IBGE, 2017), 11 são os sobrenomes italianos mais presentes na cidade – tendo por base dados coletados em conversas com moradores. Ou seja, são famílias que desde a época da imigração permaneceram no mesmo local. Entre os douradenses estão presentes diversos outros sobrenomes de origem italiana, mas os descendentes que lá moram, não consideram que sejam de famílias “pioneiras” em Pedra Dourada, pois não fazem parte daquelas que “desbravaram” as matas. Por exemplo, na cidade existem algumas pessoas que possuem o sobrenome Lazzaroni, mas sabe-se que quando chegou a Minas Gerais, a família Lazzaroni se instalou em uma localidade específica de Tombos, o bairro Água Santa. Posteriormente, seus descendentes migraram para outras cidades e estados.



Figura 1: Pedra Dourada em 1934.

Fonte: Página do *Facebook* “Pedra Dourada – lugar de gente feliz”.



Figura 2: Pedra Dourada por volta dos anos 1980.

Fonte: Página do *Facebook* “Pedra Dourada – lugar de gente feliz”.



Figura 3: Pedra Dourada atualmente. A pedra Dourada está à direita da foto.

Fonte: Site do “Dourada Parque Hotel”.

Apesar da escassez de pesquisas sobre a imigração italiana em Minas Gerais, não posso deixar de citar que a partir de 2018, o “Seminário Imigração Italiana em Minas Gerais”, que acontece anualmente desde 2005, surgiu com a iniciativa de criar um acervo sobre a imigração italiana no estado. Este projeto nasceu, também, do crescente interesse da população no tema. Nessa 8ª edição, além das tradicionais palestras e exposição de pôsteres sobre a imigração italiana em Minas Gerais, foram promovidos cursos sobre história oral e pesquisa genealógica. De acordo com a coordenadora geral do Seminário, Giusi Zamana, o perfil do público do evento não costuma variar muito a cada ano. Ela diz que metade é ítalo-descendente e a outra metade afirma ter interesse pela Itália e sua cultura. São pessoas inseridas em diversas áreas profissionais, de todas as classes sociais e níveis de escolaridade.

Pude observar, também, essa demanda em grupos do *Facebook* relacionados à cultura e ao processo de cidadania italiana. Muitos dos cursos eram oferecidos por profissionais na área de cidadania, genealogistas, advogados italianos que atuam na Itália com processos de reconhecimento e até o Museu da Imigração de São Paulo está, constantemente, ministrando aulas para quem deseja aprender a buscar documentos de seus antepassados. Os cursos ocorrem online ou em cidades com grande presença de descendentes de italianos, como São Paulo e Curitiba.

Além dos cursos, os grupos no *Facebook* são plataformas de aprendizagem para quem se interessa por genealogia. Um dos mais famosos voltados para cidadania italiana se chama “Cidadania Italiana – Área Livre”. Os administradores contabilizam que, em 2015, o grupo

contava com 22 mil membros. Atualmente (fevereiro de 2019), são cerca de 137 mil integrantes. De acordo com reportagem da revista *Istoé* de 2017², os pedidos para aquisição da cidadania italiana pelos consulados no Brasil aumentaram em 297% em 2016. Números mais recentes, cedidos pelo cônsul da Itália em Belo Horizonte, Dario Savarese, durante todo o ano de 2017 foram concedidas 2.313 cidadanias. De janeiro de 2018 até o mês de novembro, já tínhamos quase o dobro do ano anterior, totalizando 4.069 reconhecimentos. Comprovada a crescente demanda sobre o tema, nosso trabalho também contribuirá levando informações aos descendentes de italianos imigrados para Minas Gerais.

Para começar a delinear meu problema de pesquisa, realizei uma pesquisa exploratória em Pedra Dourada. Segundo Bosi (2004), a pesquisa exploratória é uma pré-entrevista essencial que deve ser realizada, pois “nos ensina a fazer e refazer o futuro roteiro da entrevista” (p. 60) além de abrir “caminhos insuspeitados para a investigação” (p. 60). A partir de um conhecimento prévio que obtive do perfil desses indivíduos com quem conversei, selecionei quatro famílias da localidade para a pesquisa: Belletti (minha própria família), Borsari, Fava e Ferrari. O critério de seleção foi a proximidade que eu já tinha com alguns membros dessas famílias. De início, eu dividiria os entrevistados em dois grupos: mais velhos x jovens. Os mais velhos seriam aqueles que nasceram antes do ano de 1968 e os mais jovens, que nasceram após essa data. Essa seleção se daria em função da minha hipótese, que era de que contextos políticos, econômicos e sociais diversos atravessados pelos mais velhos e jovens produziram identidades coletivas diferenciadas no que diz respeito à origem italiana: identidades valorativas, instrumentais ou uma mescla das duas. E isto os classificaria, automaticamente, em dois grupos. Porém, durante as entrevistas que fiz em setembro de 2018, percebi que a hipótese de que os mais velhos assumiam uma identidade valorativa e os jovens uma identidade instrumental com relação à origem italiana, não se confirmava. Os contrastes nos discursos tinham mais a ver com as experiências vividas por cada um, como colocam Morel e Pessanha (1991), do que com a idade ou a geração.

O método histórico é o que melhor se adequa ao nosso problema, uma vez que faz referência “à análise e compreensão da trajetória de um determinado fenômeno” (Mazucato, 2018, p.58). No nosso caso, este método auxiliará a compreender como, através do tempo, determinados fatores influenciaram na formação da identidade dos descendentes de italianos. As técnicas utilizadas serão predominantemente qualitativas, tendo optado por trabalhar com

² <https://istoe.com.br/numero-de-brasileiros-que-obtem-cidadania-italiana-sobe-300/> - Acesso em 10 de agosto de 2018.

pesquisa documental, entrevistas e pesquisa bibliográfica. Dessa forma, sigo a indicação de Abercrombie (2006) de que o grande desafio dos antropólogos, que querem captar a mais profunda história de uma sociedade, é não se deixar limitar por um só método e uma técnica em suas investigações. Portanto, farei uma combinação entre análise documental e registro da memória oral. Abercrombie (2006) diz que estas duas técnicas são complementares e similares para a construção da história de uma sociedade. O autor justifica sua afirmação com base em sua pesquisa na aldeia boliviana de K'ulta, mostrando que o sujeito colonial se formou sempre em dois âmbitos: no público e no privado, no canônico e no clandestino. Por isso, nem toda a história de K'ulta foi documentada, fazendo com que seja necessário o exame de fontes orais.

Utilizarei documentos públicos e privados de gênero textual, ou seja, documentos históricos disponíveis na base online do Arquivo Público Mineiro (APM), do Arquivo Nacional (AN), da Biblioteca Nacional (BN) e certidões de nascimento, casamento e quaisquer outros documentos que me forneceram as famílias entrevistadas. No site do APM, me foram úteis as listas de entrada dos imigrantes na Hospedaria Horta Barbosa, que funcionou em Juiz de Fora, e os arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Minas Gerais. A importância das listas da hospedaria se dá porque ao buscar o nome de algum imigrante, encontramos outros dados sobre ele, como: idade, quem o acompanhava, data da chegada, onde foi trabalhar, e, às vezes, sua cidade de origem ou de residência. Com essas informações, posso traçar um perfil das famílias pesquisadas.

Nos arquivos do DOPS foi possível acessar diversos materiais dos núcleos do Movimento Integralista em Carangola e Manhumirim, como folhetos de campanhas, recortes de jornais, listas de presença dos integrantes e suas contribuições, como doações de dinheiro e pagamentos da assinatura do jornal "O Integralista". Ainda que minha pesquisa não abarque Manhumirim, se trata de uma cidade próxima e através de cartas com denúncias ao Movimento direcionadas à polícia local, podemos observar como os italianos eram vistos por alguns como um perigo durante a época da Segunda Guerra Mundial. Além disso, a constatação de um grande número de integrantes italianos e descendentes nos faz refletir sobre o que pode os ter motivado a ingressar no Movimento Integralista e a relação disto com a construção de suas identidades. A partir das certidões de nascimento, casamento e óbito, algumas outras informações poderão surgir como, por exemplo: profissão no Brasil, local de residência durante a data da emissão do documento, se o casamento se fez com outra pessoa de mesma origem, etc.

De acordo com a pesquisa exploratória, constatei por meio de documentos, algumas informações que não me foram transmitidas nas conversas em decorrência de um lapso de

memória ou, talvez, porque certos assuntos são escolhidos para serem lembrados, enquanto outros, são esquecidos (Bosi, 1994, p.37). É a partir dos documentos que vêm à tona os espaços públicos e privados da memória, como coloca Abercrombie (2006)³.

As entrevistas em profundidade foram feitas seguindo um roteiro semiestruturado. Esse formato me permitiu seguir uma lógica de pensamento com a sequência das perguntas, além de deixar o entrevistador e o entrevistado livres para adentrarem em outros temas que apareçam no decorrer da entrevista e que acabem sendo úteis para a pesquisa. Outra técnica vinculada à entrevista foi o registro da história oral. Mazucato (2018, p.72) expõe as ideias de Ecléa Bosi, exprimindo a importância de ouvir os depoimentos das pessoas, pois “aquilo que é revelado pela memória dos narradores torna-se também um novo registro válido de determinados acontecimentos sociais, políticos, culturais e econômicos”. É exatamente essa memória que explicará, em grande parte, como se deu a formação identitária dos descendentes de italianos.

Esse seria meu primeiro desafio em pesquisar uma comunidade de que faço parte ou, pensava que fazia. Como colocam Duarte e Gomes (2008), pertencer a determinado contexto nos possibilita ter um conhecimento prévio sobre as características dos demais que ocupam aquele espaço e ter “um acesso mais direto a seus habitantes” (p.36). Essa suposta facilidade também me atraiu. Anteriormente, eu tinha tentado um outro tema de pesquisa para o mestrado e não tinha dado certo por barreiras que me separavam dos interlocutores, como o idioma e a extrema desconfiança⁴. Mas, como mencionam os mesmos autores, em qualquer trabalho devemos usar estratégias que garantam nossa inserção no campo. Como eu já conhecia a maioria das pessoas que entrevistei, pensei que seria simples a entrada no campo. Diz o ditado que “mineiro dorme no chão para não cair da cama” e, assim, tive que pensar em algumas estratégias que foram eficazes para ajudar a criar a relação de confiança com quem eu não tinha.

³ O autor acredita que recorrer a registros documentais e a consultas à memória oral são métodos complementares e similares para a construção da história de uma sociedade. Ele justifica sua afirmação dizendo que o sujeito colonial se formou sempre em dois âmbitos: no público e no privado, no canônico e no clandestino. Ou seja, o público é o que está documentado e disponível para qualquer um ver. Seria uma “história oficial”. O privado é o que está por trás dessas histórias documentadas, são todos os registros orais de um povo que revelam outras facetas do funcionamento daquela sociedade. Por exemplo, o passado andino não pode ser explicado somente do viés dos conquistadores espanhóis, mas também, através da memória da sociedade andina urbana e rural, crioula e indígena.

⁴ Antes de escrever o projeto com o presente tema, tentei realizar uma pesquisa exploratória com refugiados sírios no Rio de Janeiro para pensar um problema de pesquisa a partir de suas histórias. Porém, não consegui estabelecer comunicação com eles, dado que não falavam português e quando se expressavam em inglês, o sotaque era muito forte e eu não conseguia entender o que me falavam. Além de não quererem responder a diversas perguntas, como o motivo pelo qual deixaram a Síria (além da resposta óbvia “guerra”, onde viviam, a situação da família que permaneceu no país, etc. Uma reação compreensível para um refugiado de guerra.

Segundo Bourdieu (2008), as relações sociais podem influenciar nos resultados obtidos, diminuindo a distância entre o pesquisador e o entrevistado. Para este fim, uma das minhas estratégias, quando entrava em contato com um descendente ou ia à casa dele, era ir com ou mencionar algum familiar meu que eles tiveram contato durante a vida. Ao ir pela primeira vez na casa de algumas pessoas que eu ainda não conhecia, pedia a minha tia Ana, que vive em Pedra Dourada, para me acompanhar. Todos a conhecem na cidade e não negariam uma conversa. Bourdieu (2005) menciona que a presença de seu pai lhe ajudou em todas as entrevistas que realizou com velhos solteiros nos anos 60, uma vez que eram da mesma geração e isso lhes suscitava confiança e confiança⁵.

Nas entrevistas optei por utilizar o gravador do meu celular, algo que eu não tinha feito em conversas tidas há um ou dois anos atrás. Nas pesquisas exploratórias, em janeiro de 2018, segui o que foi dito por Bourdieu (2008) sobre a inibição que poderia provocar a presença do gravador. Optei por não utilizá-lo e pensei que conseguiria me lembrar e anotar tudo o que eu ouvi quando estivesse com meu caderno, mas crer na eficácia da minha memória foi pura ilusão. Entendo que a própria entrevista em si já causa inibição. Chegar para alguém e dizer “gostaria de te fazer algumas perguntas”, já cria uma certa tensão. Ao utilizar o gravador, vi que o mesmo é útil para recordarmos, além das palavras, alterações na voz, silêncios, câmbios repentinos, etc.⁶

Quando entrei em contato pela primeira vez, pela internet, com pessoas que eu não conhecia e moravam fora do Rio de Janeiro ou de Pedra Dourada, também citava o nome da minha avó, que era muito conhecida na cidade. Inclusive, o *Facebook* foi um ótimo instrumento de observação, pois podia ver as interações dos descendentes com temas relacionados à sua origem italiana. Outra ferramenta bastante utilizada por mim, mas com suas limitações, foi o *Whatsapp*. Realizei algumas entrevistas por esse meio, porém, como é um aplicativo de mensagens instantâneas, as conversas não se desenrolaram tanto como eu pretendia e como consegui com quem falei pessoalmente ou por *Skype*. Ainda assim, foi a maneira que eu encontrei para ter acesso a quem mora longe ou se sentia mais à vontade através dele.

⁵ Nos anos 1960, Pierre Bourdieu desenvolveu uma pesquisa que buscava entender o crescimento do celibato entre os homens camponeses no Béarn, cidade do sudoeste da França em que passou sua infância.

⁶ As primeiras conversas que tive com os entrevistados foi durante a minha pesquisa exploratória, em que meu objetivo era conhecer um pouco da história deles e das famílias. Ainda que muitos fossem meus conhecidos, chegar na casa de cada um pedindo para que me contassem sobre suas vidas já era um pouco invasivo. Inclusive, um deles me contou algo privado da vida dos avós e me perguntou: “você está gravando? Se está, não mostra essa parte para ninguém!”. No final das conversas, eu sempre dizia que voltaria em breve para lhes fazer mais perguntas e se poderia gravar suas respostas para o meu trabalho. Ao entenderem que tudo o que eu queria saber era para minha pesquisa e que eu não revelaria nada além do que me permitissem, voltar e gravar as conversas se deu de maneira mais fácil.

O primeiro capítulo se inicia com a contextualização da imigração italiana em Pedra Dourada, a chegada das quatro famílias e suas trajetórias. Assim como, a maneira em que se construiu a italianidade na Itália e em Pedra Dourada.

No segundo capítulo, a partir da análise de documentos pessoais, jornais e demais registros históricos e orais, mostrei como se deu a relação entre os imigrantes e a política. E como determinados contextos influenciaram na construção de suas identidades.

A italianidade nos dias de hoje entre os descendentes será trabalhada no terceiro capítulo. A partir de suas falas, veremos como eles lidam com suas origens, porquê estão tentando resgatá-las e como ser italiano, hoje, pode ser importante para alguns, diferentemente do que era ser italiano nos anos 30 e 40 nas circunstâncias que expus no capítulo anterior.

CAPÍTULO 1

A IMIGRAÇÃO E AS HISTÓRIAS DE FAMÍLIA EM PEDRA DOURADA

Nesse primeiro capítulo, tratarei do antes e depois da imigração italiana em Minas Gerais. Começando pela importância do papel dos agenciadores italianos e mineiros para a vinda dos imigrantes e a mediação que exerciam com os fazendeiros, a fim de conhecer suas expectativas com respeito aos novos trabalhadores que seriam inseridos em suas lavouras. Dessa maneira, o perfil do italiano que prevaleceu em Minas Gerais foi o agricultor do Norte da Itália. Logo, com o estudo das quatro famílias selecionadas para a pesquisa (Belletti, Borsari, Fava e Ferrari), observaremos essa característica em Pedra Dourada. As memórias dos descendentes me possibilitaram descrever as trajetórias das famílias e ver a forma que lidam com suas origens italianas. Mostrando como, de fato, os italianos “nasceram” no exterior após a Unificação.

1.1 “MAMMAMIA DAMMI CENTO LIRE CHE IN AMERICA VOGLIO ANDAR!”⁷

O final do século XIX e o início do XX foram períodos de grandes mudanças no Brasil e na Itália. Lá, as máquinas trabalhavam a todo vapor. Aqui, os fazendeiros já buscavam importar mão-de-obra europeia para as lavouras. Como já foi visto na “Introdução”, os italianos que não conseguiram se reinventar em suas profissões, trilharam outros caminhos. Um deles foi rumo ao Brasil, onde se propagandavam terras férteis e enriquecimento rápido.

Em 1894, foi criada em Gênova a Superintendência de Emigração, que contava com agenciadores brasileiros e italianos que administravam, solicitavam e promoviam a vinda dos imigrantes para o Brasil. Da mesma maneira que eram incumbidos de divulgar os atributos dos locais de trabalho para onde os imigrantes seriam destinados. O político e advogado mineiro, Dr. David Campista, foi escolhido para ocupar o cargo de Superintendente do Serviço de Imigração de Minas. Seu trabalho na Itália era “fazer diretamente a seleção das pessoas e contratar com as companhias de navegação o seu transporte” (Monteiro, 1994, p.69). Antes da palavra final de Campista, os agenciadores italianos já realizavam uma pré-seleção para

⁷Tradução minha: “Minha mãe, me dê cem liras que para a América eu quero ir!”. Esse é o trecho da música popular italiana “Mamma mia dammi cento lire”, de autoria desconhecida. A letra da canção narra a história de uma italiana que pede cem liras para a mãe para poder imigrar para a América. No entanto, a mãe insiste que ela não vá, falando sobre todos os infortúnios que poderiam acontecer. Ela diz que lhe dá cem liras, mas não para ir à América.

prosseguiem com a emissão dos passaportes e as passagens gratuitas (Trento, 1989, p.100). Quanto mais italianos deixavam a recém-criada Itália, mais vantajoso economicamente era para os agenciadores. Mas, também, era grande o incentivo para a entrada dos europeus no Brasil, por serem considerados trabalhadores e representarem certo progresso para o país. Joaquim Nabuco (2000) escreveu que eles viriam com “uma corrente de sangue caucásio vivaz, enérgico e sadio” (p. 170). Assim, muitas famílias vieram ludibriadas com todas as promessas de enriquecimento fácil que alcançariam na América (Santos, 2015).

A regulamentação da inserção do imigrante europeu em Minas Gerais se deu em março de 1893. Com a criação da Superintendência, em agosto de 1894, o estado recebe 292 italianos que já tinham as lavouras do Sul e da Zona da Mata Mineira como destino certo. Os fazendeiros tinham preferência pelos italianos por considerarem que se adaptavam facilmente ao sistema de meação. Monteiro (1994) destaca que os imigrantes provenientes da “Alta Itália” levavam vantagem na escolha dos contratantes, por serem de regiões economicamente movidas pela agricultura.



Figura 4: Tommasi, Angiolo. *Gli emigrante*. 1895. Óleo sobre tela, 262 x 433 cm.

1.2 OS IMIGRANTES E SEUS DESTINOS

A minha família (Belletti) é uma entre tantas que partiram do Norte italiano e foi o pontapé para que eu iniciasse a pesquisa. Comecei com um estudo genealógico que tinha como objetivo completar minha árvore familiar, pois como desde criança ouvia muitas histórias, sempre tive curiosidade em conhecer mais acerca das minhas origens. À medida em que eu encontrava os documentos, novas informações e perguntas sobre eles iam surgindo. Por isso,

escolhi realizar a pesquisa com quatro famílias descendentes de italianos que imigraram para Pedra Dourada ou região, mas que se estabeleceram e criaram suas famílias na cidade, como a minha. Justifico minha opção baseada no conceito de micro-história em que se utiliza como objeto, indivíduos particulares que produzem uma história social (Chartier, 2002).

No caso da imigração italiana, a micro-história direcionaria seu foco a um único ou a um pequeno grupo de imigrantes, suas famílias e as situações vividas por cada um. Ao contrário da história geral, que ao utilizar estruturas generalizantes e hierarquizadas (Chartier, 2002), analisaria a imigração a partir de fontes oficiais que, geralmente, não transmitem a realidade do momento. A micro-história se aproxima da antropologia, como diz Revel (2010), ao passo em que visa compreender uma sociedade a partir de determinadas variáveis. Como Carlo Ginzburg (2012) em “O Queijo e os Vermes”, ao investigar os passos da vida do moleiro Menocchio, conseguiu contar um pouco da atmosfera da Europa do século XVI, do domínio da igreja e da Inquisição a partir de um personagem “invisível” que não teria um espaço particular na história geral. Ele era um produto de seu tempo. Morava em um pequenino povoado italiano, era humilde, mas minimamente letrado, o que lhe possibilitava ter questionamentos sobre seu cotidiano. A imigração italiana em Pedra Dourada e os sujeitos que fizeram e fazem parte desse processo, talvez são tão “invisíveis” quanto Menocchio enquanto apenas mais uma vítima do Tribunal da Inquisição. Porém, o que significa essa invisibilidade e o que ela pode nos mostrar? Por meio dessas histórias contadas e outras esquecidas, pretendo exprimir por meio das similitudes e diferenças entre os imigrantes, como todo o contexto que os cercava influenciou na constante (re)construção das identidades.

Para iniciar, apresento a definição de “identidade étnica” que circundará toda a dissertação. Com base nas abordagens de Barth (2003; 2005), Oliveira (1999), Gupta e Ferguson (2000) e Sansone (2004), a entendo como uma característica mutável que se forma não através de similitudes, mas a partir da diferença entre “nós” e os “outros”. Ela é manifestada por grupos sociais e está em constante transformação por perpassar contextos históricos, políticos e econômicos. Um grupo étnico conserva e reinventa símbolos que marcam sua cultura, que é transmitida por meio das experiências. A identidade étnica não é algo fixo. É acionada por indivíduos que se identificam com ela de maneiras diversas, ou seja, é mobilizada de acordo com interesses particulares que podem se tornar gerais.

Irei, portanto, utilizar quatro famílias em um universo de, aproximadamente, onze para traçar como se construiu a identidade de seus descendentes com relação a origem italiana. Faço uma breve apresentação sobre cada uma seguindo a ordem alfabética. As informações sobre idade e status estão de acordo com os dados existentes nas listas de entrada na Hospedaria Horta

Barbosa, disponíveis no site do Arquivo Público Mineiro e das listas de bordo, disponíveis no site do Arquivo Nacional. Os locais de nascimento foram informados pelas famílias de acordo com os documentos que obtiveram na Itália.

Família Belletti

Os Belletti embarcaram no porto de Gênova e viajaram a bordo do vapor *Attività*, chegando ao Brasil pelo porto do Rio de Janeiro em 19 de maio de 1896. Provavelmente, no mesmo dia, seguiram para Juiz de Fora, pois no dia 20 de maio deram entrada na Hospedaria Horta Barbosa⁸. Lá, aguardaram cinco dias até que foram contratados por Maximiliano Pinto de Vasconcelos para trabalhar na Fazenda da Serra, em Tombos. A família era composta por cinco pessoas:

Costantino, 37 anos, nascido em Casalmaggiore (Lombardia) – chefe da família

Cesarina Cantoni, 30 anos, nascida em Poviglio (Emilia-Romagna) – esposa

Enrico, 6 anos, nascido em Pomponesco (Lombardia) - filho

Cesare, 4 anos, nascido em Pomponesco (Lombardia) – filho

Luigi Belletti, 5 anos, nascido em Viadana (Lombardia) – sobrinho e afilhado do casal. Ele foi criado por Costantino e Cesarina, pois em março do mesmo ano seu pai faleceu. Sobre a mãe, não se sabe.



Figura 5: Enrico Belletti em sua juventude.

Fonte: acervo pessoal.



Figura 6: Luigi Belletti quando adulto.

Fonte: acervo de Lauricy Belletti.

⁸ De acordo com Monteiro (1994), a Hospedaria Horta Barbosa foi inaugurada em maio de 1889, em Juiz de Fora. “Era destinada a receber, dar agasalho e alimentação por até cinco dias, àqueles que haviam se transferido para o Estado e que, do ponto de desembarque, não haviam sido dirigidos para outras hospedarias” (Site do Arquivo Público Mineiro: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/xoopsfaq/index.php?cat_id=4 - Acesso no dia 19 de agosto de 2019).

Família Borsari

Os Borsari chegaram ao porto do Rio de Janeiro em 1888, a bordo do vapor Adria. No dia 02/10/1888, deram entrada na Hospedaria Horta Barbosa. De lá, seguiram para Muriaé no dia 3 de outubro. Depois, se estabeleceram em Pinhotiba (distrito de Eugenópolis). Até o presente momento, não se sabe a cidade de origem deles. A família era composta de três pessoas:

Glicerio, 29 anos – chefe da família

Angela, 29 anos – esposa

Antonio, 55 anos – viúvo, pai de Glicerio

Família Fava

Os Fava vieram a bordo do vapor Alacrità, desembarcando no Rio de Janeiro em 28 de dezembro de 1897. No dia seguinte (29), deram entrada na Hospedaria Horta Barbosa e de lá, partiram para Eugenópolis. A família era composta por quatro pessoas:

Pietro, 51 anos, nascido em Sasso Marconi (Emilia-Romagna) – chefe da família

Maria Angela Zappoli, 48 anos, nascida em Vergato (Emilia-Romagna) – esposa

Adolfô, 18 anos, nascido em Monte San Pietro (Emilia-Romagna) – filho

Alessandro, 16 anos, nascido em Castello di Serravalle (Emilia-Romagna) – filho



Figura 7: Alessandro Fava, já idoso, e sua esposa Argia Degli Esposti.

Fonte: acervo de Vanderli Fava.



Figura 8: Adolfo Fava e sua esposa Rosa Cirelli.

Fonte: acervo de Rafael do Carmo.

Família Ferrari

Riccardo Ferrari, 28 anos, proveniente de Dosolo (Lombardia) chegou sozinho ao Rio de Janeiro em 19 de maio de 1901, a bordo do vapor Città di Genova – que partiu da cidade em que lhe dava o nome. Na lista de bordo, já constava que seu destino era a cidade de Tombos. De acordo com as histórias da família, ele teria vindo viúvo e com dois filhos. Mas nas certidões desses meninos, as datas de nascimento são de anos após sua chegada no Brasil. Após tê-los, sua primeira esposa, Maria Zecchi, faleceu. Ela era italiana e é provável que o casamento tenha ocorrido em Tombos, no mesmo ano em que Riccardo chegou.



Figura 9: Riccardo Ferrari.

Fonte: acervo de Cristiane Ferrari.

Observa-se que todos os imigrantes saíram do Norte da Itália. A família Borsari, provavelmente, também por ter embarcado em Gênova e o nome ser predominante no Norte, de acordo com o site *Cognomix*. Na Emilia-Romagna é onde se concentra o maior número de pessoas com este sobrenome.

O caminho até o porto de Gênova, geralmente, era feito em trem. Às vezes, chegavam ao porto dias antes do embarque. Alguns ficavam em um hotel esperando até o dia do embarque. Outros, sem dinheiro suficiente para pagar hospedagem para todos os membros da família, dormiam pelas ruas nos arredores do porto (Gambini, 2006). Cruzar o Atlântico levava cerca de um mês. Chegando ao Brasil, essas famílias aportaram no Rio de Janeiro e, então, se iniciava mais uma viagem de trem até Juiz de Fora. Nota-se que somente Riccardo Ferrari não passou pela Hospedaria Horta Barbosa ou não foi registrado - no ano de 1901 existem apenas três registros na hospedaria. Em contrapartida, na lista do vapor em que viajou, já estava anotado ao lado do nome o seu destino.

Todos os locais de proveniência e de destino dos italianos são povoados em zonas rurais. Casalmaggiore, Poviglio, Viadana, Dosolo e Pomponesco são burgos pertencentes à Pianura Padana - a planície do rio Po - situada entre os Alpes (ao Norte) e os Apeninos (ao Sul) (ver figura 11). Sasso Marconi, Vergato e Monte San Pietro são comunas da província de Bologna. Em 1º de janeiro de 2014, ocorreu a união do povoado de Castello di Serravalle com outros quatro e nasceu a cidade de Valsamoggia – hoje é a comuna mais populosa da Emilia-Romagna (ver figura 12). Nos mapas abaixo, pode-se observar a posição geográfica desses locais e a distância para o porto de Gênova (ver figura 10), de onde tomaram os vapores rumo à América.

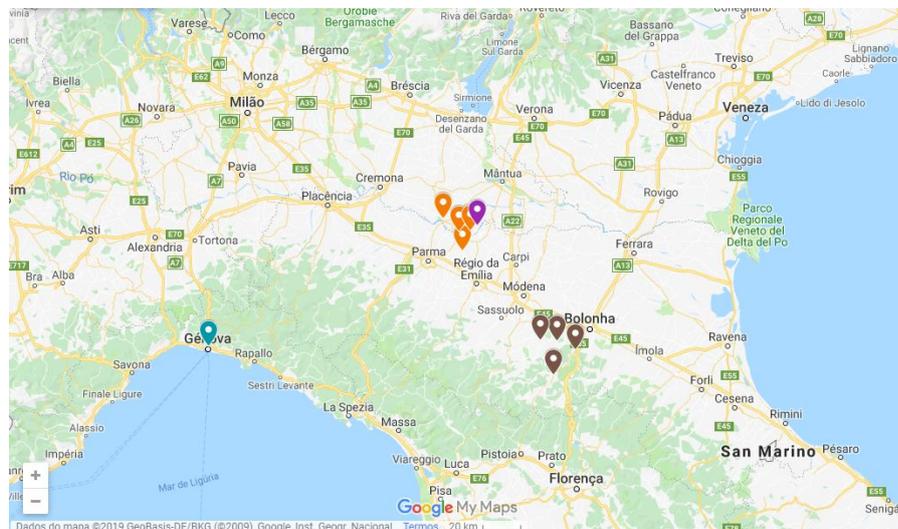


Figura 10: distância entre as cidades das famílias Belletti (em laranja), Fava (em marrom) e Ferrari (em roxo) e o porto de partida, em Gênova (em azul).

Fonte: Google Maps.

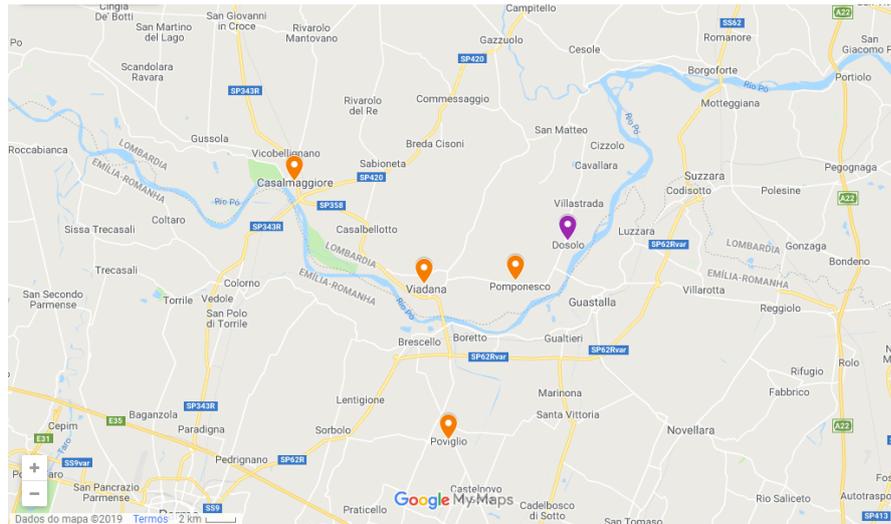


Figura 11: proveniência das famílias Belletti (em laranja) e Ferrari (em roxo).

Fonte: Google Maps

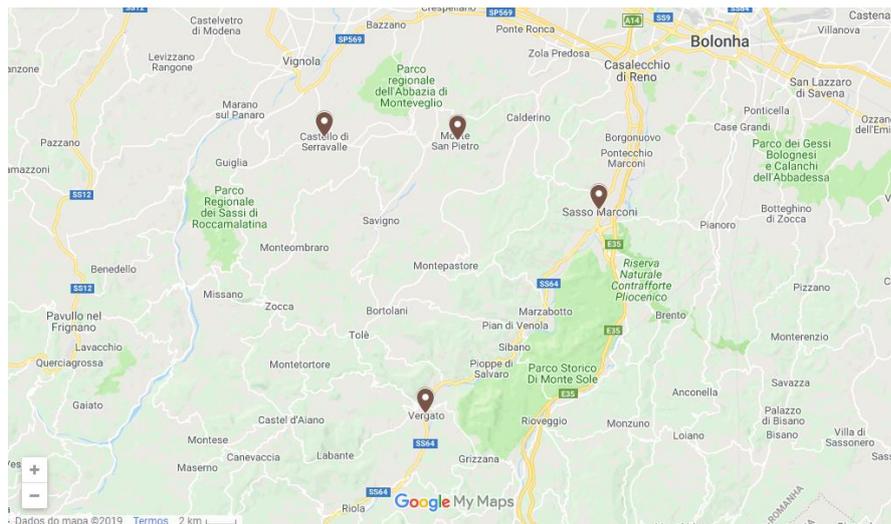


Figura 12: cidades de proveniência dos membros da família Fava.

Fonte: Google Maps

Como destinações, são quatro as cidades da Zona da Mata: Pedra Dourada, Tombos, Pinhotiba (distrito de Eugenópolis) e Muriaé (ver figura 13). Como diz Teixeira (2016), essa região sempre teve como característica sua extensa produção cafeeira. Localizada no Sudeste de Minas Gerais, a “Mata” faz limite com o Espírito Santo e Rio de Janeiro, e esteve por muito tempo interligada com o último estado por vias férreas. A maior cidade entre elas é Muriaé, que de acordo com a estimativa populacional do *IBGE Cidades* para 2017, conta com, aproximadamente, 108.537 habitantes. Seguida de Eugenópolis, com 11.285 habitantes; Tombos com 8.772 habitantes e Pedra Dourada com 2.452 habitantes. É importante dizer que

Pedra Dourada só se emancipou em 1º de março 1963 e, até essa data, era um dos distritos de Tombos.

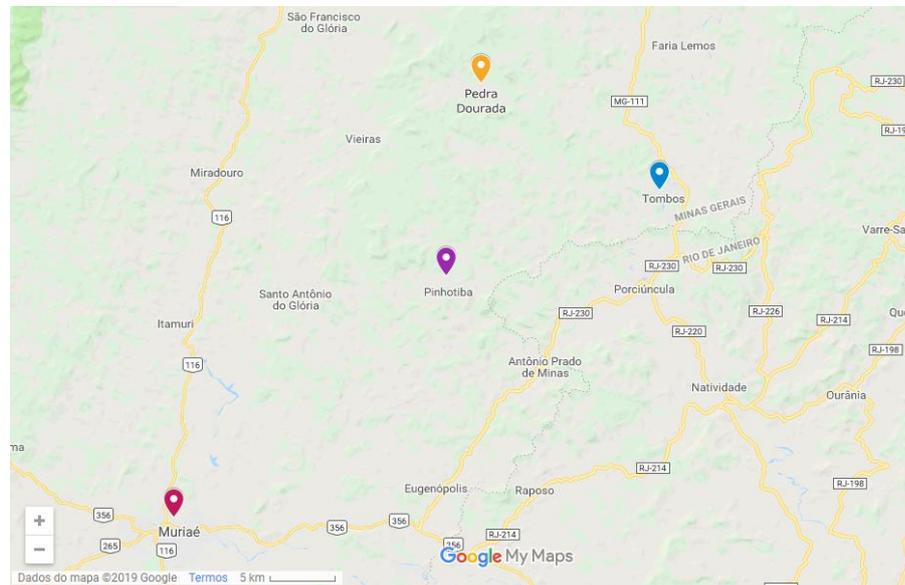


Figura 13: locais de destino das famílias Borsari (magenta), Belletti e Ferrari (azul), da família Fava (roxo) e Pedra Dourada (amarelo) onde todos se estabeleceram posteriormente.

Fonte: Google Maps

1.3 A VIDA DOS IMIGRANTES EM MINAS GERAIS

Todos esses imigrantes deram entrada em Minas Gerais como agricultores, de acordo com os registros oficiais e com os discursos das famílias. Vanderli Fava (neto de Alexandre), em 1997, elaborou um livro sobre os Fava onde consta a árvore genealógica da família, um resumo da trajetória dos irmãos no Brasil, cópias de alguns documentos e fotos. Assim como já faziam na Itália, no livro diz que Alexandre e Rafael (como Adolfo passou a ser chamado) continuaram a trabalhar como lavradores em uma fazenda em Pinhotiba. Os dois rapazes lá se casaram e tiveram os primeiros filhos. Seus pais, Pietro e Maria fizeram o caminho de volta para a Itália pouco tempo depois. Quando Rafael e Alexandre souberam que em Pedra Dourada o governo estava cedendo lotes de mata virgem para imigrantes na Colônia Pedro Toledo, cada um dos irmãos adquiriu um e desenvolveu suas plantações, vivendo da agricultura de subsistência e comercializando o excedente. Posteriormente, o local em que se fixaram ficou conhecido como Córrego dos Favas – Comerford (2014) diz que os córregos são um exemplo de delimitação física nas zonas rurais. O fato de levarem nomes de famílias, exprime um senso de pertencimento e, geralmente, hierarquia de prestígio (não necessariamente econômica) entre as famílias da localidade.

Anos mais tarde, Rafael vendeu seu lote e foi com a esposa, Rosa Cirelli, e os filhos para a cidade de Resplendor, transferindo-se depois para Muriaé. Alexandre conseguiu comprar mais lotes de terra próximos ao que já tinha, expandiu suas plantações e lá viveu até a sua morte. O imigrante contraiu matrimônio duas vezes. Do primeiro relacionamento com Erminia Degli Esposti, teve sete filhos. Do segundo, com Argia Degli Esposti (prima da primeira mulher), teve dez filhos e criou dois enteados. Hoje, a família Fava é uma das maiores e, me permito dizer que, a mais conhecida em Pedra Dourada.



Figura 14: Irineu Fava (Tetei) no local conhecido como Córrego dos Favas, onde se situavam as terras de propriedade de seu avô Alexandre Fava.

Fonte: acervo pessoal.



Figura 15: local que era de propriedade de Rafael Fava, no Córrego dos Favas.

Fonte: acervo pessoal.

A família Belletti foi contratada para trabalhar na Fazenda da Serra, em Tombos, em maio de 1896. Quatro meses depois, Cesarina (que saiu grávida da Itália) deu à luz a Maria, sua primeira de mais cinco filhos que nasceriam em terras mineiras. Os Belletti trabalharam sempre como empregados, nunca foram donos de terras – salvo o sobrinho, que prosperou. Em sua juventude, Luiz (Luigi) se mudou para a cidade vizinha de Carangola, formou sua família, adquiriu fazendas e se tornou uma figura influente na sociedade carangolense. Sua prima, Maria, chegou a morar e trabalhar em suas terras junto ao esposo e filhos. Cesário (Cesare), já adulto, se mudou para Manhumirim e tornou-se proprietário de um hotel. Henrique (Enrico) continuou trabalhando no campo e teve um fim de vida trágico: se suicidou dias antes de seu casamento. Uma das minhas tias conta que minha avó dizia que ele, desde criança, parecia ter problemas mentais. Por muitas vezes, era pego pelo pai maltratando animais. Da matriarca Cesarina não se tem informações. Mas na certidão de casamento de sua filha Maria, em 1917, já constava como falecida. Costantino continuou morando em Tombos, se casou novamente com a italiana Carolina Branconi e desse relacionamento nasceu a menina Rita. Em outubro de 1920, com 62 anos, ele faleceu na Água Santa – um bairro de Tombos conhecido por quase todos serem da família italiana Lazzaroni -, como diz em seu registro de óbito. Sem deixar bens à família, Costantino se foi da mesma maneira em que chegou ao Brasil.

A Família Ferrari se formou com a chegada de Riccardo a Tombos. Uma de suas bisnetas, Cristiane, diz que a história que se conta na família é de que ele tinha primos que também imigraram para o Brasil e podem ter enviado uma carta-convite incentivando sua vinda. O jovem imigrante é encontrado somente na lista de bordo do vapor Città di Genova com o destino assinalado para Tombos, não tendo registros do mesmo na Hospedaria Horta Barbosa. Riccardo se casou com a brasileira Leocádia, dando seu sobrenome às duas filhas que a esposa já tinha. Cristiane me disse que sempre ouviu falar que seu bisavô era viúvo de Maria Zecchi quando chegou ao Brasil. Esse é o nome da mãe que consta nas certidões de nascimento dos seus primeiros filhos, Henrique e Ernesto. Riccardo faleceu em Carangola aos 85 anos de idade, deixando 11 filhos.

O patriarca Antonio Borsari, seu filho Glicerio e sua esposa Angela se instalaram no distrito de Pinhotiba, em Eugenópolis - assim como os Fava. Gisele, trineta de Glicerio, diz que sabe que o trisavô chegou ao país com o pai, mas não que tinha vindo acompanhado da esposa. Nunca se falou sobre ela na família, apenas dos dois homens. Darci, bisneto de Glicério, conta que a família se mudou para Pedra Dourada quando ele tinha por volta dos 6 anos de idade e seus pais adquiriram uma propriedade para viver e trabalhar. Ele diz que não conheceu os avós muito bem e tampouco a mãe falava muito deles. Gisele também me disse que não ouviu muitas

histórias dos trisavós durante sua vida. Como Darci, o que sempre soube é que vieram para o Brasil em busca de trabalho porque eram muito pobres. Conforme ouvi de várias pessoas, os primos também me disseram que era difícil terem conversas com os adultos antigamente.

1.4 “L’ITALIA È FATTA. ORA BISOGNA FARE GLI ITALIANI.”⁹

As quatro famílias selecionadas para a pesquisa integraram a leva de emigrantes que deixaram a Itália alguns anos após a Unificação, que se findou em 1871. Autores como Truzzi (2016) colocam que os italianos não nasceram ao mesmo tempo em que a Itália e foi somente no estrangeiro que essas pessoas se identificaram como tal. Ao longo desta dissertação, poderemos ver como esses imigrantes de diferentes origens regionais desenvolveram o senso de italianidade e como o mesmo perdura entre os descendentes, levando em conta as particularidades de cada período. Para iniciar, é primordial que se entenda como se deu esse processo e como nasce uma nação.

Antes do *Risorgimento*, a Itália era dividida em reinos e ducados independentes com suas próprias culturas e línguas. Com a Unificação, o italiano se tornou o idioma oficial do país. No início do processo, somente 2,5% da população de 25 milhões era ítalo-falante. Essa porcentagem correspondia aos membros das camadas médias (comerciantes, industriais, burgueses, etc.) e altas (nobres, clero, universitários, etc.) (Bertonha, 2005). A camada mais pobre da sociedade se expressava verbalmente em seus dialetos locais, que eram totalmente diversos entre si ou encontravam-se variações de palavras.

Alguns anos demorariam até que todos aprendessem o italiano. Como a língua é um dos elementos da identidade, assim como outros, ela se propaga e se mantém através da interação. Gupta e Ferguson (2000) dizem que as interações são dadas entre espaços hierarquicamente organizados. Por isso, a língua italiana permaneceu, por bastante tempo, apenas no seio de um grupo específico. Em 1870 quando se iniciou, “em efetivo”, o processo migratório na Itália, muitos dos emigrantes só sabiam falar em dialeto ou compreendiam vagamente o italiano. Esta barreira linguística, portanto, era uma das dificuldades para a criação de uma identidade nacional. “Os emigrantes italianos não se viam, muitas vezes, como compatriotas, mas como vênets, calabreses, lombardos ou sicilianos” (Bertonha, 2005, p. 56).

⁹Tradução minha: “A Itália foi feita. Agora temos que fazer os italianos”. Frase do piemontês Massimo D’Azeglio. Pintor, escritor, político e presidente do Conselho de Vittorio Emanuele II – o primeiro rei da Itália após a unificação.

O sentimento de pertencimento que nasceu e transformou cada um desses indivíduos em “italianos” se associa com diversos símbolos que os fizeram sentir-se semelhantes. Uma nação surge a partir da imaginação de seu povo, como declara Anderson (2008).

Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (p. 32).

O autor expõe que os nacionalismos sempre são impulsionados por grupos de poder, como ocorreu na Itália, em que foram as classes médias e altas da sociedade que iniciaram o movimento pela Unificação. Elas trataram de desenvolver mecanismos que fizessem que os indivíduos se pensassem como uma comunidade, em que cada um seria até mesmo capaz de morrer em defesa de sua pátria. Bem como expressam duas estrofes do Hino Nacional Italiano, adotado em 1946 para inaugurar o nascimento da República Italiana:

Noi fummo da secolì (Nós fomos há séculos)
 calpesti, derisi, (pisados, desprezados)
 perché non siam popòlo, (porque não somos povo)
 perché siam divisi. (porque somos divididos)
 Raccòlgaci un'unica (Reunamo-nos sob uma única)
 bandiera, una speme: (bandeira: uma esperança)
 di fonderci insieme (de fundirmo-nos juntos)
 già l'ora suonò. (a hora já chegou)
 Stringiamoci a coorte, (Estreitamo-nos em coorte¹⁰)
 Siam pronti alla morte. (Estamos prontos para a morte)
 Siam pronti alla morte, (Estamos prontos para a morte)
 L'Italia chiamò! (A Itália chamou!)

Imaginada, a nação é modelada, adaptada e transformada. Anderson (2008) afirma que embora os Estados europeus fossem recentes, as nações eram históricas. A história de um território e, principalmente, de seus heróis sempre foi usada para que o povo os recordasse como seu passado. Elaboraões de censos, mapas e museus foram importantíssimos na concepção de integração e memória comum de um povo, visto que expunham símbolos que os faziam refletir

¹⁰A divisão do exército romano em coortes visava facilitar a conquista de novos territórios. Uma legião do exército romano era formada por dez coortes. Na música, estar em coorte significa fazer fileiras.

1.5 “A MINHA ITALIANA É LINDA E TRATA MUITO BEM DE MIM. ALMOÇO É MACARRONADA, POLENTA E CODEGUIM”.

A culinária é mais um dos símbolos que conectam indivíduos que acreditam pertencer a uma mesma nação. Dória (2009) coloca que foram muitos os marcadores que constituíram a cultura brasileira, principalmente, o marcador étnico. Na cozinha douradense é visível a forte influência italiana/regional italiana a partir dos discursos dos entrevistados. Mas também, como disse o autor, a cozinha caipira sempre foi baseada no consumo do milho, do porco, do frango, legumes e vegetais de horta - ingredientes bastante presentes na mesa dos camponeses italianos do século XIX. Para começar essa discussão, devo mostrar o que se entende por “culinária italiana” e quais pontos serão importantes para compreendermos como esses hábitos se perpetuaram entre os descendentes e os demais habitantes de Pedra Dourada.

Início essa sessão tendo como título dois versos da canção “La Gigiota”. A letra foi escrita por dois descendentes de italianos e é uma homenagem para as comunidades vênetas no Brasil. Minha preferência em destacar estes versos se dá em virtude dos autores escolherem a “macarronada, polenta e codeguim”¹¹ para dizer quais eram as comidas que a esposa italiana do personagem cozinhava para ele. Esses três tipos de comida podem simbolizar, em geral, uma identidade culinária dos imigrantes italianos no Brasil. Na música, é mencionada a naturalidade da personagem Gigiota, que é nascida em Turim. Essa cidade pode ter sido incluída na letra apenas para formar uma rima, mas também, ilustrar a culinária dos italianos do Norte. Entretanto, ao pensar em “comida italiana”, deve-se saber que o que conhecemos por “típico” no Brasil, se refere também ao que os imigrantes consumiam nos séculos XIX e XX na Itália e trouxeram esses costumes para cá.

Oliveira (2006) coloca que por terem poucos recursos econômicos, o padrão alimentar desses camponeses era muito restrito. No Norte, o ingrediente mais utilizado em várias receitas era o milho ou sua farinha (fubá). Também se consumia carne suína e embutidos, por ser mais barata do que os outros tipos de carne.

Portanto, quando os imigrantes começaram a deixar a Itália em meados da década de 1870, praticamente não tinham conhecimento do que logo depois passou a ser denominado “cozinha regional italiana (Oliveira, 2006, p.49).

¹¹Codeguim, como chamado pelos imigrantes vênéticos no sul do Brasil, é uma linguiça feita a partir de carne, tripas, pele de porco, gordura e especiarias. Em dialeto vênето é chamada de codeghin e em italiano, cotechino. Também é produzida e consumida em Pedra Dourada, mas não recebe nenhum nome em especial.

E foi em seus países de destino que eles puderam ter acesso a diversos ingredientes dessa tradicional cozinha e a reproduzir pratos que antes não lhes eram acessíveis. Por exemplo, o consumo do vinho pelos imigrantes em Pedra Dourada tornava-se possível ao passo em que as famílias tinham um pouco de dinheiro extra no orçamento. Assim, no estrangeiro, os imigrantes ao descobrirem-se italianos, usavam da culinária para se afirmar, se sentirem membros de uma comunidade imaginada ou se diferenciarem dos demais grupos de imigrantes e “nativos” do local de residência.

Considerando ainda a origem das famílias, senti que fosse importante saber a proveniência dos outros sobrenomes amplamente difundidos na cidade: Bissiatti (Bizziato), Carra, Carrara (Carraro), Janetti (Ganetti, Gianetti ou Zanetti) Morandi, Peruzzo e Zan. Embora não tenha me aprofundado em suas trajetórias, tive a curiosidade em descobrir de que regiões eram mais recorrentes. Sobre os Carrara e os Peruzzo eu já tinha informações, pois havia conversado com dois descendentes, Cleber Carrara e João Domingues. A primeira família é natural de Mirano, no Vêneto. A segunda, de Sandrigo, na mesma região. Para os outros, usei o site *Cognomix* para mapear a incidência de sobrenomes nas regiões italianas. Os resultados mostraram-me que são prevaletentes no Norte italiano. Carra teve maior incidência na Emilia-Romagna. Morandi e Janetti (na versão com Z. Com J não obtive nenhum resultado) na Lombardia. Zan no Vêneto. Bissiatti (ou Bizziato, como está escrito na lista de bordo da família), não houve resultado. Como embarcaram no porto de Gênova, é provável que sejam do Norte.

Ao pensar o objeto de pesquisa e a relação das famílias italianas de Pedra Dourada com os alimentos, me fez refletir sobre por que a culinária é o primeiro tema citado quando são indagados sobre sua ascendência italiana. No meu roteiro, eu tinha duas perguntas que fiz para todos os entrevistados. A primeira, “o que é ser italiano?” e a segunda, “você acha que herdou alguma característica de seus antepassados?”. Nelas, a resposta mais comum é que ser italiano é gostar de comer bem, principalmente, de comer massas. A herança também é sempre remetida à gastronomia: gostar de macarrão, pizza, de beber vinho, etc.

Comecei a observar os aspectos alimentares a partir da minha família, mas antes de ter o primeiro contato com textos que discorriam sobre a relação desse tema com a formação de identidades, nunca me tinha ocorrido de associá-lo com uma cultura italiana, e muito menos, regional. Comer sopa de feijão com macarrão (minestrone) no inverno, ser recebida na casa da minha avó com uma deliciosa caçarola italiana ou lembrar-me de quantas vezes minha mãe tentou me convencer a gostar de angu (dizendo que na versão frita tinha o mesmo gosto de batata frita) nunca me fez associar esses hábitos às minhas origens. Pois, além de serem comidas

que possam nos remeter a um grupo étnico específico, também faz parte dos hábitos alimentares dos brasileiros e dos camponeses. Sansone (2004) diz que mais do que “simplesmente adaptarem sua cultura de antes da imigração às novas circunstâncias, [os imigrantes] construíram novas expressões culturais” (p. 13) que hoje são intrínsecas à cultura de um país como o Brasil, que é formado a partir da mescla de tantas culturas.

Neste momento, me vem à mente a invenção ou reinvenção da minha cultura ao conhecer o Outro, ou seja, aqueles italianos descritos nos artigos que li. Wagner (2010) enuncia que a partir das experiências que o pesquisador vivencia com o Outro, o faz refletir sobre a ideia de cultura que tinha de si próprio. Esse choque cultural me possibilitou ressimbolizar elementos que já estavam naturalizados em mim. Enquanto eu saboreava essas comidas, não as relacionava com a Itália como quando penso em Portugal ao comer um pastel de nata. Assim como, agora me chama a atenção quando os descendentes com quem conversei me contam sobre seus hábitos alimentares e a memória que guardam sobre eles com relação à origem italiana.

No início do primeiro ano de mestrado, passei uma semana em Pedra Dourada durante o carnaval e como é de costume quando estou lá, eu e minha mãe fazemos nossa “peregrinação” pela casa de vários conhecidos. Com a minha pesquisa um pouco mais amadurecida, a primeira casa em que quis passar foi na de Izabel e de seu irmão Tetei (Irineu), descendentes dos Fava e Carrara. Ela é uma das amigas da minha mãe que mais tenho intimidade, por isso, enquanto conversávamos, não tardei em perguntar sobre suas origens. Sendo a filha caçula, Izabel logo chamou seu irmão para falar comigo, pois ele que “sabia das coisas” por ser o mais velho. Entrando no assunto “alimentação”, eu lhe perguntei o que de italiano sua mãe preparava. Hoje, me divirto ao lembrar da resposta dele:

de italiano, não sei. Minha mãe sempre fazia massa de macarrão. Abria com a garrafa, cortava e colocava no varal para secar no sol. Comíamos com molho de tomate que ela fazia. Quando tínhamos dinheiro, no molho também colocávamos carne.

Ora, na cabeça de Tetei, como era na minha antes de ler tais textos, algumas comidas não significavam, propriamente, serem “comidas de italiano”, mas nós sabemos que se remetem à nossa origem. Aguirre, Bruera e Katz (2010) dizem que o sinal de que um grupo imigrante já se integrou à sociedade receptora é quando a culinária trazida por eles passa a ser chamada de “nossa”. Em Pedra Dourada, ao contrário de outras cidades mineiras, não se encontram pães de queijo ou feijão tropeiro para comer nos estabelecimentos. Mas sim, torresmo, caçarola italiana, angu, pão e bolo de fubá.

O torresmo é um petisco muito consumido no Brasil, principalmente em Minas Gerais, sempre acompanhado de aipim frito. Conta a história que é uma iguaria de origem brasileira que nasceu da mescla da cozinha africana com a portuguesa. Em toda a Itália ele é, também, bastante consumido, recebendo o nome de *ciccioli*. Na região da Emilia-Romagna e da Lombardia, de onde são provenientes as famílias Belletti, Fava e Ferrari, o *ciccioli* é feito do mesmo modo que no Brasil (coloca-se o toucinho para fritar até que libere a gordura). A diferença é que, ao final e ainda quente, ele é prensado para retirar a gordura restante. Conversando com a minha tia sobre essa forma de fazer que eu desconhecia, ela me contou que minha avó fazia o torresmo dessa maneira às vezes. Como ela não tinha a prensa, fazia com o espremedor de batatas e obtinha o mesmo resultado. Outro prato que minha avó preparava com frequência era a flor de abóbora frita ou ensopada com ovo, além do *gnocco frito*, que não levava nenhum nome em especial. Ambos são consumidos na Itália e o *gnocco fritto* tem origem emiliana, sendo típico daquela região e arredores. Sua massa é feita, basicamente, com água, sal, farinha, bicarbonato e banha de porco. Depois de repousar por algum tempo, deve-se abri-la, cortá-la e fritá-la.

Sempre considerei a caçarola italiana como uma “comida de italiano”, por causa de seu nome. Mas, na realidade, descobri durante a pesquisa que é um doce dos imigrantes italianos no Brasil. Minha avó sempre a fez para a família e para comercializar no botequim que teve por algum tempo. Vanderli Fava também diz que adorava a caçarola que sua mãe fazia. Ao comentar da receita com uma prima italiana, ela me disse que nunca a tinha visto na Itália. Fiquei curiosa do porquê, então, se chamava “italiana”. Ao pesquisar na Internet sobre o doce, encontrei a mesma receita (algumas com um ingrediente a mais ou a menos) com vários nomes: caçarola mineira, pudim de padaria ou, simplesmente, caçarola. Logo, pensei em fazer uma postagem no grupo “Cidadania Italiana – Área Livre” perguntando se alguém conhecia a origem da “caçarola italiana”, já que lá há também muitos estudiosos de temas que concernem a Itália. Pessoas de São Paulo, do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Santa Catarina me responderam que era um doce tradicional em suas famílias. O bacharel em gastronomia Bruno Milan me escreveu que aprendeu na graduação que a caçarola, na verdade, não é um doce de origem italiana. Ela surgiu com os italianos que se estabeleceram em São Paulo, onde também é conhecida como “pudim de Paulicéia”. Várias teorias da origem da caçarola surgiram nos comentários, mas uma bastante interessante foi a do membro do grupo Ivan Travaini, que diz que o nome pode ter mais relação com a forma de assar e não com a origem. Pois, antigamente, bolos e tortas eram assados dentro de panelas, que em italiano se diz *casseruola*. Por assar o

doce dentro de uma *casseruola* e ser habitualmente feito por italianos, que pode ter surgido o nome “caçarola italiana”, demarcando a origem de quem mais o produzia.

O angu é um prato comum na mesa de todos os douradenses, não só dos descendentes. Assim como a polenta é um dos pratos típicos do norte da Itália, muito consumida nas regiões da Lombardia, Emilia-Romagna e Vêneto. Aqui no Brasil, se fala que o angu seria de origem africana e a polenta, italiana. Bruno Milan me explicou que os dois se diferem apenas no ingrediente: para o angu, é usado o fubá fino. Na polenta, o fubá grosso. Porém, como alguns dos entrevistados me disseram, antigamente não podiam escolher a espessura do fubá para cozinhar. Fazia-se com o que tinha, ainda mais porque viviam longe dos centros urbanos e não tinham opções. Izabel Fava me contou que hoje, ela prefere fazer o angu com o fubá fino, mas sua mãe utilizava o tipo mais grosso. No entanto, se só tivesse o fino, usavam ele mesmo. Feito com fubá fino ou grosso, de consistência mole, de corte, frito, recheado, tudo é angu em Pedra Dourada. Nas falas, percebi que a diferença para eles, é marcada em quem cozinha. Ou seja, tem o angu e o “angu italiano”. Minha tia Ana disse que se lembra muito bem de ver minha bisavó, Maria, comendo angu recheado com queijo ou com molho à bolonhesa. Segundo ela, hoje quem come angu assim na “Dourada” são só os descendentes de italianos. Minha avó fazia angu todos os dias e quase para todas as refeições, variando somente a consistência. Às vezes era o angu de corte - mais sólido para poder ser cortado com o barbante -, angu pastoso, angu doce ou pele de angu frita. Depois que minha tia soube que preparava o angu igual a uma prima italiana, disse ter a confirmação de que o seu era legítimo.



Figura 18: Ana Maria Almeida (família Belletti) fazendo angu em sua casa.

Fonte: acervo pessoal.

A cada casa que visitamos em Minas, é um cafezinho que nos é oferecido. Geralmente, ele é acompanhado de uma broa de fubá ou bolo de milho. Mas na casa da Dercilene Zan Fava

(mais conhecida como Sirlene), o acompanhamento é a pele de angu frita, uma tradição em sua família. Ela conta que aprendeu com a mãe e a avó italiana. Sirlene comenta que, antigamente, muitas famílias italianas ainda faziam a pele de angu frita. Mas hoje, é difícil encontrar quem faça e por isso, a sua ficou famosa na cidade. Se eu falar para algum douradense que fui à casa da Sirlene, com certeza vão me perguntar: “comeu a pele de angu?”. Sirlene diz que, frequentemente, deixa algumas peles secas e prontas para fritar, porque recebe muitas visitas e gosta de agradá-las servindo-as, pois, as pessoas sabem que a pele de angu frita em Pedra Dourada tem endereço certo. Por ser um ingrediente barato e nutritivo, o fubá era usado para fazer o angu em suas mais variadas formas, assim como pães e bolos. Abaixo, o passo-a-passo da preparação da pele de angu frita da Sirlene:



Figura 19: 1º passo – fazer o angu e deixar descansando em um prato esmaltado em cima do fogão à lenha aceso.

Fonte: acervo pessoal.



Figura 20: 1º passo - com o calor do fogão, em cima irá criar uma espécie de "pele" que deve ir sendo retirada.

Fonte: acervo pessoal.



Figura 21: 2º passo – a pele retirada é colocada para secar no varal em cima do fogão.

Fonte: acervo pessoal.



Figura 22: 3º passo - depois de secas, estão prontas para serem fritas.

Fonte: acervo pessoal.



Figura 23: 4º passo - as peles de angu são fritas e colocadas para escorrer a gordura em um papel toalha.

Fonte: acervo pessoal.

Alice Ferrari e Vanderli Fava também me contaram que o angu estava sempre presente na mesa de suas famílias. O neto de Alexandre Fava ainda lembra dos almoços de domingo, em que às vezes bebiam o Vinho Menicucci, fabricado pela família que imigrou para Carangola e deu nome à marca. Ao falar de sua mãe, a senhora Alice Ferrari menciona que os dotes culinários dela foram herdados da avó, Erminia Degli Esposti. Muito entusiasmada e orgulhosa, sorria ao me contar que sua mãe preparava o próprio fermento para fazer o “pão italiano”, que levava fubá e farinha na massa. Mais um pão que dona Mariquinha Fava fazia e segue sendo feito até os dias atuais por sua neta Penha, é a *piadina romagnola*, que tem como ingredientes farinha, sal, banha e fermento. Segundo ela, o macarrão era outra especialidade de dona Mariquinha. Inclusive, nas palavras da filha, ela fazia um *ravioli* delicioso. Enquanto isso, minha tia Ana que estava conosco, descreve alguns momentos de quando era criança e via dona Mariquinha cozinhar o macarrão que tinha acabado de secar e passar no fubá, para que os fios não embolassem na panela. Ela conta que não ia embora enquanto o macarrão não ficava pronto, pois sempre lhe serviam um prato. Dona Alice parecia muito feliz em relatar e lembrar do que sua mãe cozinhava, mas triste ao pensar que não aprendeu nenhuma de suas receitas pois, desde criança, teve que trabalhar na roça com seus irmãos e não conseguia passar muito tempo com a mãe.

Mahina Fava, bisneta de Alexandre, mora em Juiz de Fora - um dos locais que absorveu grande número de imigrantes italianos. Hoje em dia, podemos encontrar na cidade uma agência consular honorária que faz parte da circunscrição consular italiana de Minas Gerais, e a Casa D'Italia, um centro de convivência e promoção da cultura italiana. Além de contar com o setor de cursos de italiano, gastronomia, design e outros, a Casa d'Italia abriga o restaurante *Sapore di Calabria*, onde Mahina diz que adora frequentar. Contou-me que gosta de ir pela qualidade da comida e, também, porque se sente mais próxima de sua origem. Ela conhece o chef Pietro (que é também o agente consular de Juiz de Fora) e elogia que por ele ser italiano, prioriza que os pratos sejam feitos como na Itália, com ingredientes italianos e isso faz com que a comida tenha um sabor diferente dos outros restaurantes desse segmento que ela já visitou. No *Sapore di Calabria*, Mahina comenta que além da comida ser sensacional, até a cor das toalhas (xadrez vermelhas e verdes) à remete a uma atmosfera italiana.

Até agora, pude perceber que o “ser italiano” é uma classificação que entre os descendentes de italianos que foram para Pedra Dourada, lhes traz uma sensação de originalidade. Aguirre, Bruera e Katz (2010) colocam

que o ato de preparar a comida, na cozinha, se produz um processo de patrimonialização alimentícia, quando se selecionam ingredientes, preparações, tipos de caldos, temperos, sobre a base de uma transmissão – que é mais do que uma simples aprendizagem – que identificam a cozinheira e o comensal com um passado, com uma tradição (p. 42). [tradução minha]

Santos e Zanini (2013) afirmam que a partir de suas experiências com descendentes de italianos no Rio Grande do Sul, foi visto que a comida é um tema significativo e complexo para os descendentes, pois chega a incitar um discurso de pertencimento, uma vez que determinadas comidas são fortes símbolos de italianidade. Exaltar sua origem através dos tipos de comidas também pode ser pensado como uma forma de resistência, como dizem as autoras. Contar suas histórias através do alimento é uma maneira que eles têm de se identificar com uma identidade italiana sem se desassociarem da brasileira ou de quaisquer outras que tenham. Comer esses alimentos faz com que se vejam como italianos, porque foi essa a cultura italiana que conheceram. Ainda que para um italiano, essa cultura não é propriamente a mesma que a deles, mas sim, como os italianos se inventaram no estrangeiro. Para esses descendentes, a comida é um meio de exercerem sua italianidade, bem como foi notado em suas falas. O caso de Alice Ferrari é um ótimo exemplo para mostrar o quanto a comida é um símbolo de valor para os descendentes. Pois, quando ela me disse ficar triste porque não deu continuidade à excelência culinária da mãe e da avó, sua voz ficou com um tom mais baixo, como se estivesse decepcionada ou envergonhada de me contar sobre essa relação. Alice parecia se sentir “menos italiana” por causa disso.

É certo que essa identidade não é acionada a todo momento, mas ao ser requisitada, ela aparece com elementos que justifiquem tais gostos, servindo para destacar o indivíduo e marcar seu pertencimento ao grupo étnico. Essa diferenciação ainda pode ser gerada, também, para indicar o lugar do imigrante italiano em uma sociedade. Sansone (2008) diz que na sociedade pós-moderna e globalizada, o banco de símbolos que um grupo étnico pode se valer é ampliado. A culinária italiana, tão difundida no mundo inteiro, torna-se um importante sinal diacrítico na formação da identidade dos indivíduos com base nas suas origens.

1.6 “LASCIASTEMI CANTARE, PERCHÉ NE SONO FIERO. SONO L’ITALIANO. L’ITALIANO VERO!”¹²

As explanações de Santos e Zanini (2013) me fizeram refletir sobre a manutenção de hábitos alimentares como resistência, produção de memórias e de identidades. Como já foi dito, as famílias que imigraram para Pedra Dourada são provenientes do Norte da Itália, ou seja, não possuíam tantas diferenças quanto aos hábitos alimentares, culturais, linguísticos, etc. Por isso, é perceptível que conseguiram-se preservar algumas características, que já estão naturalizadas no dia-a-dia dos descendentes, mas aparecem quando as memórias sobre os antepassados são acionadas. Três fatores importantes que pude observar para pensar, também, a construção da italianidade foram as redes de relações, as uniões conjugais e a identidade étnica na qual a primeira geração nascida no Brasil se identificava.

Muitos Fava contraíram matrimônio dentro do círculo de famílias italianas que viviam em Pedra Dourada (Bissiatti, Carrara, Ferrari, Janetti, Zan, Degli Esposti) e mais diversas outras de origem italiana da região (Cirelli, Perucci, Bonisson, Grizotti). Já meu trisavô, Costantino Belletti, ao ficar viúvo, se casou novamente com Carolina Branconi, também italiana - nas palavras da minha avó, Carolina era “uma verdadeira italiana”, uma mulher muito rígida, católica fervorosa que obrigava aos netos do marido a fazerem jejum durante toda a quaresma. A geração da minha bisavó e de seus irmãos não contraíram matrimônio com italianos ou descendentes. Porém, a rede de amizades com eles era fortíssima.

Minha avó contava que sua mãe adorava passear em Carangola para visitar seu primo Luiz. De acordo com ela, por ele ser “o Belletti que deu certo” e ter enriquecido, sempre lhe oferecia as melhores comidas - como queijos e vinhos - que por ser pobre, não tinha condições de comprar. Segundo minha tia Ana, minha bisavó sempre ia ao bairro da Água Santa, em Tombos, onde morava a família Lazzaroni, de quem era muito amiga. Apesar de ter poucos recursos, meu tio-avô Sebastião contava que sua mãe preparava um “banquete” para receber os Lazzaroni quando a visitavam. Também pude observar essa afeição e, até companheirismo, ao ler as certidões de casamento civil e religioso dela, em que os irmãos Domingos e Severo Lazzaroni foram as testemunhas. Esse fato também se repete ao ver a certidão de casamento de Henrique Ferrari com Maria Fava. Foram testemunhas Jacintho Bissiatti e Serafin Janetti.

¹²Tradução minha: “Deixe-me cantar, porque sou orgulhoso disso. Sou italiano. Italiano de verdade! “. Trecho da música “L’italiano”, famosa na voz do cantor Toto Cotugno.

Mais um episódio interessante e curioso na história dos Ferrari, Belletti e Borsari é quanto a naturalidade dos primeiros filhos em cada uma. Cristiane Ferrari se refere a sua família como “misteriosa”, pelas histórias que contam de seu avô e bisavô. Desde criança, soube que seu avô Henrique tinha vindo da Itália com o pai, Riccardo, e seu irmão Ernesto. O que lhe contavam era que o patriarca tinha ficado viúvo na Itália e decidiu emigrar com os dois filhos pequenos, para ficar próximo de familiares que já moravam em Tombos. Alguns anos depois Riccardo, já casado com Leocádia, ficou doente e retornou à Itália para tratar de sua saúde. Quando já estava recuperado, voltou ao Brasil e se juntou novamente à sua família. Cristiane me conta que ao buscar as certidões de seu avô para construir a árvore genealógica, se depara com a informação de que ele teria nascido em Tombos, em 1902. Mas, como é comum erros cartorários, ela pensou que este fosse mais um deles. Afinal, seu pai dizia que Henrique falava português com um pouco de sotaque e tinha o apelido de “Rico”, pois seu nome em italiano seria Enrico. O próprio Henrique também contava essa história de sua infância, assumindo sua nacionalidade italiana.

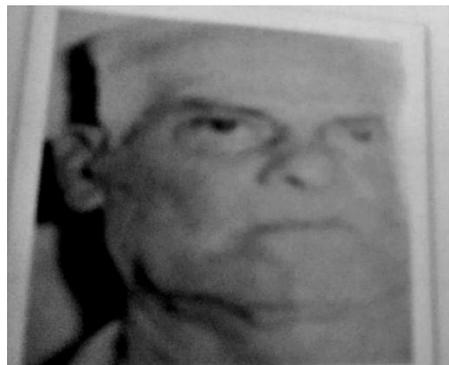


Figura 24: Henrique Ferrari.

Fonte: acervo de Cristiane Ferrari.

Por conseguinte, Cristiane mencionou tudo isso já na nossa primeira conversa, via *Facebook* e me pediu ajuda para encontrar qualquer documento que constasse a chegada de seu avô ao Brasil. Todavia, o que encontrei foi o registro de chegada de Riccardo ao porto do Rio de Janeiro, em 1901, com 28 anos e sozinho. Ao confrontar datas, o nascimento de Henrique em 1902 seria, exatamente, 9 meses depois da chegada do pai. Portanto, ele seria mesmo brasileiro e não, italiano, como Cristiane e seu pai acreditavam. A mãe de Henrique, Maria Zecchi, pode ter sido uma italiana que Riccardo conheceu logo ao chegar. Na família Ferrari, nunca se ouviu falar dela além do episódio de seu falecimento na Itália. A outra versão da história é de que Riccardo tenha vindo sozinho para o Brasil antes dessa entrada de 1901 e em 1896, Henrique foi trazido pelo tio Giovanni para ficar junto ao pai. Cristiane tirou essa

conclusão quando viu a lista de bordo do vapor Attività, em que veio minha família, e na mesma página constava uma família Ferrari composta de Giovanni, Carolina e Enrico. Pois, conta-se que Riccardo tinha no Brasil um primo chamado Giovanni, natural de Pomponesco, que depois se mudou para a região Sul e nunca mais fez contato. Apesar de Riccardo ter nascido em Dosolo, havia uma conexão com Pomponesco, pois sua irmã nasceu lá. No entanto, Cristiane já realizou buscas e não encontrou a suposta certidão de nascimento italiana de Henrique, existindo até agora, somente sua certidão de nascimento brasileira lavrada em Tombos.

Na família Belletti, o “mistério” era similar. Minhas pesquisas genealógicas começaram quando descobri que no Arquivo Nacional, estavam disponíveis os livros de bordo dos imigrantes que chegaram ao porto do Rio de Janeiro durante os anos de 1875 a 1910. Desde criança eu ouvia minha família falando da minha bisavó Maria, que tinha vindo para o Brasil com 8 anos de idade. Um primo da minha mãe, inclusive, me disse que a avó contava que, desde o vapor, jogava pão para os peixes no mar e os marinheiros da embarcação a repreendiam.

Porém, ao solicitar a busca no Arquivo Nacional por seu nome, “Maria Belletti”, os resultados foram negativos. Mesmo assim, não desisti e continuei investigando pela Internet. No dia do falecimento da minha avó, em 2011, toda a família do Rio e de outras cidades vizinhas a Pedra Dourada foi ao velório. E, assim, conheci muitos primos distantes que sequer tinha ouvido falar. Ao comentar sobre minha vontade em construir nossa árvore genealógica, uma prima que trabalhava no cartório de Carangola se ofereceu para buscar o óbito da nossa bisavó, pois sabíamos que ela havia falecido na cidade. Passados alguns dias, Daiane me disse que o tinha encontrado, mas estava escrito que Maria Belletti tinha nascido em Tombos, em 19 de setembro de 1896 e aproveitou para me passar os nomes dos pais que constavam no registro.



Figura 25: Maria Belletti.

Fonte: acervo pessoal.

Resolvi, portanto, voltar ao site do Arquivo Nacional e buscar pelo nome dos meus trisavós. Não demorei muito para encontrar o registro deles, dos filhos e do sobrinho. Anos mais tarde, segui na busca pelos documentos da minha família. Dessa vez, visando obtê-los para dar entrada na minha cidadania italiana. Em Tombos, encontrei as certidões de casamento e nascimento da minha bisavó e ela, realmente, não tinha nascido na Itália.

Frederico Borsari, como conta sua bisneta Gisele, também sempre disse que era italiano. Inclusive, contavam-se histórias na família de que ele teria vindo com o pai quando era criança. A bisneta não sabia que Angela tinha vindo com o esposo, até encontrar o registro de chegada da família. Frederico trabalhou na roça, era carpinteiro e, também, foi juiz de paz de Pedra Dourada. Quando tinha por volta de 60 anos, Frederico ficou muito doente, se mudou para Tombos e lá mesmo faleceu. Gisele é neta de Maria, filha de Frederico, em quem se inspirou para dar o nome de Mariah para sua filha. Ao conversar com ela, percebi que sempre se referia à avó como italiana: “sim, minha família é italiana. Minha avó se chamava Maria Borsari”.

Pareceu-me demasiado curioso pensar em quais seriam os motivos que faziam Henrique, Maria e Frederico se afirmarem italianos, e ainda mais, o fato de contar histórias que nem mesmo tinham passado com eles. Ademais, já testei perguntar sobre a minha bisavó a outros moradores de Pedra Dourada que a conheceram. Em todas as falas, é comum dizerem que ela era uma italiana que falava muito alto e “enrolado” (tinha bastante sotaque e não falava bem o português). Minha tia Ana comenta que se minha avó ainda fosse viva, ficaria deveras decepcionada, pois ela tinha orgulho em mencionar a origem de sua mãe.

A formação de uma identidade está, também, intrinsecamente relacionada à memória. Halbwachs (1990) diz “que é impossível conceber o problema da evocação e da localização das lembranças se não tomarmos para ponto de aplicação os quadros sociais reais que servem de pontos de referência nesta reconstrução que chamamos memória” (p. 2). Aplicando isto ao caso de Maria e Henrique, pode-se entender que a memória se constrói enraizada em vários quadros sociais, ou seja, ela é formada coletivamente. O autor ainda coloca que as imagens “que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que podemos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida” (p.18). Logo, a memória vem à tona a partir de uma leitura individual que a pessoa faz do passado baseada em seu presente. Acredito que para Maria e Henrique, crescer no seio de uma “comunidade italiana” em uma localidade de pessoas de diversas origens, lhes permitiu assumir para si essas imagens que lhes eram relatadas e transformá-las, também, em suas lembranças. Ao se apropriarem dessa identidade italiana, estão efetivamente reclamando por uma diferenciação com os demais que não possuíam a mesma

origem. Para eles naquele momento, serem reconhecidos como italianos, deveria ser importante em algum âmbito de suas vidas.

A manutenção de hábitos culturais só é capaz de existir quando há pessoas que interagem entre si e os compartilham, assim como vemos em Barth (1976) a partir do exemplo dos paquistaneses do Sul e do Norte. E, todas as características que os descendentes assumem ou ações que realizam, justamente, por causa de sua origem, são os sinais diacríticos que os grupos utilizam para diferenciar-se. Assim como pensar-se como italianos e não vênets, lombardos ou emiliano-romagnolos, se torna uma estratégia mais eficaz para diferenciar-se daqueles que não possuem culturas em comum com eles. Como por exemplo, em Pedra Dourada, serviria para mostrar que eram diferentes dos descendentes de alemães, suíços, portugueses, espanhóis, escravos e demais indivíduos que eram naturais da região.

Nota-se, claramente, que as culturas herdadas pelos descendentes não são idênticas às que foram trazidas pelos imigrantes pois, como diz Barth (2005), a cultura é resultado das experiências entre os indivíduos. Portanto, a formação das culturas está em fluxo constante, do mesmo modo que a construção de identidades étnicas.

CAPÍTULO 2

O PAPEL DAS MUDANÇAS SOCIAIS E POLÍTICAS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE ORIGEM DOS DESCENDENTES

No decorrer da pesquisa, descobri uma relação que eu nunca teria pensado haver em Pedra Dourada e região: os italianos e a política. Afinal, sempre foram camponeses sem muita instrução e eu associava este fato a uma vida rural mais pacata. Essa luz se acendeu em uma conversa com o meu orientador enquanto lhe contava que o neto do italiano Alexandre Fava me disse que seu avô foi preso por volta dos anos 40, mas ele não sabia o motivo. Logo, fui aconselhada a buscar nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Minas Gerais, presentes online no Arquivo Público Mineiro (APM), por documentos que registrassem a passagem dele por lá ou alguma associação com movimentos fascistas. Não encontrei seu nome entre os acusados de fascismo na região, mas encontrei arquivos do Núcleo Integralista de Carangola e de outras cidades próximas que constavam nomes de outros italianos que me interessavam. Todos esses documentos foram apreendidos pelo DOPS e fazem referência a tudo o que foi acumulado pela polícia política entre os anos de 1927 e 1979. Entre eles, havia listas de presença, comprovantes de doações, comprovantes de pagamento dos assinantes do jornal “O Integralista” - produzido pelo núcleo de Carangola -, folders propagandistas e cartas denunciando atos de italianos e demais estrangeiros – em todas elas, os relacionavam ao integralismo e fascismo.

Além da pesquisa no APM, também acessei a página da Hemeroteca Digital Brasileira, no site da Fundação Biblioteca Nacional. Não imaginava que iria encontrar algum registro de uma cidadezinha tão pequena da Zona da Mata Mineira como Pedra Dourada, mas coloquei alguns nomes, como: Alexandre Fava, Henrique Ferrari e Frederico Borsari. E, posteriormente, outros personagens de importância para a pesquisa, como Giovanni Sartori, Frederico/Federico Carelli e Padre Julio Maria. Para minha surpresa, vários números do jornal “Gazeta de Tombos” estão disponíveis para leitura. Os nomes dos primeiros são mencionados em exemplares de 1945, associados a notícias do Partido Social Democrático (PSD), pelo qual concorria o candidato a presidente Eurico Gaspar Dutra e então, vencedor da eleição no corrente ano. Os demais indivíduos, encontrei referências sobre os mesmos em diversos jornais.

Com base nesses documentos de ambas as plataformas, poderemos pensar como esses movimentos políticos influenciaram nas identidades dos italianos e de seus descendentes. Portanto, neste capítulo irei começar mostrando a presença do integralismo na Zona da Mata Mineira, seus ideais e o alcance que teve entre os estrangeiros que moravam na região. Ao

mesmo tempo em que o integralismo fascinava a muitos, Mussolini viu nesses núcleos de imigração um potencial de difundir o fascismo a partir dos italianos. Assim, através da agência consular que foi inaugurada em Carangola, observaremos o desdobramento de suspeitas de envolvimento com o integralismo entre os italianos, como também, o possível envolvimento de um padre belga com inclinações fascistas. A partir das histórias pessoais dos nossos personagens Luiz Belletti, Alexandre e Rafael Fava e Frederico Borsari, notaremos seus fortes interesses políticos, mas a ausência de “querer fazer política”. Por fim, o capítulo 3 mostrará como foi sendo construído o estigma do “italiano desleal” entre as décadas de 30 e 40. E como esses contextos, possivelmente, contribuíram para a diluição e o apagamento dos costumes de origem desses imigrantes na região.

2.1 OS CAMISAS-VERDES NA ZONA DA MATA MINEIRA

“Aimorés, 29 de setembro de 1942

...os existas mais ativos são padres hespanhoes, italianos e alemãs, e geralmente os delegados são católicos militantes. O governo deve tomar medidas urgentes e agir contra quem quer que seja que colabore com o Eixo, pois taes elementos constituem um perigo para a segurança do nosso paiz e influem para que brasileiros de pouca visão tornem-se simpatizantes dos nossos inimigos”.

O trecho acima foi retirado de uma carta enviada ao Ministro do Trabalho, por uma pessoa de codinome A. Lynce. Provavelmente, um viajante ou um negociante pois, no fim da carta, ele diz que não assina seu verdadeiro nome porque viajava sozinho a cavalo em zonas muito perigosas habitadas por alemães e italianos. Ele ainda coloca que estes estrangeiros ofereciam ameaça em razão de serem de países do bloco do Eixo, contrários à posição do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e de muitos deles terem feito ou fazerem parte da Ação Integralista Brasileira (AIB).

A AIB foi um movimento político – como eles próprios preferem chamar - que surgiu em São Paulo em 1932. O slogan “Deus, Pátria e Família” era o que definia os preceitos do movimento. As famílias seriam a base de uma sociedade próspera, temente à Deus e à pátria. Defendiam a moral cristã (católica), a manutenção dos valores tradicionais e dos bons costumes. Não por acaso, se aproximavam aos preceitos do fascismo italiano. Podemos enumerar algumas das características semelhantes ao regime fascista, de acordo com Eco (1998) e com as Diretrizes Integralistas disponíveis no site da “Frente Integralista Brasileira”.

- 1) Culto da tradição: ambos valorizam a manutenção das tradições com o fim de fortalecer a nação e o sentimento de pertencimento;
- 2) Discordar é uma ameaça: na formação de uma coletividade, todos os nacionais deverão colaborar para a formação de um único poder público. Assim, tudo será controlado e orientado pelo governo, para que, se surgir uma ameaça contra a ordem político-social ou econômica, ela possa ser, imediatamente, combatida.
- 3) Respeito às hierarquias: ambos consideram que os membros de uma sociedade devem respeitar a hierarquia, assim como, os valores morais que “prevalecem” entre a maioria. Ou seja, as minorias não têm voz nessas ideologias;
- 4) O bem coletivo: ambos camuflam um líder autoritário atrás de uma suposta vontade da maioria. Essa autoridade asseguraria que a vontade de todos seria cumprida;
- 5) Censura: ambos defendem a fiscalização do Estado sobre as artes, a imprensa e o rádio, visando proteger a indústria nacional. Tudo o que vem de fora e perpassa os interesses do governo, não é bem-vindo. O pensamento crítico é censurado a partir do que o governo acha impróprio.

Sobre a questão da raça, fascistas e integralistas conversam e se distanciam em alguns pontos. O fascismo defendia a superioridade de uma só raça e os integralistas defendiam a miscigenação como uma ponte que os levaria para a salvação da nação, como consta nas Diretrizes Integralistas de 1933¹³. Cruz (2006) coloca que esse discurso da criação de uma unidade sem diferenças, que foi visto com bons olhos por muitas pessoas, se camuflava atrás de um pensamento racista e eugênico que, como no início do século XX, ganhou bastantes adeptos. Para se adequar ao contexto brasileiro e cativar a tanta gente (a AIB chegou a contar com mais de 1 milhão de membros), apostaram em falar em miscigenação. Porém, como chegariam à essa nação una, como propunha também o fascismo, não fica claro.

Nas Diretrizes citam somente o plano para os indígenas, que deveriam ser integrados à sociedade brasileira civilizada por meio da evangelização cristã. No Manifesto de 7 de outubro de 1932¹⁴, colocam que os brasileiros que forem descendentes de estrangeiros também são bem-vindos pois, no Brasil, trabalham para o engrandecimento da nação. Na seção de “Perguntas e Respostas” do site da Frente Integralista Brasileira, dizem que o movimento não é racista e não teria como sê-lo, devido à mistura de raças no nosso país. Reiteram que o branco, negro e

¹³Disponível no site da “Frente Integralista Brasileira”:

<http://www.integralismo.org.br/?cont=123#.W8Ua9XtKi1s> - Acesso no dia 17 de outubro de 2018.

¹⁴Disponível no site da “Frente Integralista Brasileira”: <http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2> - Acesso no dia 17 de outubro de 2018.

indígena devem juntar suas forças em direção ao progresso. E os judeus devem misturar-se com os cristãos por meio do casamento, para que estejam “em pé de igualdade com as demais raças”¹⁵.

Para esta pesquisa, é interessante observar a presença de imigrantes italianos e seus descendentes nos núcleos integralistas que existiam em cidades vizinhas a Pedra Dourada. Logo, refletir também como a inserção dos mesmos no movimento pode ter influenciado na formação de suas identidades e de seus descendentes.

Em outubro de 1937, de acordo com um panfleto da AIB (figura 26), existiam 3 mil núcleos integralistas pelo Brasil. O núcleo de Tombos incorporava Pedra Dourada que, na época, ainda não havia sido emancipada.

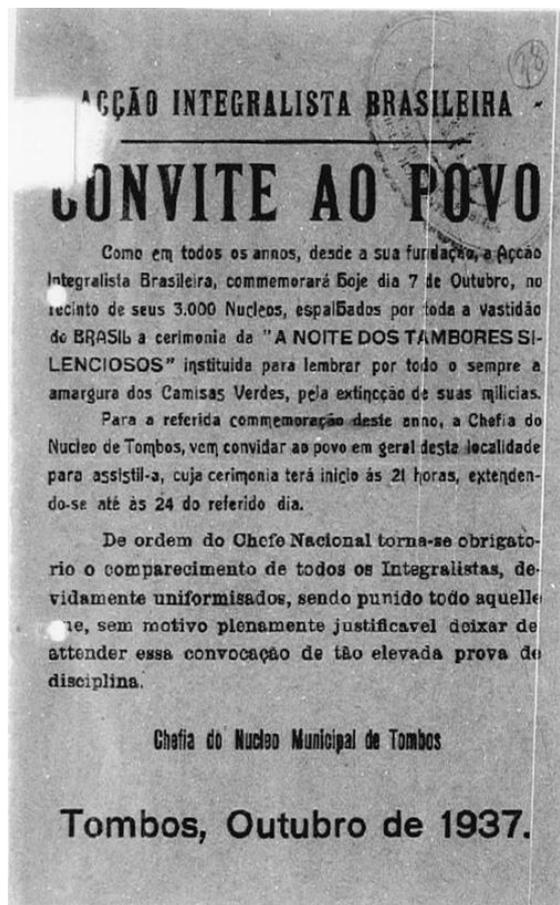


Figura 26: panfleto da AIB de 1937.

Fonte: Arquivo Público Mineiro

¹⁵Trecho retirado da seção “Perguntas e Respostas”, disponível no site da “Frente Integralista Brasileira”: <http://www.integralismo.org.br/?cont=900&ox=1#.W8gKKVVKi1s> - Acesso no dia 17 de outubro de 2018.

Em outro panfleto de novembro (figura 27), como o anterior, se refere a um convite direcionado a toda a população de Tombos para homenagearem membros do movimento. Eles destacam nos convites que todos são bem-vindos a participar, sem qualquer distinção. Os integralistas deveriam, obrigatoriamente, comparecer uniformizados e caso alguém não pudesse ir e não justificasse a falta, seria punido por indisciplina.



Figura 27: panfleto da AIB de 1937.

Fonte: Arquivo Público Mineiro

Nas listas que encontrei com os nomes (talvez listas de presença ou de registro de membros), procurei selecionar pessoas que tinham o sobrenome completo ou um deles de origem estrangeira. Meu objetivo era ver o alcance do partido entre italianos e descendentes. A consulta foi em listas do núcleo de Carangola e do núcleo de São Francisco do Glória (que foi distrito de Carangola até 1953), ambas cidades vizinhas a Pedra Dourada e com grande presença de imigrantes italianos.

Na listagem de Carangola, encontrei 166 membros com sobrenomes estrangeiros. Dentre eles, 74 com sobrenomes italianos (alguns sobrenomes se repetem em diferentes pessoas): Balzo, Belletti, Bello, Bergamo, Bernardinelli, Bernureto, Betlouello, Boccanera,

Canosenio, Cardelin, Cirelli, Citelli, Civinelli, Cocenza, Cyrillo, Dangelo, Feliponi, Finamone, Frescurate, Gadiolli, Gamberlini, Gasparelli, Gino, Grafanassi, Guiotti, Igalbiero, Lanfermini, Latorre, Laviola, Liotti, Mazzini, Meceni, Mezzacapa, Migliolo, Milanez, Mollo, Morando, Morato, Nacareti, Nolasco, Pagano, Peron, Pifano, Pio, Pizza, Rizzi, Rosestolato, Sabbatini, Serulli, Simoni, Spolaor, Terassani, Vermeillo, Vilete, Viotti, Vitta e Zambrotti.

Na listagem de São Francisco do Glória, foram 65 membros com sobrenomes estrangeiros e 40 com sobrenomes italianos (alguns sobrenomes se repetem em diferentes pessoas): Belgio, Belinato, Bello, Beluzio, Beozucci, Bettonelo, Biringui, Colomito/Colomimo, Cotta, Deboman, Debossan, Grafanassi, Lanfermini, Laviola, Lobati, Melino, Milanez, Nicacio, Peron, Querino, Raeli, Rozestolato, Rugo, Sette, Spinola e Tolentino. Todos os sobrenomes das duas listas foram escritos conforme se encontram nos documentos. Podem haver erros de grafia.

Dos demais estrangeiros, pelo o que pesquisei, são de origem alemã, suíça, espanhola e árabe. Infelizmente, não tive como saber se aqueles com sobrenomes “brasileiros” seriam mesmo brasileiros ou de origem portuguesa. Dois dos nomes assinalados na listagem de Carangola são de membros da família Belletti: Cesario (Cesare) Belletti e Luiz (Luigi). Sobre Cesario, não sei muito sobre sua vida. Somente que foi dono de um hotel na cidade de Manhumirim/MG. Já sobre Luiz, as informações são vastas, graças a conversas que tive há alguns anos atrás com sua filha Lauricy e no presente ano de 2018 com sua filha Conceição.

Como já foi visto no primeiro capítulo, Luiz veio para o Brasil com seus tios e primos após a morte de seu pai, que ocorreu meses antes de emigrarem. Ainda em sua juventude, o rapaz soube administrar bem o que ganhava. Ele deixou o campo com cerca de 17 anos, segundo Conceição. Depois da Fazenda da Serra, que foi o primeiro lugar em que os Belletti trabalharam, ela conta que a família foi para a fazenda de um coronel, em Tombos. Certo dia, o coronel disse que o empregado que mais produzisse, poderia comprar dele uma junta de bois pelo preço irrisório de 10 mil réis. Luiz foi o que mais se destacou e foi reclamar o prêmio ao patrão, que disse ter feito essa promessa apenas para que trabalhassem mais, porque estava-os achando muito preguiçosos. Ele, então, disse ao patrão: “olha, coronel, o senhor me deu uma grande lição de vida. Se Deus quiser, nunca mais vou pegar nisso aqui” – quebrando a enxada ao meio. Logo, ele juntou sua trouxa de roupas e deixou a fazenda rumando a Carangola.

Em Carangola, começou trabalhando em uma cocheira de dia e à noite, se resguardava no porão da mesma. Ao passo em que foi ganhando e economizando dinheiro, conseguiu abrir sua própria barbearia. Depois, abriu um bar, se casou e montou uma pensão, em que vendia comida aos ferroviários do turno da noite. Logo, começou a adquirir terras, construiu fazendas

e empregou muita gente. Ele também foi dono da Serraria São Luiz, que fez com que conquistasse uma posição de prestígio no ramo. No momento de sua morte, ele possuía quatro fazendas localizadas no Carfanaum (no município de Faria Lemos), Parada General, Carrapicho e Borboleta (distritos de Carangola). Além de seu espírito empreendedor, Luiz era muito atento à política. Apesar de nunca ter se candidatado a nenhum cargo, estava sempre presente no meio, que lhe rendeu muitas amizades. Como está escrito no memorial que sua filha Lauricy escreveu, ele era considerado “um verdadeiro carangolense” por ter ajudado a muitas pessoas. Participou da construção da 1ª Exposição Agropecuária e Industrial de Carangola, construiu casas no bairro Triângulo e muitas pontes para a prefeitura. Luiz era querido por todos, como disse a filha. Por seu “jeitão simples”, alegre, inteligente, disponível e pelo espírito humanitário.

Além de todas essas características positivas, as filhas comentaram que o “italo-carangolense” era um “juscelinista apaixonado”. Grande admirador do ex-presidente Juscelino Kubitschek, ele mantinha correspondência com o mesmo e fez questão de visitar Brasília no momento de sua construção, voltando empolgado com o novo período de desenvolvimento do Brasil. Conceição conta que quando Juscelino visitou Carangola para inaugurar o Carangola Tênis Clube, seu pai o levou de carro até lá. Depois disso, ninguém poderia mais se sentar no lugar em que o político sentou, senão levava bronca. Em julho de 1964, Luiz ficou muito doente e ao perceber que iria partir, magoado com os acontecimentos da Revolução de 64, disse chorando: “eu não vou ver o Juscelino voltar...”.

Apesar de não ter sido mencionado em nenhum momento pela família e por ser negado por uma das filhas quando a indaguei sobre esse tema, Luiz também fez parte da AIB, como descrevi anteriormente. Ele e seu primo, Cesario, eram dois dos assinantes do jornal “O Integralista”, como vemos na imagem abaixo (figura 28).

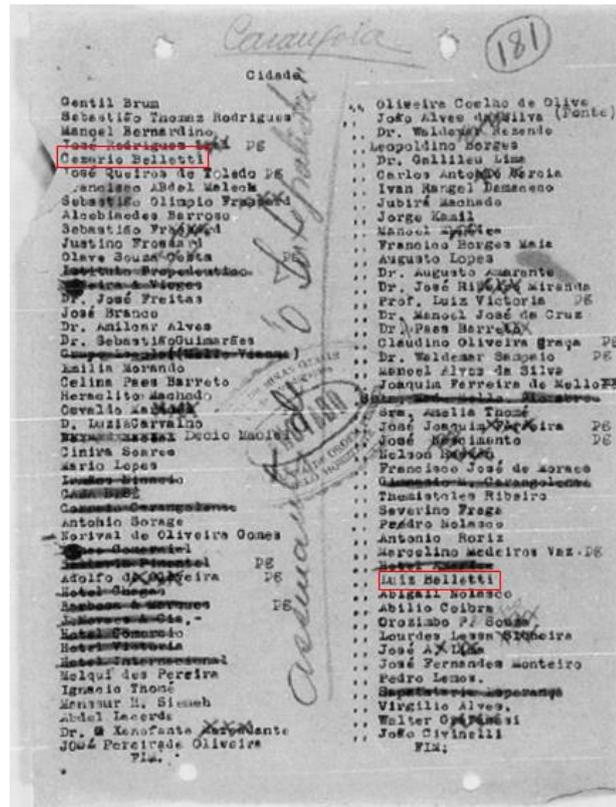


Figura 28: assinantes do jornal "O Integralista" de Carangola.
Fonte: Arquivo Público Mineiro

De início, pode parecer estranho que o mesmo homem (Luiz) que fez parte de um movimento “fascista à brasileira”, se assim podemos chamá-lo, também admirava um político que criou a “Frente Ampla” contra a ditadura militar. Apesar do governo de JK ter-se autodeclarado como “nacionalista desenvolvimentista”, foi repleto de medidas de desnacionalização, como a abertura do mercado ao capital estrangeiro para que pudessem ser ampliados os serviços de infraestrutura. Tampouco se assimilava ao ultranacionalismo integralista. Então, o que explica a ascensão do movimento integralista entre tantos italianos e demais estrangeiros? Antes de responder a essa pergunta, citarei outro exemplo de italianos que também se inseriram no meio político.

O italiano Alexandre Fava e os ítalo-descendentes Henrique Ferrari e Frederico Borsari foram membros do PSD enquanto o general Eurico Gaspar Dutra concorria à presidência do Brasil. De acordo com o verbete criado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o general Dutra era tido como “pró-alemães”, ou seja, pró-nazismo. Historiadores de posições políticas diversas – como Edgar Carone, Hélio Silva, Afonso Arinos de Melo Franco e Osvaldo Cordeiro de Farias - apontaram que o general Dutra era simpatizante do exército alemão e simpático ao regime de Adolf Hitler. Inclusive, ele era contra que o Brasil rompesse relações com os países do Eixo,

sob a justificativa de que “o país não estava suficientemente aparelhado, em termos militares, para assegurar a defesa de seu território”. Nesse verbete, ainda mencionam que Getúlio Vargas e Dutra tinham algumas divergências, mas se assemelhavam na questão nacionalista. Porém, “enquanto o nacionalismo de Vargas se traduziu primordialmente na luta pela implantação da siderurgia pesada, o de Dutra estava voltado para o reforço do poder militar no país” (Fundação Getúlio Vargas, 2016, n.p.). Julio Fava, bisneto de Alexandre, comentou que acredita assemelhar-se ao bisavô por gostar de política e querer sempre estar informado do que está acontecendo. Porém, não entendia muito por qual motivo ele ingressou no meio político. Ele também sabia da história de que Alexandre foi preso certa vez. Mas como seus primos, atribuía isto ao fato dele ser italiano.

Nas páginas seguintes, veremos como Benito Mussolini enxergou, nesses italianos, uma via de propagação de seus ideais. Basta que sigamos as trajetórias desses imigrantes citados para compreendermos os contextos históricos em que viveram e suas opções pela política.

2.2 OS INTERESSES FASCISTAS NO BRASIL

O fascismo tinha planos para os italianos que viviam dentro e fora de seu território, de maneira que alcançasse, também, aqueles que haviam emigrado. Bertonha (1998) coloca que desde o início de suas atividades como líder, em 1922, Mussolini começou a construir estratégias para cativar os italianos no exterior. Este plano foi sendo cuidadosamente arquitetado, como com o envio de Umberto Sala, emissário do governo italiano em 1925. Sala fez um relatório de sua visita a São Paulo e nele diz constatar que o envolvimento dos italianos com a política local era muito pequeno e medidas deveriam ser postas em prática para mudar esse cenário.

Em 1928, chegavam ao Brasil os “cônsules fascistas” que eram incumbidos de abrir e gerir agências consulares pelo país. De acordo com Bertonha (1998), o objetivo deles, além de ampliar o comércio e a economia entre Brasil e Itália, era atrair seus compatriotas e as novas gerações injetando nos mesmos os preceitos fascistas, à fim de estimulá-los por meio da (re)construção de uma italianidade a colaborar com a expansão do regime. Acreditava-se que quanto mais italianos estivessem incorporados no meio político e conservassem a italianidade, mais rápido nasceria uma América Latina fascista. O autor não menciona no texto, mas acredito que a abertura de novas agências consulares começou por lugares que tinham presença maciça de imigrantes italianos e descendentes, sem se importar se eram grandes cidades ou pequenos

povoados. Exemplificamos com o caso das agências consulares de Carangola e Muriaé (figura 29), ambas cidades que receberam grande número de imigrantes na Zona da Mata.

ITALIA	
ALEM PARAIBA (MA.) (Agencia Consular). Agente consular. (Reconhecido provisoriamente). Giovanni Bevilacqua.	Enc. da Agencia Consular: Francesco d'Enna.
ARARAQUARA (SP.) (Agencia Consular). Agente Consular: Caspare Abritta.	GOIAZ (MT.) (Agencia Consular) — (Tem jurisdição em todo o Estado de Mato Grosso: Chancelaria: Rua Moretti Foggia n. 28). Agente Consular: Biagio Limongi.
BAGÉ (Agencia Consular). Agente consular: Celso Taddei.	GUAXUPÉ — (Agencia Consular). Agente Consular. (Reconhecido provisoriamente): Francisco Ghigliotti.
BAIA (BA.) (Vice-Consulado de carreira) — (Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro. Chancelaria: R. Conselheiro Saraiva, n. 28). Vice-Consul: Giuseppe Setti.	ITAPETINGA (SP.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo). Agente Consular: Donato Antonio Passaro.
BARBACENA (Agencia Consular). Enc. da Agencia Consular: Calzavara Giuseppe.	JABOT. CABAL (SP.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo). Agente Consular: Carlo Tonanni.
BEBEDOURO (SP.) (Agencia Consular). Agente Consular: Augusto Danzi.	JAC (SP.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo). Agente Consular: Giuseppe de Mori.
BELEM (PA.) (Consulado) — (Tem jurisdição nos Estados de Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Territorio do Acre. Chancelaria: Travessa S. Matheus n. 3). Consul: Sestino Mauro.	JUIZ DE FÓRA (MG.) (Vice-Consulado) — (Subord. ao Cons. em Belo Horizonte). Vice-Consul: Dr. Virgilio Lancellotti.
BELO HORIZONTE (MG.) (Consulado) — (Tem jurisdição nos Estados de Minas Gerais e Goiaz. Chancelaria: Rua da Baía, 1866 tel. 22). Consul: Nob Ferdinando Wiel.	LAGUNA (SC.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Florianopolis). Agente Consular: Giacinto Tasso.
BLUMENAU (SC.) (Agencia Consular). Agente Consular. (Reconhecido provisoriamente): Giuseppe Landrini.	MACEIÓ (AL.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. no Recife. Chancelaria: Rua do Comercio, 50). Enc. da Agencia Consular. (Reconhecido provisoriamente): Gerbasio Antonio.
CAMPINAS (Vice-Consulado). Vice-Consul: Germano Castellani.	MANAOS (AM.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Belém). Agente Consular: Cav. Ghuilo de Cesare Roberti.
CARANGOLA (MG.) (Agencia Consular). Agente Consular. (Reconhecido provisoriamente): Giovanni Sartori.	MOCÓCA (SP.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo). Agente Consular: Domenico Pavan.
CANTADUVAS (Agencia Consular). Agente Consular: Giuseppe Zaccaro.	MURIAÉ (Agencia Consular). Agente Consular. (Reconhecido provisoriamente): Guarino Giuseppe.
BENTO GONCALVES (RS.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Porto Alegre). Agente Consular: Constante Gino Battocchio.	NOVA VENZA (SC.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Florianopolis). Agente Consular: Antoni Remor.
BOTUCATU (SP.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo). Agente Consular. (Reconhecido provisoriamente): Frederico Ricci.	OBIDOS (PA.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Belém). Agente Consular: Giuseppe Mileo.
CATAGUAZES (MG.) (Agencia Consular). Agente Consular. (Reconhecido provisoriamente): Antonio Lombardi.	OURO FINO (MG.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Belo Horizonte. Chancelaria: Rua Julio Bueno Brandão Filho). Agente Consular: Gottardo Gottardi.
CAXIAS (RS.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Porto Alegre). Agente Consular: Romolo Carbone.	PALMEIRAS (SP.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo).
CONQUISTA — (Agencia Consular). Agente Consular. (Reconhecido provisoriamente). Dr. Minicelli Ettore.	JOÃO PESSÓA (PE.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. no Recife. Chancelaria: Rua Maciel Pinheiro, 163). Agente Consular: Vincenzo Cozza di Vito.
CORUMBA (MT.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. Geral em São Paulo). Agente Consular: Carlo Lombarbi.	PARANAGUÁ (PR.) (Agencia Consular) — (Subord. ao Cons. em Curitiba). Enc. da Agencia Consular. (Reconhecido provisoriamente): Dr. Santi Lino.

Figura 29: agências consulares italianas no Brasil, destaque para as de Carangola e Muriaé.
Fonte: Relatórios do Ministério das Relações Exteriores, 1934.

Descobrir essas agências consulares foi uma surpresa para mim, pois eu nunca imaginaria que cidades com pouco mais de 15.167 habitantes, como Muriaé (Censo, 1920) e Carangola, com 19.305 habitantes (Censo, 1920), um dia tiveram agências consulares. Porque nos dias de hoje, Carangola tendo 32.296 habitantes (Censo IBGE, 2010) e Muriaé com 100.765 habitantes (Censo IBGE, 2010), não existe essa estrutura. A agência consular mais próxima é a de Juiz de Fora. Além dessas, as demais que estão diretamente interligadas com o Consulado da Itália em Belo Horizonte se encontram em Barbacena, Itabira, Montes Claros, Ouro Fino, Poços de Caldas, São João Del Rei, São Sebastião do Paraíso e Uberlândia.

Conforme a primeira notícia publicada em 3 de junho do corrente ano no jornal “A Noite” do Rio de Janeiro, a agência de Carangola pode ter sido aberta oficialmente em 1931, apesar da cidade já ter um correspondente consular, o italiano Francesco Partini - de acordo com notícia do “Il Bersagliere” de 1906, jornal italiano publicado no Rio de Janeiro. O cônsul

responsável pela agência foi Giovanni Sartori (figura 30), que já vivia no Brasil, uma vez que era correspondente em Carangola do “Il Bersagliere” (figura 31). Com a sua morte (por volta do ano 1937), Federico Carelli, italiano que também já morava em Carangola, o substituiu como agente (figuras 32 e 33).¹⁶



Figura 30: agências consulares italianas em Minas Gerais, com destaque para a de Carangola.
Fonte: Jornal “A Noite” do Rio de Janeiro, 3 de junho de 1931.



Figura 31: correspondentes italianos no Brasil do jornal “Il Bersagliere”
Fonte: Jornal “Il Bersagliere” do Rio de Janeiro, 1902.

¹⁶ Assim como ocorre hoje, os funcionários consulares eram contratados pelo governo italiano, sendo os mesmos italianos ou de outra nacionalidade. Atualmente, os cargos são preenchidos por meio de concursos com provas e entrevistas. Na época das agências consulares citadas, não consegui saber se havia algum procedimento similar ou uma seleção para a ocupação dos postos de trabalho. Concluí, apenas, que Giovanni Sartori e Federico Carelli já viviam no Brasil como imigrantes e não teriam sido enviados pela Itália, especialmente, para serem agentes consulares.

**CARANGOLA (MG.) (AGÊNCIA CONSULAR).
Federico Carelli — Agente Consular.**

Figura 32: Federico Carelli, agente consular de Carangola.
Fonte: Relatórios do Ministério das Relações Exteriores, 1937.



Figura 33: foto de Federico Carelli.
Fonte: Jornal "Vida Doméstica", 1930.

A primeira vez que a agência consular de Carangola apareceu na minha pesquisa foi enquanto eu olhava os arquivos do DOPS sobre integralismo na região. Entre eles, havia uma carta enviada por Federico Carelli em resposta a uma denúncia feita contra ele. Nela, Carelli explica ao delegado regional de Carangola, Apollonio Victor da Silva, o porquê de não haver razões para desconfiarem dele, referindo-se a uma suposta investigação de sua conduta, como diz na carta. Carelli afirma que como era conhecido por todas as autoridades carangolenses, a polícia não deveria hesitar em perguntá-las sobre ele e confirmar que não estaria envolvido em nada de errado. Ainda pede ao delegado que não faça nada contra a sua família, simplesmente, por ele ser italiano. Pede para sofrer sozinho as consequências de sua nacionalidade.

Encontrei, também, uma carta de 1943 do delegado Apollonio Silva direcionada ao Delegado de Ordem Pública de Belo Horizonte - a Delegacia de Ordem Pública (DOP) era o setor responsável pela comunicação entre as delegacias do interior, principalmente, para que pudessem conter, de maneira mais eficaz, determinados movimentos considerados afrontosos ao governo vigente (Santana, sem ano, p. 90). Ele cita alguns supostos nomes de pertencerem

ao integralismo e armarem uma insurreição do movimento. O delegado também informa que a agência consular italiana, tendo à frente Federico Carelli, foi misteriosamente invadida e revirada durante uma noite, mas sem ter objetos ou dinheiro roubados. Carelli não deu parte à polícia sobre o acontecido. Também foi observado que um homem chamado Max Linder, um “integralista proeminente” – conforme escreveram –, frequentava constantemente a agência consular junto a outros adeptos do movimento.

2.3 O PERFIL DOS ITALIANOS

Apesar dos esforços da Itália em querer difundir o fascismo no Brasil e formar coletividades, como em Carangola e arredores, não logrou seus objetivos por causa de algumas características que reuniam os imigrantes desses locais.

Bertonha (1998) diz que, no Brasil, os italianos poderiam se dividir em três grupos: trabalhadores rurais e urbanos; pequenos proprietários rurais e uma elite industrial; e comerciantes que faziam parte de uma nascente classe média. Em Santa Catarina, onde o pesquisador realizava sua pesquisa, a maioria dos italianos era dona de pequenas propriedades e tinham pouca cultura e instrução. A relação dos mesmos com a Itália se resumia a ligações afetivas com o país de origem. A segunda geração ainda mantinha essa ligação sentimental, mas se identificava mais com o Brasil. Já a terceira, só se identificava com o Brasil. Também não existiam escolas italianas ou associações que intensificassem essa relação.

Em Pedra Dourada, encontramos um perfil semelhante a esse. Por meio das entrevistas, pude perceber que entre os imigrantes, seus filhos e netos, a comunicação se dava em dialeto, italiano e um pouco de português. Algo da língua que restou foram frases de ordem para as crianças e palavras que são pronunciadas sem qualquer intenção de “parecer italiano”. Rosa Fava me repetiu as palavras em dialeto bolonhês (que dizia ser italiano) que o avô dizia quando estava bravo. Meus parentes e Elaine Fava, bisneta de Alexandre, lembram de palavras como “*sole*”, “*sale*”, “*male*”, “*signore*” que eram ditas pela minha avó e pelo avô dela, Sabino Fava. Uma das frases que minha mãe mais ouvia da minha avó, quando a acompanhava para a roça, era “*ma que sole quente!*”, enquanto se queixava do calor. Minha tia Ana comenta que falar como eles, nessa geração, era falar errado, era ser roceiro e sem estudo. Já na geração anterior, de seus pais que nasceram na Itália ou no Brasil, mas passaram a juventude aqui, “falar enrolado” era um modo de denotar quem pertencia àquele grupo. Não simbolizava ignorância, como para a geração posterior.

Dado que eram agricultores na Itália, imagino que também tinham pouca ou nenhuma instrução, principalmente, as mulheres. E ainda demorou para que as seguintes gerações tivessem um maior grau de escolarização. As quartas e quintas gerações (bisnetos e trinetos) foram as primeiras a chegar às universidades. Nas anteriores, predomina o ensino fundamental completo. A maioria das famílias eram proprietárias de terras, mas não que isso queira dizer que eram ricas. Como um membro da família Fava me disse, “antigamente tinham-se muitos filhos para que tivessem mão-de-obra na lavoura”. A família representava um núcleo de produção e reprodução, como diz Colbari (1997): “era praticamente auto-suficiente na produção de alimentos e bens artesanais necessários ao trabalho e ao consumo pessoal” (n.p.).

Perante contextos como esses, Bertonha (1998) coloca que era impossível que o fascismo conquistasse os italianos e seus descendentes. Os imigrantes que se interessaram foram aqueles que chegaram após a Primeira Guerra Mundial. Estes tinham maior qualificação e não eram tão miseráveis como os do fim do século XIX e início do XX. Logo, ocupavam cargos de maior prestígio, frequentavam associações e contribuía para a valorização de uma cultura italiana recém-criada, diferente da dos “primeiros imigrantes” que ainda cultivavam suas culturas locais. Essa foi uma das barreiras que o fascismo encontrou no Brasil. O autor menciona que uma das maiores queixas dos órgãos fascistas gaúchos era a dificuldade de levar a informação escrita aos italianos do meio rural via jornal por estarem isolados e ausentes da vida associativa. E, exatamente, por estarem mais isolados no campo e manterem sua “pureza cultural” (menos assimilados à cultura brasileira), podia-se pensar que seriam alvo fácil para o fascismo. Mas, ao contrário, eles eram os que menos se interessavam, uma vez que o sentimento de pertencimento à uma nação italiana “era mantida mais por inércia e menos por atos conscientes em defesa da italianidade” (Bertonha, 1998, p. 258).

2.4 A HERANÇA DO NAZIFASCISMO

No decorrer dos anos 30, à proporção em que a Itália fascista via que poucas eram as chances dos próprios imigrantes italianos aderirem ao fascismo e propagá-lo, Mussolini teve de pensar em outras ferramentas que não mais o envio de agentes fascistas para o Brasil. Assim, com o crescimento de partidos de extrema direita na América Latina, o ditador enxergou no integralismo “um novo canal pelo qual a influência italiana podia ser transmitida” (Bertonha, 1997, pp. 113 e 114) no seio da coletividade. Nessa nova fase, os esforços foram direcionados aos filhos dos italianos e não mais aos italianos. O governo italiano notou que com o passar dos anos, a segunda geração era quem tinha chance de chegar ao poder e intervir politicamente. Por

isso, o trabalho naquele momento deveria ser reconectá-los com a Itália sem a pretensão de afastá-los do Brasil, que era a primeira pátria de todos. E como Mussolini observava a aproximação entre os integralistas e Getúlio Vargas, esperava que ele entrasse para o partido e logo, a AIB teria um integralista ocupando o cargo mais poderoso do país. Porém, com a ascensão do Estado Novo, Vargas extinguiu os partidos políticos e sequer cumpriu a promessa que tinha feito à Plínio Salgado, de que se ele ganhasse a eleição presidencial, o nomearia como Ministro da Educação. Em 1939, o líder integralista acabou sendo preso e se exilou em Portugal, pois era acusado de promover levantes contra o governo. Com a redemocratização, Plínio retornou ao Brasil e foi um dos grandes apoiadores de Juscelino Kubitschek na campanha para presidente, após disputar com o mesmo e demais candidatos e ter o pior desempenho.

Em 1942, rompem-se totalmente as relações entre Brasil e Itália. No entanto, Bertonha (1998) afirma que os esforços de Mussolini em introduzir os preceitos fascistas entre os italianos no Brasil não foram totalmente em vão. O fascismo não envolveu os italianos e seus descendentes de forma que militassem por ele, mas deixou marcas, como a exaltação de suas origens, sejam elas italianas ou brasileiras. E isso pôde ser visto através da imensa quantidade de italianos membros dos núcleos integralistas pelo Brasil. Ele coloca que apesar dos primeiros imigrantes terem deixado a Itália carregando apenas suas culturas regionais, construíram e nutriram no estrangeiro um sentimento de pertencimento e identidade a uma nação antes inexistente. Além disso, era de grande importância o papel de padres e missionários fascistas durante os anos de 1920 e 1930. Bertonha diz que o objetivo principal deles era “manter a italianidade dos imigrantes e seus filhos” (p. 263).

O autor enfatiza que o fascismo e o integralismo “trocam apoio direto e experiências entre si através do canal concreto dos órgãos diplomáticos e da colônia e também de outras organizações (como a Igreja Católica)” (p. 90). Nos arquivos do DOPS/MG, encontrei diversas menções ao padre Júlio Maria de Lombaerde (Jules Marie de Lombaerde), missionário belga da Ordem dos Sacramentinos que foi enviado para o Brasil em 1912. Primeiramente, o religioso se estabeleceu em Macapá e somente em 24 de março de 1928 chegou a Manhumirim, cidade vizinha a Carangola. Foi convidado pelo bispo de Caratinga, Dom Carloto Fernandes da Silva Távora, para fundar uma nova congregação. Antes disto, ainda em 1928, o Pe. Júlio Maria fundou o jornal “O Lutador”, que segue existindo até os dias atuais, mas em formato de revista. Sendo também uma editora e gráfica com sedes em Manhumirim e Belo Horizonte. Frequentemente, era acusado pela polícia da época de ser um jornal que propagava o integralismo. Em uma carta anônima escrita em 1942 para o Ministro do Trabalho, em

anonimato, uma pessoa diz que para comprovar este fato bastava a polícia analisar as edições do jornal que o prefeito de Aimorés guardava consigo.

Assim como a AIB, o padre Júlio Maria era contra maçons e comunistas. Em carta enviada em 3 novembro de 1931 para José Alkmin, o então Secretário do Interior e Executor do Estado de Guerra em Minas Gerais, o advogado do religioso pede para que o Major Olavo Rodrigues dos Santos seja afastado de seu posto por ser maçom e comunista. Além de encobrir outros membros do partido que também trabalhariam na prefeitura. Caso fosse preciso, o padre poderia fornecer citações que comprovariam suas denúncias. Ele menciona, ainda, que estava correndo risco de vida por causa das pessoas que denunciou.

Na edição de “O Lutador” de 20 de setembro de 1937, o próprio padre Júlio Maria escreve: “O Integralismo em sua doutrina, sua finalidade e em sua organização, é bom e merece o apoio de todos que têm amor a sua Pátria e ao Progresso”. Em documentos expedidos pela Delegacia de Polícia de Manhumirim nos anos 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1942 e 1943, foram sinalizadas ações que o identificaram como simpatizante do integralismo: artigos em seu jornal (a polícia diz que mesmo após a instauração das regras nacionalistas do Estado Novo, o padre continuava fazendo propaganda do integralismo nas entrelinhas dos textos); um suposto livro seu que foi encontrado com resumos feitos à próprio punho sobre regimes fascistas, com base em autores católicos europeus e ideias de escritores brasileiros sobre o integralismo; e acusações à Congregação Mariana, fundada por ele, de ter membros e dirigentes integralistas. Nesses documentos, sua nacionalidade sempre está em voga. Apesar de ter nascido na Bélgica, referem-se a Júlio Maria como francês e parece que ele também assume essa nacionalidade. Em um comunicado de junho de 1938, sem remetente ou destinatário, mencionam que apesar do padre fazer propaganda integralista, ele desrespeita as leis do Brasil. São transcritos trechos de um artigo seu no jornal e o anônimo fecha o comunicado com a frase: “e se trata de um ESTRANGEIRO”.

Ele é citado também, na denúncia anônima de A. Lynce de 9 de dezembro de 1942, como um “eixista ardoroso” capaz de ter proibido que as crianças dos colégios participassem de um desfile cívico. Em uma carta da mesma pessoa no mês anterior, o padre é acusado de ter o quarto cheio de armas e bombas, de esconder objetos debaixo do altar da capela e no porão, além de dirigir uma estação de rádio transmissora. Para A. Lynce, os padres estrangeiros eram os responsáveis por criarem católicos militantes e perigosos para a população local. Para percebermos como era poderosa a força da Igreja Católica, Bertonha (2001) coloca que no sul do país, o número de integralistas descendentes de italianos era, consideravelmente, maior do que em São Paulo. O autor atribui isto ao fato de que, fora alguns outros fatores, em São Paulo

era menor a luta dos pequenos proprietários rurais contra a elite local. E a Igreja Católica não exercia tanta influência em prol do integralismo.

O movimento integralista oferecia aos italianos princípios bastante semelhantes ao fascismo, porém, com um “bônus”: tudo em português. Por ter sido inspirado no fascismo e ter seu líder, Plínio Salgado, uma relação próxima com Mussolini, fazer parte do movimento integralista era uma forma de estar mais próximo de sua pátria de origem e ao mesmo tempo, não renegar o país que o acolheu ou onde nasceu (no caso dos descendentes nascidos no Brasil). Gonçalves (2012) coloca que a AIB foi o mais exitoso movimento fascista latino-americano. O integralismo, inclusive, foi apoiado financeiramente pela Itália. Em 1937, ele mostra que o movimento recebeu mensalmente cinquenta mil liras, e em agosto do mesmo ano, foi-lhe acrescido 579 contos (Zanelatto, 2012). “O que se observa ao analisar a historiografia, é que mesmo simpáticos ao Fascismo, os descendentes de italianos eram fiéis ao Brasil” (Zanelatto, 2012, p. 11).

2.5 A CAÇA AOS “EIXISTAS” E INTEGRALISTAS: O ESTIGMA DA ITALIANIDADE

As cartas que selecionei, entre tantas presentes nos arquivos do DOPS/MG, são aquelas que denunciam indivíduos pelo fato de serem estrangeiros (em especial, italianos) e, supostamente, serem “eixistas”.

Retomando a carta que utilizei no início do capítulo, o remetente A. Lynce, menciona que muitos brasileiros (ênfatizando que até os negros) estavam sendo influenciados pelos estrangeiros. Em uma segunda carta, datada em agosto de 1940, o delegado regional Apollonio da Silva ao respondê-lo, não menciona a nacionalidade de muitos nomes citados na carta, apenas comenta que alguns eram provenientes de Faria Lemos, Tombos e que em Carangola ainda haviam muitos integralistas, mesmo que o movimento tenha acabado oficialmente em 1939. Ele coloca que todos os considerados suspeitos eram torcedores dos regimes nazista e fascista. Na carta em que citam o agente consular Federico Carelli, também é mencionada sua nacionalidade e o mesmo se defende, como vimos anteriormente, dizendo que não merecia sofrer ameaças apenas por sua origem. Santos (2007) diz que ainda que os estrangeiros se naturalizassem brasileiros, se casassem com brasileiras e tivessem filhos no Brasil, sempre levariam culpa pelas decisões políticas de seu país.

O estigma carregado pelos italianos era muito forte devido às consequências do fascismo e isso se exprimia na identidade que carregavam. De acordo com Goffman (1988), estigma são características depreciativas que atribuímos a um certo grupo de pessoas. Ou seja,

é uma relação entre atributo e estereótipo. O indivíduo estigmatizado é visto como indesejável por infringir regras sociais, fugindo do que é considerado normal. Essas regras são impostas na sociedade por grupos dominantes que possuem poderes políticos e econômicos. Segundo Becker (2008), “distinções de idade, sexo, etnicidade e classe estão todas relacionadas a diferenças em poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para outros” (p. 30). Goffman (1988) divide os estigmas em três tipos, basicamente. Um deles é o estigma “de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família” (p. 14)¹⁷.

O delegado Apollonio, em outra carta agora direcionada à chefatura de polícia do Distrito Federal, diz que em Carangola não existiam mais súditos do Eixo de nacionalidade alemã, japonesa e romaica¹⁸, mas ainda tinham italianos que faziam parte do movimento integralista e declaravam apoio ao bloco. No entanto, após o rompimento das relações do Brasil com as potências do Eixo, esses poucos apoiadores não teceram comentários sobre a guerra. As outras colônias estrangeiras existentes no município, como a portuguesa e a sírio-libanesa, se mostraram solidárias com as decisões do governo brasileiro. E, ficou ainda decidido que a entrada e saída de estrangeiros em Carangola, seria possível apenas após a fiscalização dos documentos dos mesmos. Alemães, japoneses e italianos que quisessem viajar, deveriam apresentar um salvo-conduto. Os hotéis e pensões já estavam incumbidos de registrarem a entrada e saída de estrangeiros e “elementos suspeitos”. A atenção deveria ser redobrada para hóspedes provenientes dos países do Eixo e quem se declarasse brasileiro e o recepcionista do notasse um sotaque diferente. As fichas de ambos deveriam ser, individualmente, enviadas para a polícia. Apollonio menciona que na delegacia de Carangola já havia fichas de 85 súditos de países do Eixo: 83 italianos, uma japonesa e uma romaica.

O comércio também foi fiscalizado, contabilizando uma pequena fundição de ferro, uma fábrica de bebidas, duas fábricas de massas alimentícias, uma fábrica de sapatos, um bar e um negócio de venda de madeira de propriedade de italianos – a fábrica de massas era, provavelmente, da família Menicucci e o negócio de madeira, de Luiz Belletti. O delegado termina a carta afirmando que 90% dos italianos mencionados residiam em Carangola há mais de 20 anos e o restante, há mais de 10 anos. E quase todos tinham filhos brasileiros, estes que estão à frente de seus negócios ou são agricultores. Não se sabe se as duas últimas frases do

¹⁷ Os outros dois estigmas que ele cita são: as abominações do corpo –as várias deformidades físicas– e as culpas do caráter individual –vontades, crenças, distúrbios e outros comportamentos.

¹⁸ Na carta não está explícito o que seria a nacionalidade “romaica”. Mas, analisando o contexto, poderia ser uma sinédoque, uma forma de se referir aos italianos como um todo associando-os a Roma, capital da Itália e centro das atividades fascistas. No entanto, caberia um estudo mais profundo para poder afirmar o significado do termo.

parágrafo anterior, no corpo da carta, são para justificar que os italianos citados não representavam mais tanto perigo por viverem há tantos anos no município e terem filhos brasileiros ou se esses descendentes representariam ainda mais riscos potencializando “o perigo” que eram seus pais, já que eles estariam espalhados pela cidade e pela zona rural.

Os casos mostrados por meio das cartas representam fielmente o estigma tratado pelos autores mencionados. O estereótipo de italiano fascista e leal à Itália, no imaginário nacional, era transmitido pelo sangue de geração em geração. Podendo ser amenizado conforme iam se afastando das raízes daquela nacionalidade. Os estigmatizados (por exemplo, Carelli ao se justificar), se utilizam de elementos que demonstrem o contrário do estereótipo que ele carrega, para se afastar do preconceito de serem desleais à pátria que os acolheu. Carelli usou os filhos, a esposa brasileira e os anos que vivia no Brasil para tentar corrigir o que podia estar errado. Ou seja, o errado era ser italiano e o certo era ser brasileiro. Para adquirir outro status, ele tentou provar por meio de sua trajetória no Brasil que podia se considerar mais brasileiro do que italiano e, assim, mostrar que sua vida e seus interesses agora estavam no Brasil. Goffman (1988) coloca que o estigmatizado também pode “tentar corrigir sua condição de maneira indireta, dedicando um grande esforço individual ao domínio de áreas de atividade consideradas, geralmente, como fechadas, por motivos físicos e circunstanciais, a pessoas com o seu defeito” (p. 19).

Percebo que atuar de forma ativa na sociedade carangolense pode ter sido uma dessas formas de correção escolhidas por Federico Carelli, Luiz Belletti e tantos outros italianos. Como já mencionei, Carelli foi agente consular da Itália em Carangola e mesmo depois de ocupar o cargo, continuou a viver na cidade, tornando-se uma figura influente. Apesar de eu não ter encontrado evidências nos arquivos do DOPS, o chefe de polícia de Carangola parece tê-lo acusado de estar envolvido em uma organização política, uma vez que Carelli se defende em sua carta dizendo que todas as autoridades o conhecem e poderiam afirmar que ele nunca buscou “se imiscuir em política”. Além dessa carta, também comentei anteriormente que a polícia havia notado que a agência consular era, frequentemente, visitada por integralistas que sempre saem com um jornal na mão – detalhe para a observação de que Carelli tinha uma agência de jornais. Talvez, pode-se pensar que era onde se produzia o periódico “O Integralista”.

Os irmãos Fava, Alexandre e Rafael, também participaram de partidos políticos em Pedra Dourada. Alexandre era do PSD, como já citei, e Rafael, provavelmente, da União Democrática Nacional (UDN), de acordo com o que me disse um bisneto. Eram membros ativos em seus grupos de influência e engajados por seus ideais. Alexandre sempre era mencionado nos grandes eventos do partido na cidade, junto de Frederico Borsari (figura 34). Luiz Belletti

além de ter pertencido ao partido integralista, também pertenceu ao PSD. Curiosamente, mesmo sem ter se naturalizado brasileiro, o italiano tinha título de eleitor, como se vê na foto abaixo (figura 35) que me foi dada por sua filha Lauricy. Ela me dizia que ele sempre estava envolvido na promoção de melhorias para a cidade e seus habitantes. Mas, nunca teve o interesse em fazer política, ou seja, se candidatar a algum cargo. Sua irmã Conceição ratificou esta informação e comentou sobre a rua Luiz Belletti, localizada no bairro Santa Maria (em Carangola), para exemplificar a sua importância e o apreço que tinham por ele na cidade.

**MANIFESTO AO
Digno Eleitorado Douradense**

Ao disciplinado eleitorado de Pedra Dourada, filiado ao pujante "**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO**", nesta hora em que procuram lançar toda sorte de confusões para enfraquece-lo, o que, aliás, já não é mais possível, o **diretório** distrital, representado pelos membros abaixo discriminados, concita-o a cerrar fileira em torno do eminente brasileiro,

Eurico Gaspar Dutra,

para coesos e sem vacilações sufragar o seu nome nas urnas, no proximo dia 2 de Dezembro, certos de que a victoria desse partido é inofismavel, apesar das propagandas inescrupulosas dos seus adversarios.

Receber o seu titulo eleitoral antes do dia 23 deste, é dever de todo brasileiro conscio da sua cidadania, e aos Douradenses, compêto a demonstração desse civismo patriótico.

**Avante, pois, para as urnas e para
V I T O R I A**

Pedra Dourada, 11 de novembro de 1945.

Antonio da Costa Ferraz	Angelo Lazaroni
David Pinto Lopes	Luiz Francisco de Almeida
Glycerio Dias Soares	Benevides Venancio de Freitas
José Theophilo de Carvalho	Onofre Rodrigues Vieira
Adriano Goncalves Martins	Frederico Borsari
Antonio Tayares de Souza	Sebastião de Almeida Sobrinho
Jacyntho Antonio Bictate	Francisco Basilio Schuwenck
Alexandre Fava	Cronge Morcel
Salvio Stoler Faria	Jacyntho Rodrigues do Nascimento
Melquiades Duarte Silva	José Rodrigues Rocha
Antonio Dias Soares	Geminiano Morande
Vigilato Carvalho dos Santos	Pedro Cezario de Oliveira
Sebastião Goncalves	Moisés Dono

Figura 34: convocação a os douradenses para que votem em Eurico Gaspar Dutra. Fonte: Jornal "Gazeta de Tombos", 1945.

TÍTULO ELEITORAL

	<i>Minas Gerais</i>	N.º <i>5403</i>
	<small>CIRCUNSCRIÇÃO</small>	<small>INSCRIÇÃO</small>
	<i>Carangola</i>	<i>60</i> ZONA
	<small>MUNICÍPIO OU DISTRITO</small>	<small>ZONA</small>
	NOME <i>Luiz Belletti</i>	
<i>4-10-890</i>	<i>Itália</i>	<i>casado</i>
<small>DATA DO NASCIMENTO</small>	<small>NATALIDADE</small>	<small>ESTADO CIVIL</small>
<i>Carlos Belletti - Angelina Polaudeli Belletti</i>		
<i>Fazendeiro</i>	<i>Carangola</i>	
<small>PROFISSÃO</small>	<small>RESIDÊNCIA</small>	
VOTA NA <i>22ª e vigésima segunda</i>	SEC.º <i>0</i>	
<i>Luiz Belletti</i>		
<small>SIGNATURA DO ELEITOR</small>		
EM <i>21.7.58</i>	<i>Luiz Belletti</i>	
<small>J. S. E. - TÍTULO MOD. 4</small>	<small>JUIZ ELEITORAL</small>	

Figura 35: título de eleitor de Luiz Belletti.
Fonte: a cervo pessoal de La uricy Belletti.

Podemos pensar a associação dos italianos ao integralismo e a um partido de viés nacionalista, como em nossos exemplos, por duas vertentes. A primeira, de um afastamento da identidade italiana à fim de assumirem para si, cada vez mais, uma identidade brasileira e pudessem ser vistos como co-nacionais dos demais indivíduos. Diferenciando-se do grupo dos “eixistas”, considerados perigosos por muitos. E, a segunda, de uma aproximação da Itália e de afirmação de sua origem, diferenciando-se de quem não era italiano no Brasil. Acredito que fazer parte de partidos políticos e interagir de igual para igual com os demais, era uma estratégia de mostrar que eram tão brasileiros como todos e por isso, aquele estigma de deslealdade deveria ser desfeito. Goffman (1988) diz que os estigmatizados que buscam se isolar podem provocar ainda mais desconfiança. Por outro lado, ao reunirem-se em grupos, sentem que pertencem a uma mesma categoria de estigma e podem se unir para fazer oposição aos “normais”. Ao mesmo tempo em que penso o partido integralista como um grupo que serviria de meio para repelir os estigmas, por ter tantos imigrantes e descendentes em seu corpo, pode ter se fortalecido também para ser oposição. Uma vez que é um partido de origem brasileira, mas construído a partir de ideais fascistas. Mostrar-se preocupado em exaltar o nacionalismo brasileiro poderia servir, inclusive, para ocultar seus interesses pela Itália. Assim, pode ter-se dado início a “coletividade italiana de Carangola” – nas palavras de Carelli – que se reunia na agência consular.

2.6 “NINGUÉM FALAVA NADA”.

Monica Grin (1993), ao analisar as estratégias de organização da comunidade judaica no Brasil durante o período do Estado Novo de Vargas, percebe que a onda nacionalista impactou o grupo de duas maneiras: no fomento da aceitação e de adequação às políticas dos anos 30, por parte dos imigrantes. E, por outro lado, a intenção de enfraquecimento da dimensão comunitária teve efeito contrário entre os judeus, promovendo uma maior unidade “tendo em vista a instável situação política do cenário nacional, somada às diversidades do cenário internacional (anti-semitismo em versão nazista)” (n.p.).

Como colocou a autora, a comunidade judaica atravessou esse período com a separação entre etnicidade e cidadania nacional. Ao reclamarem sua cidadania, concordavam que, enquanto indivíduos, não deveriam assumir posições individuais que afetassem os outros membros do grupo. Essa estratégia identitária visava garantir a segurança e permanência da comunidade no Brasil, amedrontada com o antissemitismo que se espalhava pela Europa desde o fim da Primeira Guerra Mundial. No início da década de 30, países como Hungria, Romênia e Polônia já tinham medidas excludentes implementadas contra os judeus. A oposição de um grupo às leis do país receptor¹⁹, de acordo com Grin (1993), podem estimular a repulsa e discriminação por parte da população nativa.

O processo de assimilação forçada por parte do governo provocou na comunidade judaica a acentuação da identidade comum entre os membros. Porém, a etnicidade passa a ser exercitada apenas no interior do grupo, sem se misturar com interesses políticos – salvo quando algo ameaça a segurança do mesmo, como foi explicitado acima. Portanto, como coloca a autora, interesses micropolíticos e macropolíticos são mobilizados de acordo com as condições políticas do contexto vivido, sendo estrategicamente pensados para que um não cause efeitos negativos no outro. Os “interesses micropolíticos [são] orientados para satisfazer as necessidades e expectativas do grupo particular e [os] interesses macropolíticos [são] orientados para maximizar expectativas que incluem todo o conjunto da sociedade” (Grin, 1993, n.p.).

Como já mostrei anteriormente com exemplos de trechos de cartas enviadas entre autoridades da região de Carangola, os estrangeiros que lá viviam e tinham nacionalidades pertencentes aos países do Eixo, eram mais controlados pela polícia do que os demais

¹⁹ As leis das quais Grin (1993) se refere em seu trabalho são as medidas tomadas por Getúlio Vargas durante o Estado Novo para promover a Campanha de Nacionalização. De acordo com a autora, a comunidade judaica pensava que se se opusessem a tais leis, poderiam ser ainda mais discriminados no Brasil.

indivíduos. Enquanto eu lia o artigo de Fabiane dos Santos (2007), um trecho me chamou atenção:

no entanto, em entrevistas realizadas com teuto-brasileiros que foram vítimas da nacionalização, percebem-se os traumas deixados por ela, o medo de falar, o medo da polícia e o medo de cair no ridículo diante dos outros, obrigando-os a ‘esquecer’ o passado (p. 72).

O foco da autora no trabalho é o contexto vivido no Estado Novo pelos imigrantes alemães e teuto-brasileiros em Santa Catarina. Mas, essa parte que destaquei muito me lembra a frase que ouvi de todos os entrevistados mais velhos sobre seus antepassados. Eles diziam que, antigamente, os adultos não conversavam com as crianças, “ninguém falava nada”. E, quando conversavam entre eles próprios, era em italiano. Alice Ferrari me disse que acha que o idioma não era ensinado para as crianças para que elas não entendessem o que estavam dizendo. Outra frase comum era: “eu não sei de muita coisa sobre a minha origem, meus pais/avós não gostavam de falar sobre isso”.

Assim como os judeus, percebo que os italianos dessa região souberam adaptar seus interesses pessoais e coletivos aos contextos vivenciados ao longo dos anos. O “não falar”, que acabo de mencionar no discurso dos meus entrevistados, se refere ao interesse micropolítico de salvaguardar o bem-estar do grupo. Não ensinar a língua para as crianças, em pleno Estado Novo, pode-se ver como uma estratégia pensada para minimizar a diferença entre eles e os Outros, à fim de não levantar suspeitas em razão de serem italianos. Pois, como encontrei diversos relatos das polícias de Tombos, Carangola e região, pode-se constatar que os italianos eram fortemente vigiados. Talvez, até mais que os alemães e japoneses – levando em conta que eram maioria se comparados a essas duas outras nacionalidades, diferente do que ocorreu no Rio Grande do Sul, segundo Lia (2010). A autora diz que para os ítalo-gaúchos nunca existiu uma rígida política de controle e repressão como ocorreu com os teuto-brasileiros, principalmente, nas zonas rurais rio-grandenses. Objetos pessoais como livros, revistas, cartas, fotografias e demais documentos na língua de origem eram destruídos “pelos próprios membros da comunidade teuta, como mecanismo de autodefesa” (Lia, 2010, p. 45).

Dentre as cinco famílias de Pedra Dourada, pude ver que poucas são as recordações documentais que existem de seus antepassados. Ou melhor, apenas a família Fava possui o passaporte de Alexandre, Rafael e seus pais. Nem mesmo as filhas de Luiz Belletti tinham sua certidão de nascimento original. Lauricy me contou que um padre italiano da paróquia de Carangola que a ajudou a descobrir a cidade de nascimento do pai quando estava reunindo os documentos para dar entrada na cidadania italiana. Não posso afirmar que esses documentos foram destruídos durante o período do Estado Novo, uma vez que os descendentes, na época,

eram crianças e não sabem o que aconteceu para que a família não tivesse guardado nenhuma dessas lembranças. Fotos são mais prováveis de serem encontradas nos arquivos familiares, ainda que seja apenas uma 3x4 ou uma foto de família, como pude ver nos álbuns das famílias Belletti, Fava e Ferrari. Posso imaginar vários motivos para que os objetos pessoais dos italianos não tenham sido preservados, desde danos naturais à destruição pelos próprios imigrantes.

Sempre quando eu perguntava à minha avó, Ilda, sobre sua mãe e sua juventude, ela sempre me dizia: “ah, menina, para que ficar lembrando do passado?”. Santos (2007) trata esse silêncio como um trauma que os descendentes carregaram por gerações. Esse silêncio era resultado do “medo de falar, o medo da polícia e o medo de cair no ridículo diante dos outros” (p. 72). Ela diz que, nas circunstâncias enfrentadas, a língua era uma fronteira entre quem era atrasado (colono) e quem era civilizado (o colono assimilado). Por isso, a geração pós-guerra foi ensinada a aprender o português e somente ele.

No entanto, as dificuldades em manter suas práticas não começaram para os italianos somente a partir do Estado Novo ou da Segunda Guerra Mundial. Em 1905, o jornal “Il Bersagliere” publicou uma carta em que um remetente anônimo expressava sua insatisfação com o trabalho das autoridades consulares de Carangola. Ele dizia que sentia necessidade da criação de uma associação italiana em que se pudesse tratar de assuntos patrióticos. Ainda se queixa ao consulado por terem elegido um representante que, por sua falta de discernimento, deixava a colônia isolada, desprovida de coletivismo e não punha em prática nenhuma iniciativa para sanar esses problemas. Em 1910, o mesmo jornal recebe outro reclame de uma pessoa de codinome “Otello”. Ele também critica as autoridades italianas e os próprios italianos por não promoverem, em Carangola, o ensino da língua, a criação de uma escola italiana ou de uma associação. Outra carta anônima de 1911 é direcionada ao cônsul da Itália em Belo Horizonte, para que desse mais atenção à colônia de Carangola (da qual Tombos e Pedra Dourada fazia parte).

Em 1913, nasceu na cidade o “*Circolo Italiano XX Settembre*”, conforme se vê nas congratulações aos membros no “Il Bersagliere”. De acordo com o jornal, o objetivo da associação era oferecer instrução, recreação e auxílio entre os sócios. Manter as lembranças sempre vivas, o afeto dos conacionais pela pátria e tentar difundir a língua italiana em Carangola. No entanto, percebe-se pelas menções do noticiário que o *circolo* era composto por italianos de instrução mais elevada, alfabetizados e residentes na cidade, como o operário Bernardo Pistono.

Acredito que os italianos que viviam nas zonas rurais não tinham acesso à associação e nem participavam de comemorações, como da Tomada de Roma em 20 de setembro. Em uma

edição do ano 1913, o jornal menciona que Bernardo Pistono e Antonio Fiori percorreram a cidade arrecadando doações dos italianos e fizeram uma queima de fogos após a apresentação do hino Garibaldi. De noite, na casa da família Pistono, foi promovida uma confraternização. Infelizmente, não tive meios de saber se os objetivos do *circolo* foram postos em ação e surtiram algum efeito entre os italianos que viviam na cidade. No entanto, penso que essas iniciativas sequer foram conhecidas pelos imigrantes que permaneceram no campo. Uma vez que, por volta do ano de 1918, Pedra Dourada era um povoado pertencente a Carangola e entre as famílias pesquisadas, essa memória cultural não era tão viva.

Resquícios da colonização italiana foram se apagando ao longo do tempo entre seus descendentes. Porém, pude perceber que algo tentou ser preservado. Não tanto manifestações culturais - uma vez que não eram permitidas - mas o sentimento de amor à pátria de origem e o estigma do “italiano”. Ademais, as identidades são flexíveis e estão sempre em construção. Referente às famílias estudadas, em especial Alexandre Fava, Frederico Borsari, Henrique Ferrari, Luiz Belletti e Rafael Fava, posso ver nesses cinco indivíduos como a política lhes possibilitou total integração na sociedade em que viviam e ascensão social. Com a primeira geração nascida no Brasil, pude perceber que ela não conseguiu ser desvinculada da origem de seus pais. No capítulo anterior, vimos que Frederico Borsari, Henrique Ferrari e Maria Belletti são exemplos de brasileiros que se autoidentificavam como italianos pois, cresceram nesse âmbito cultural, apesar de terem contraído matrimônios interétnicos. No momento em que surgiram as proibições do Estado Novo, a geração que crescia era a de seus filhos, que já não se identificavam como italianos, não falavam a língua, mas mantinham traços de suas culturas, principalmente, culinários - ainda que sem identificá-los como tal. Eram apenas tradições de família e não “tradições italianas”.

Considero que a associação, da primeira geração nascida no Brasil ou dos italianos que cresceram aqui, aos partidos AIB e PSD ofereceu aos descendentes a equiparação com os demais brasileiros. Como também, acendeu o princípio do “*jus sanguinis*”, de que todo filho de italiano nasce italiano, não importando onde esteja. Presumo que a influência dos órgãos italianos, ainda que pequena no campo, também impactou a identidade dos descendentes. Apesar de não terem acesso aos eventos da coletividade, a existência de um organismo que representava toda a colônia local era importante como um ícone de referência para os italianos. Aliada aos símbolos que afirmam essa origem, a comunidade foi sendo imaginada e fortalecida com os estímulos promovidos pela Itália no cotidiano da região, e seus membros a identificam como tal até os dias atuais. No próximo capítulo, veremos como se fomentou a relação entre os descendentes mais jovens com a identidade italiana.

CAPÍTULO 3

A ITALIANIDADE HOJE ENTRE OS DESCENDENTES

Neste último capítulo, iremos discutir a questão da italianidade hoje entre os descendentes de italianos imigrados para Pedra Dourada. Diferente de como mostrei nos capítulos anteriores, agora, ser italiano não representa nenhum tipo de vergonha e é uma característica exaltada pelos descendentes. Entenderemos o que é ser italiano para eles a partir de suas falas, e como nelas, aparecem as mesmas definições do italiano “bravo”, “trabalhador”, “alegre”, entre outras. Os meios de comunicação também reforçam essas características. Porém, observaremos que a questão do pertencimento é, principalmente, associada ao sangue.

A partir do princípio de que “todo filho de italiano é italiano”, a Itália também passa a ver os descendentes no exterior como seus co-nacionais, ao mesmo tempo em que os enxerga como potenciais embaixadores do *Made in Italy*. Assim, a partir da minha interpretação, veremos a “troca” pensada pelo governo italiano junto aos descendentes: as iniciativas ao fortalecimento da italianidade entre os mesmos e os programas de turismo de retorno. E é, também, o sangue que regula a transmissão de cidadanias no Estado. Analisarei o crescimento nos números de reconhecimento, o que motiva os descendentes a solicitarem a dupla nacionalidade e o valor que está intrínseco nessa identidade de origem.

3.1 O QUE É SER ITALIANO?

O título desta seção foi uma das perguntas que fiz à dezenove descendentes. De maneira geral, a maioria menciona que é ser família; é preservar os costumes dos antepassados; ter orgulho de contar que a família é italiana; é honrar os esforços dos antepassados; é ser trabalhador; é prazeroso por se referir à sua origem e sua história; é saber que existe um outro país no qual pertencem e que lá também há parte da história da família. Logo, quis saber o que eles ouviram falar sobre seus antepassados e como imaginavam/lhe contaram sobre a vida deles no Brasil. Disseram, em geral, que os pais e avós não conversavam muito sobre o assunto, como mostramos no capítulo anterior. Mas, todos sabiam que eram descendentes de italianos, pois sempre ouviram isto da família desde a infância. Julio Fava e sua irmã Elaine comentaram que sempre tiveram curiosidade em saber sobre os bisavós e perguntavam bastante aos pais.

Todos falaram que os italianos que chegaram a Pedra Dourada tiveram uma vida muito difícil e tinham a esperança de um futuro melhor no Brasil. A miséria foi o motivo que fez com

que seus antepassados deixassem a Itália. Eram muito pobres, trabalhavam na roça e viviam de forma precária. Uma entrevistada da família Belletti disse imaginar que, como vieram para substituir os escravos nas fazendas, sofreram muito nas mãos dos fazendeiros. Outra da mesma família pontuou que a adaptação a um novo país, a nova língua e a mudança de clima deve ter sido complicado no início para eles.

Duas entrevistadas que são professoras, Elaine Fava e Cristiane Ferrari, ainda me deram explicações científicas sobre porquê a pobreza assolava a Itália no século XIX, como se deu o processo de emigração e como os imigrantes se inseriram no Brasil. Destaco ainda o comentário de Rogério, da família Fava:

a curiosidade [em saber sobre os antepassados] sempre existia, até para contrapor o estilo de vida da época com a que vivemos! Eles não tinham luz elétrica, tv...e as consultas médicas! Sempre pensei em trabalhar na área de saúde [porque] as histórias de adoecimentos, óbitos sem diagnóstico e a forma como viviam me chamava atenção.

O modo de vida dos italianos como foi contado para Rogério, o influenciou na escolha de sua profissão. Ele é médico e vive no Espírito Santo. Um dos motivos que o faz gostar de morar no estado é a Festa da Polenta de Venda Nova do Imigrante, que ele vai todos os anos, como acrescentou. Rogério coloca que adora ir à esta festa e acredita que se tivesse uma festa italiana em Pedra Dourada, seria muito bom. Ainda falando sobre como os descendentes acreditam que os antepassados influenciaram em algumas de suas escolhas, Julio Fava também comentou que crê que seu gosto pela política pode ter se dado pelo fato de seu avô Sabino Fava e sua tia Maria sempre terem sido ativos no meio. Ele foi vice-prefeito de Pedra Dourada e ela, vereadora. Julio ressaltou que ficou muito feliz em ver os jornais antigos que encontrei durante a pesquisa, pois lhe permitiu saber que seu bisavô, Alexandre, também se interessava por política e integrou o núcleo do PSD na cidade. Pois, até o momento, ele sabia apenas da história que ouvi de muitos Fava e que também já citei: de que Alexandre tinha sido preso durante o Estado Novo por ser italiano. Como me revelou sua filha, Rosa Fava, os motivos foram desavenças com seu irmão Rafael, que era de um partido opositor.

Dona Rosinha, como gosta de ser chamada, me falou com muito orgulho dos feitos beneficentes de seu pai por Pedra Dourada e pelos moradores mais humildes da cidade. Ela reiterou que ele nunca foi rico, mas tinha uma vasta plantação de frutas e verduras. Assim que, se não pudesse ajudar aos mais pobres com dinheiro, ajudava-lhes dando de comer. Alexandre lhe contava que na Itália a pobreza era tanta que lhes faltava comida. No Brasil, foi onde eles puderam se alimentar melhor e até comer carne. Em dialeto bolonhês, dona Rosinha reproduziu uma frase que ouvia de seu pai e avós. Obviamente, não vou saber escrevê-la aqui, mas ela me

deu, mais ou menos, a tradução: “na América há comida, um quilo de carne nós poderemos comer”.

Ao lembrar de seu avô, dona Rosinha acrescentou que ele e o pai eram muito bravos, “como todo italiano”. Alguns entrevistados também atribuíram essa característica aos seus ancestrais e afirmaram que a herdaram. Rogério diz que apesar de imaginar que havia certa tensão no convívio social dos italianos, por terem personalidades fortes, havia troca e partilha entre eles. Essa generosidade faz parte da ideia que os descendentes têm sobre seus antepassados.

Ao passo em que Nelson, neto de Costantino Belletti, ia me contando sobre a família e suas lembranças da infância, as exemplificava com passagens da novela *Terra Nostra*, exibida pela TV Globo entre setembro de 1999 e junho de 2000. Ele me dizia:

nossa família era muito amiga dos Lazzaroni. Quando eles iam à nossa casa, mesmo que não tivéssemos dinheiro, minha mãe sempre dava um jeito de comprar ingredientes e preparava um “banquete” para eles, igual na novela [*Terra Nostra*]. Você se lembra daquela mesa cheia de comida? Era assim. A gente também fazia festa e dançávamos em volta da fogueira, igualzinho mesmo como passava na novela. Italiano é um povo muito festeiro!

Na entrevista que fiz com Mahina Fava, ela comenta que a comida italiana do restaurante juiz-forano, *Sapore di Calabria*, é sensacional e que as cores das toalhas (xadrez verdes e vermelhas) das mesas contribuem para que ela sinta uma atmosfera italiana no local e seja ainda mais prazeroso estar lá. Ela também citou alguns aspectos da “personalidade italiana” que se identifica ao ver novelas e filmes. Cristiane Ferrari disse que também adora frequentar restaurantes italianos, porque ama massas. Onde está morando atualmente, todo mês de setembro há um festival de cinema italiano e, constantemente, são promovidos jantares italianos temáticos. Quando morava em São Paulo, sempre ia às festas tradicionais italianas, como a *Festa di San Genaro*. Essas são atividades que ela gosta de participar, pois à remetem às suas origens. Inclusive, ao começar a fazer contato com os entrevistados para agendar as entrevistas, por parte de alguns deles surgiu a ideia de fazer uma festa para reunir a família Fava, que evoluiu para uma festa dos imigrantes italianos em Pedra Dourada. Eu, como a “porta-voz oficial” das famílias italianas na “Dourada” – como sinto que sou tratada pelos meus entrevistados –, fui falar com o prefeito da cidade, Silvanir Simplício, sobre o assunto. Porém, a festa ficou somente na conversa, porque seria algo a ser planejado com antecedência para entrar no orçamento da prefeitura.

O italiano bravo, trabalhador, generoso, alegre, dedicado à família, de vida sofrida, poucos recursos e muita esperança, apareceu em todas as conversas que tive com os descendentes. Considero que é a clássica definição do imigrante italiano dos séculos XIX e XX. Gostaria de enfatizar que não estou duvidando de nenhuma dessas características nos imigrantes que se estabeleceram em Pedra Dourada, uma vez que meu trabalho não é esse. Mas, indagar porquê, em geral, somente são colocados atributos positivos por parte das famílias. Os descendentes só mencionaram características negativas dos italianos por algum ressentimento que tiveram com eles ou algo ruim que lhes foi contado pelos pais. Por exemplo, nem todos os Fava falavam bem da segunda esposa de Alexandre. Alguns me disseram que ela era muito ignorante com os enteados e estes lhe colocaram o apelido de “ardida”, para combinar com seu nome Argia.

A televisão e, em especial, as novelas influenciam muito no nosso comportamento, uma vez que mexem com as emoções dos espectadores. Colaïcomo (2002) diz que as novelas sempre tratam de assuntos comuns à nós, nunca de coisas distintas ao nosso dia-a-dia. E é por isso que elas fazem sucesso, não tanto por causa do conteúdo como no caso de *Terra Nostra*. Normalmente, as pessoas a assistiam não porque queriam aprender sobre a imigração italiana, mas pelo efeito de se identificarem com a história. Sendo o Brasil um país de imigração, sempre teremos a referência de um imigrante na nossa família, um amigo ou um vizinho. Colaïcomo (2002) coloca que nas novelas, história e autobiografia se confundem porque elas ativam e criam memórias que nem sempre são realidade. A memória televisiva é vendida e comprada por um mercado de consumo em massa, visando envolver o máximo de pessoas com a trama.

Cruz (2013) em sua pesquisa sobre a imigração sírio-libanesa em Juiz de Fora/MG, percebe como a novela *O Clone*, exibida pela TV Globo entre 2001 e 2002, impactou na maneira em que os brasileiros viam os árabes. E os árabes, também enxergaram proveito naquilo. Ele mostra que repercussão da novela foi tão grande que criou mudanças no comércio de sua cidade. Foram abertos restaurantes árabes por comerciantes brasileiros, que passaram a competir com os tradicionais que já existiam e eram de propriedade de famílias árabes; aumentou-se a procura por aulas de língua árabe e de dança do ventre, por CDs de música e por roupas e acessórios semelhantes aos usados pelas atrizes. Cruz (2013) coloca que, inclusive, a TV Globo lançou uma linha de “produtos árabes” para o público.

No caso descrito por Cruz (2013), os brasileiros se aproveitaram do sucesso que estava fazendo a cultura árabe no Brasil, como também, os descendentes de árabes passaram a oferecer esses serviços. Para ele, além da comunidade árabe ter visto uma oportunidade lucrativa em transformar suas culturas em negócios,

isso também mostra a tentativa desses agentes em preservar sua identidade étnica na cidade, a partir da ênfase nas diferenças culturais em relação aos brasileiros, e eles fazem isso, ao construir discursos de autenticidade no cenário local e nacional (Cruz, 2013, p. 136).

Considero que as memórias vendidas pela televisão ao mostrar os italianos sofridos nos vapores e nas fazendas, porém dançando felizes; pobres materialmente, mas sempre com uma mesa farta a oferecer; que viviam para o trabalho, mas adoravam uma festa; as comidas e objetos/adereços típicos da cozinha italiana, entre outros, contribuem para criar essa cultura italiana “genérica” que todos os descendentes se identificam e se emocionam com ela ao percorrermos as memórias de seus antepassados. Vejo que, cada vez mais, os descendentes querem recriar essas memórias, que talvez nem existiram entre os imigrantes. Contudo, se tornaram presentes no imaginário de cada um. Além de que, é uma forma de “vender a Itália” para quem, possivelmente, tem interesse em difundir sua cultura. Ou seja, fazer com que os descendentes consumam esse mercado no Brasil, tendo vontade de chegar cada vez mais perto de suas origens ao consumirem legítimos produtos italianos, músicas, filmes, arte e, principalmente, almejem fazer tudo isto na Itália, gerando lucro para o país.

Como diz Hobsbawn (1997), nenhuma tradição necessita ser inventada quando os velhos costumes se conservam. Mas, tradições também são inventadas quando visam um objetivo, como os projetos nacionalistas. Algumas podem levar cargas simbólicas e emocionais que indicam continuidades com um passado histórico, assim, unem pessoas que se identificam com elas a partir do contraste com o Outro. Penso que, ao passo em que os descendentes se identificam como italianos e a Itália quer atraí-los, ambos têm seus interesses. Por parte dos descendentes, que a Itália os veja como semelhantes. Eles procuram demonstrar isto através das atividades do dia-a-dia e do exercício da memória. Por parte da Itália, que conheçam as supostas tradições de seus antepassados e queiram consumi-las para que se tornem “autênticos italianos”.

3.2 VOCÊ SE SENTE ITALIANO? A IMPORTÂNCIA DO SANGUE

“Você se sente italiano?” foi mais uma pergunta que fiz aos entrevistados. Somente uma, das dezenove pessoas com quem conversei, disse que não se sentia italiana, mas se identificava com a cultura, a culinária e com a “personalidade italiana”. Por exemplo, o falar alto, a emotividade, o ser dramático. Em sua família, somente ela teria essas características mais “explosivas” como as dos italianos que vê. As outras dezoito pessoas disseram que se sentem italianas e todas associaram isto com a questão do sangue. Rogério afirmou que se sente italiano

e pensa que isso acontece porque sempre herdamos alguma coisa dos nossos antepassados, independente do que vivemos. Logo, tendo sangue italiano, ele também se sente italiano.

Para enfatizar o quanto ter “sangue italiano” é importante para eles, destaco a frase de um dos entrevistados sobre um enteado de seu primo: “quando meu primo se casou com a esposa, ela já tinha um filho. Agora, o menino já é grande e usa o nosso sobrenome. Mas não podemos considerá-lo como família porque não tem nosso sangue”. Além desse exemplo, posso citar que em Pedra Dourada, todas as pessoas são conhecidas pelas famílias que pertencem. Eu, por exemplo, não sou a “Priscila Silva dos Santos”. Sou a Priscila, filha da Marlene [que é filha] da dona Ilda Belletti. E esse parentesco por consanguinidade se estende até parentes muito distantes. Posso dar o exemplo da família Fava, que é enorme e tem descendentes espalhados por todo o Brasil. Alguns membros da família, há alguns meses atrás, manifestaram o interesse em realizar a festa para que os parentes possam se reencontrar e, outros, se conhecerem. Mesmo que seja o trineto do tio bisavô, tendo “sangue Fava”, é família. Outro exemplo que posso dar, na minha própria família, é o contato recente que tive com trinetos do irmão da minha trisavó que não emigrou. Alguns parentes meus ficaram extremamente felizes de eu tê-los reencontrado na Itália. Não importava se há 123 anos as duas partes perderam o contato e entre nós existam várias gerações que nos separam. Mas, tendo o “sangue Cantoni”, somos todos uma só família.

Santos e Vasconcelos (2017) em uma reflexão sobre parentesco e mobilidade, constroem o texto a partir de dois exemplos de família: a dos viajantes “alternativos” (como os classificam) e a dos garimpeiros brasileiros que trabalham na Venezuela. O conceito de família pensado pelo primeiro grupo, o dos alternativos, é uma família que se constrói na reciprocidade e não na consanguinidade. Isto se desenvolve em torno de casas construídas em uma fazenda, que estão sempre abertas para os viajantes que querem explorar o local gastando pouco e estabelecendo uma relação mais íntima com os “nativos”. No geral, essas casas não cobram hospedagem. Os requisitos para poder ficar são cooperar com as atividades domésticas e com o melhoramento da habitação. Assim, as autoras dizem que essa noção de família se constrói a partir de “um imaginário compartilhado e um estilo de vida” (p. 256) entre todos que negam uma identidade nacional e afirmam uma identidade global, sentindo-se irmãos perante à natureza.

Já para o grupo dos brasileiros na Venezuela, prevalece a relação de sangue e de aliança que se mantêm fortalecidas pela circulação de bens. Boa parte do dinheiro ganho pelos garimpeiros é destinada às famílias no Brasil para sustentar os filhos que ficaram sendo cuidados por parentes. Quando, por algum motivo, cessa o envio de dinheiro ou de presentes para o Brasil, as autoras colocam que os laços com a família consanguínea se enfraquecem ou

são rompidos totalmente. Diferente dos alternativos que consideram como família todos os que habitam a mesma casa, para os garimpeiros, casa é o lugar em que vive sua família de sangue/filiação (pai, mãe, filhos, cônjuges). Mesmo que a família perca o contato, todos continuam com o sentimento de pertencimento àquele lugar. Assim, pode-se afirmar que os laços de sangue não são tão fortes quanto parecem.

Posso dizer que, assim como para os garimpeiros, o local de origem - de forma física -, mesmo que se tenham passado anos e as relações se desfeito, os descendentes dos italianos imigrados se sentem pertencentes à um outro lugar que nunca foram ou sequer sabem se ainda existe algum familiar lá. E é, também, uma referência de pátria. Dois dos entrevistados comentaram comigo que quando há Copa do Mundo e caso o Brasil seja eliminado, passam a torcer pela Itália, porque é a segunda pátria deles. Fonseca (2007) expõe o objeto de estudo de Denise Jardim na fronteira do Brasil com o Uruguai, um grupo de exilados palestinos. Entre eles, está um jovem filho de um palestino, nascido no Brasil. O rapaz diz se considerar tão brasileiro como qualquer outro, mas ao ter a oportunidade de fazer uma “viagem de retorno” para a Palestina, sentiu-se em casa apesar das dificuldades linguísticas e culturais. Jardim (2007) diz que ao fazerem esse caminho de volta, os jovens descendentes veem que “a terra de origem” só ganha significado através das redes de relações familiares e de amizade com outros patrícios que se mantêm na Palestina, no Brasil ou em outros países. Assim como, os descendentes de italianos compartilham desse imaginário, uma vez que as famílias nunca deixaram que a origem italiana fosse desconhecida entre as gerações. Ainda que as relações familiares se enfraqueceram ou se perderam ao longo do tempo, a convivência com outros italianos fez com que a Itália sempre seja uma “casa”, pois os remetem às suas origens.

Acredito que esse esforço em sustentar a memória dentro das famílias foi o que possibilitou a manutenção desse sentimento coletivo entre os descendentes. Uma das entrevistadas disse que sua mãe, neta de italianos, sempre fez questão de amar e conservar os costumes que lhe foram ensinados. Tanto que colocou o nome da primeira filha como o da mãe. Assim como, seu nome era em homenagem a uma tia e dos demais irmãos também.

Eu, como uma das descendentes, percebo que as gerações anteriores a mim com quem tive contato, se preocupavam com que as crianças soubessem que tinham origem italiana, os nomes dos antepassados, um pouco de suas histórias e que em Pedra Dourada, além da nossa família, também existiam outras com a mesma origem. Inclusive, foi a afirmação da minha avó (“um dia quero ir para à Itália procurar meus parentes”) que deu origem ao tema desta dissertação e me fez ir à Itália, em 2014, atrás dos nossos familiares.

O mesmo aconteceu com três primos da família Fava que empreenderam uma viagem a Bolonha para pesquisar documentos, conhecer as cidades de seus antepassados e, quem sabe, encontrar parentes. Os mesmos não se conheciam pessoalmente e coincidiram de estar na Itália ao mesmo tempo. Mas, como me disse um dos primos, a culpa foi minha e da minha dissertação por colocá-los em contato. Pois, fui eu quem avisei às duas irmãs que seu primo e a esposa estariam em Bolonha na mesma época. Todos os dias, um dos três me enviava fotos e relatos dos passeios, compartilhava da felicidade de ver o sobrenome da família em memoriais espalhados pelas cidades, de encontrar registros de 1800.

Retomando a pesquisa de Jardim (2007), a autora afirma que os jovens ao estarem em contato com os familiares, vizinhos ou amigos da Palestina, encarnam a origem palestina e essa identificação não fica submetida apenas ao território, pois ela passa a ser extralocal. O que pode ter sido uma ruptura no passado, as redes de relações trazem uma continuidade. Da mesma maneira em que penso que ocorria entre os italianos em Pedra Dourada e ocorre hoje entre os descendentes, em que por vários motivos, buscam suas origens.

3.3 O TURISMO DE RETORNO

O exemplo que dei no parágrafo anterior sobre a viagem da família Fava para conhecer os locais de origem de seus antepassados, pode ser configurado no que hoje a Itália chama de “turismo de retorno”. Que é quando descendentes de italianos que moram no exterior decidem ir para o país conhecer a cidade de origem da família, os pontos turísticos principais, a gastronomia, aprender a língua, etc. De acordo a reportagem da revista italiana *Panorama*, de julho de 2018²⁰, este é um dos novos investimentos do governo italiano, que tem como objetivo fomentar o turismo, principalmente, nas pequenas cidades – de onde, em geral, partiram os imigrantes. No blog da iniciativa *Pugliesi Innovativi* (PIN) - financiada pela região da Puglia e pela Agência Regional pela Tecnologia e Inovação, pelo Departamento de Políticas Juvenis, pelo Fundo Social Europeu e pelo Ministério do Desenvolvimento Italiano - há uma reportagem recente, de junho de 2019²¹, contando sobre uma reunião entre órgãos italianos com as regiões do Abruzzo, Basilicata, Emilia-Romagna e Puglia para organização do projeto “Guia às Viagens das Raízes”. De acordo com o texto publicado, uma das conclusões do encontro foi

²⁰ <https://www.panorama.it/economia/numeri/turismo-di-ritorno-un-business-per-litalia/> - Acesso no dia 20 de junho de 2019.

²¹ <http://pingiovani.regione.puglia.it/blog/raiz-italiana-e-la-guida-ai-viaggi-delle-radici-la-parola-ai-protagonisti?fbclid=IwAR2TQMLu66XvhwGzs1yboo-tr-NjvU7FUyPGn1y8m7PdxXTi-BswOPSMskc> - Acesso no dia 02 de julho de 2019.

que este tipo de turismo promoveria a valorização dos pequenos povoados, ao passo em que fortaleceria a economia e as atividades produtivas locais.

No artigo citado da revista *Panorama*, há uma entrevista com Gianni Bastianelli, diretor executivo da Agência Nacional Italiana de Turismo (ENIT) – um dos órgãos que fez parte da reunião. O ENIT enxerga nos 80 milhões de italianos e ítalo-descendentes espalhados pelo mundo, um nicho de mercado e grande potencial de crescimento para o turismo de retorno. Sobretudo, no Brasil, porque somos o país com mais descendentes de italianos do mundo, cerca de 25 milhões de pessoas. Bastianelli diz que, segundo dados do ENIT, 35 mil brasileiros viajaram para a Itália em 2017 e geraram uma receita de 49 milhões de euros. Da maneira em que mostrei que os italianos e descendentes no Brasil eram alvos do fascismo nos anos 20 e 30, agora são alvos dos representantes do turismo. Nas palavras do diretor, “os italianos residentes no exterior são os primeiros embaixadores da marca Itália junto à entrada dos potenciais novos turistas”.

Hoje, já existem agências e associações que promovem essa modalidade de visita, como a *Raiz Italiana*, que se denomina como uma associação de promoção social que oferece ajuda para os italianos e descendentes que desejam conhecer suas origens. Com sede na Puglia, nasceu em 2017 a partir da pesquisa de doutorado da italiana Marina Gabrieli, sobre o sentimento de pertencimento dos descendentes de italianos na Argentina. Os serviços da associação se baseiam na montagem da árvore genealógica do cliente visando a reconstrução da história familiar. Ainda há a possibilidade de a equipe localizar parentes do descendente na Itália e os colocarem em contato. Em seguida, um itinerário personalizado é preparado para que a pessoa conheça o local de proveniência de seus antepassados e a cultura italiana – esta parte funciona como uma agência de viagens, incluindo roteiro, hospedagem, passagens, *transfer* e seguro viagem. Além dos serviços turísticos prestados, o site também oferece auxílio para a busca de documentos italianos, tradutores e acompanhamento no processo de cidadania italiana²².

A *Raiz Italiana* começou a funcionar, efetivamente, depois que Gabrieli e seus sócios venceram um concurso público da PIN. A associação também foi apresentada na Farnesina - sede do Ministero degli Affari Esteri e della Cooperazione Internazionale (o Ministério das Relações Exteriores italiano) - e apoiado pelo órgão. O mesmo financiou um vídeo²³ junto à

²² Conforme consta no site: <http://pingiovani.regione.puglia.it/vincitori/raiz-italiana> - Acesso no dia 20 de junho de 2019.

²³ <https://www.youtube.com/watch?v=eTHJf5pqHhA> – acesso no dia 20 de junho de 2019, financiado pela Direzione Generale per gli Italiani all’Estero e le Politiche Migratorie del Ministero degli Affari Esteri e della Cooperazione Internazionale (Direção Geral para os Italianos no Exterior e Políticas Migratórias do Ministério das Relações Exteriores italiano).

eles em que a atriz principal – uma moça de pele morena, provavelmente, simbolizando os descendentes das Américas – é guiada por um profissional da associação enquanto percorrem cidadezinhas, ouvem histórias dos locais, pesquisam em arquivos históricos, aprendem com uma senhora a fazer massa fresca e almoçam com várias pessoas, que parecem representar os parentes que foram encontrados a partir dos serviços prestados.

Conhecer o local onde nasceram seus antepassados é uma rica experiência para o descendente que, na maioria das vezes (em especial, se encontrar parentes), irá querer voltar. Cada retorno envolve gastos com hospedagem, alimentação, transporte e passeios turísticos dentro e fora da cidade. Em 2015, eu também realizei um “turismo de retorno” quando conheci Pomponesco, o último lugar em que viveram meus antepassados. Em 2018 e 2019 retornei ao povoado e acrescentei Poviglio ao meu roteiro, onde nasceu minha trisavó. Em Poviglio, encontrei parentes que sempre querei rever ao ter novas oportunidade de viajar à Europa. Porém, o caminho do Brasil até essas cidades (que são vizinhas) envolve toda uma logística econômica: um avião até Milão, um trem até Parma ou Reggio Emilia e mais um ônibus ou táxi para os povoados (que não têm transporte regular). Nas três ocasiões em que estive na Itália realizando o “roteiro dos meus antepassados”, aproveitei para conhecer os pontos turísticos de Milão, Bologna, Parma, Reggio Emilia, Roma e outras cidades. Assim como, consumi em cada uma delas. Foram gastos com acomodação, alimentação, transporte, lembrancinhas, livros, etc.

Portanto, ao passo em que o turismo de retorno contribui economicamente para a Itália, também pode fazer com que cresça o número de descendentes que querem “oficializar” suas origens reconhecendo a cidadania italiana²⁴. Alguns almejam ter o passaporte por questões afetivas. Outros, visam usufruir das vantagens de possuir passaporte europeu. Ou ainda, há quem alie os dois propósitos.

3.4 PARA SER “ITALIANO DE VERDADE”

Muito se tem discutido na Itália, principalmente no meio político, sobre o que é ser italiano ou até, quais os requisitos que um descendente deve cumprir (além do sangue) para ter o direito de ser um cidadão italiano.

²⁴ A palavra “reconhecimento” é a mais usada pelos órgãos italianos e especialistas em cidadania. Uma vez que a nacionalidade italiana é transmitida pelo sangue, todo descendente de italianos já nasce italiano. Para se tornar um cidadão italiano, de fato, basta que seja feita a verificação documental e a pessoa será reconhecida italiana pelo Estado desde o seu nascimento. Já por parte dos meus entrevistados, o termo mais usado é “tirar a cidadania”.

Desde 2017, tenho observado as notícias sobre o embate *jus sanguinis* (direito de sangue) x *jus solis* (direito de solo) no que diz respeito à lei para obtenção da cidadania italiana. Atualmente, a cidadania é transmitida somente pela ascendência sob o princípio do *jus sanguinis* e não possui limite de gerações. Para quem nasce na Itália de pais não italianos, a cidadania só pode ser adquirida aos 18 anos. Com a crise de refugiados, tem-se falado bastante nos jornais sobre aprovarem o princípio do *jus solis* para beneficiar quem deseja ficar legalmente no país.

Um acontecimento polêmico do ano passado foi a aprovação do “Decreto Salvini”, que faz referência ao nome do autor da lei, o ex-ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini. O político é membro da Lega, partido de extrema-direita que é o principal opositor do *jus solis*. Entre as mudanças estabelecidas pela lei, estão as novas regras de entrada de estrangeiros no país, e para os descendentes, a naturalização por matrimônio só será concedida aos cônjuges que alcançarem, no mínimo, o nível B1 de proficiência no idioma. Além disso, a tarifa para reconhecimento consular da cidadania aumentou de 200 para 250 euros e o tempo do processamento do pedido se estendeu de 24 para 48 meses. No entanto, antes da aprovação do Decreto, a comunidade italiana pelo mundo entrou em alerta por causa de “um rascunho elaborado por técnicos do Ministério do Interior [que] falava em limitar o reconhecimento de cidadania a “descendentes diretos de segundo grau”²⁵. Os grupos de cidadania italiana no *Facebook* divulgaram abaixo-assinados²⁶, assim como se mobilizaram em 2017 contra uma emenda orçamentária (*Legge di Bilancio* (Art. 102-bis) que pretendia limitar a cidadania até a segunda geração, exigir o conhecimento do italiano e aumentar a taxa para concessão da cidadania²⁷. Em junho de 2019, Vito Petrocelli do Movimento 5 Stelle – um movimento que não se define como partido e nem declara sua posição política –, lançou um projeto de lei que prevê aos aspirantes à cidadania que façam exames de língua italiana, de educação cívica e ordenamento constitucional.

De acordo com ele, existem pessoas que têm poucos e distantes ascendentes italianos, que nunca colocaram os pés na Itália e que não falam italiano: é preciso verificar a

²⁵ http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/italia/noticias/2018/11/27/polemico-decreto-salvini-e-aprovado-pelo-parlamento-da-italia_e00503b9-1d5f-4d28-8906-69113edbb3a6.html - Acesso no dia 25 de junho de 2019.

²⁶ <https://www.change.org/p/presidente-del-consiglio-dei-ministri-giuseppe-conte-no-ai-limiti-per-il-riconoscimento-della-cittadinanza-italiana-degli-italo-discendenti> - Acesso no dia 25 de junho de 2019.

²⁷ https://www.change.org/p/n%C3%A3o-%C3%A0s-restri%C3%A7%C3%B5es-de-cidadania-italiana-ius-sanguinis?fbclid=IwAR1tWY_w5qy6ZxMOT-4LCtiSJhd3TgMwG33CksBqRPeUmbj0A9mLlfrz4vs - Acesso no dia 25 de junho de 2019.

persistência de suas ligações com a Itália, que não pode ser baseada apenas na descendência.²⁸

O conselheiro da Câmara Ítalo-Brasileira da Indústria e Comércio de Santa Catarina, Diego Mezzogiorno, também critica a forma na qual as cidadanias são atribuídas aos descendentes. No entanto, suas críticas são direcionadas ao governo italiano. Em entrevista para a revista *Insieme*, de junho de 2018²⁹, Mezzogiorno diz que ao conversar com membros do Movimento 5 Stelle, apontou que o governo olha pelo petróleo, pelos recursos econômicos do país, mas se esquece dos italianos de primeira a quinta geração que vivem no exterior, os verdadeiros grandes embaixadores do *Made in Italy*. Em outra entrevista para a revista *Comunità Italiana*, em julho do mesmo ano³⁰, ele introduz o tema do turismo de retorno que abordamos anteriormente. Coloca que além de contribuir economicamente para a Itália, o turismo de retorno fará com que os descendentes se interessem em buscar a família, aprender a língua e conhecer o território. “Assim, seria dada uma cidadania de verdade à pessoa e não só um livrinho vermelho para ela ir a Miami”, nas palavras do conselheiro. Com o aumento dos prazos para o reconhecimento da cidadania, há quem diga que é uma estratégia dos políticos para dificultarem a vida dos descendentes e fazer com que desistam de tanto esperar. O sociólogo e ex-presidente do Comitê dos Italianos no Exterior (Comites) de Recife, Daniel Taddone, vê o “Decreto Salvini” como uma tentativa de inviabilizar a cidadania e que o governo faz de tudo para que as pessoas tenham ressentimento da Itália, inventando regras e postergando o reconhecimento³¹. Penso que projetos como o de Mezzogiorno, estão surgindo para que a imagem de uma italianidade interessada - partindo do descendente que vai reconhecer a cidadania - seja neutralizada ou para que os descendentes comecem a se integrar à Itália sem ser, especificamente, em razão da cidadania. Mas por vontade própria e por estímulos do governo.

Da mesma forma em que políticos italianos querem fazer com que os descendentes exerçam sua italianidade, principalmente ao adquirirem o passaporte, os consulados no Brasil também estão engajados nessa iniciativa. Tenho observado com atenção as ações culturais dos consulados de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro. Todos os anos, o consulado de Belo

²⁸ <https://www.insieme.com.br/pb/ius-sanguinis-dois-testes-na-prova-de-cidadania-e-o-que-preve-petrocelli-presidente-da-comissao-de-relacoes-exteriores-do-senado/> - Acesso no dia 03 de julho de 2019.

²⁹ <https://www.insieme.com.br/pb/prefeito-de-napoles-e-regiao-da-campania-abracam-a-ideia-do-turismo-de-retorno-diz-mezzogiorno-um-golpe-na-mafia-da-cidadania/> - Acesso no dia 25 de junho de 2019.

³⁰ <https://comunitaitaliana.com/turismo-de-retorno/> - Acesso no dia 25 de junho de 2019.

³¹ <https://www.insieme.com.br/pb/48-meses-e-vinganca-contra-os-italo-descendentes-diz-taddone-sobre-o-texto-do-decreto-salvini-objetivo-seria-inviabilizar-cidadania-na-italia/> - Acesso no dia 26 de junho de 2019.

Horizonte apoia a realização do Seminário da Imigração Italiana, além de promover festas em datas comemorativas, palestras, exposições de arte, *shows* musicais, exibição de filmes, jantares com comida típica italiana, aulas de culinária, etc. Nem todos os eventos são gratuitos, mas são pensados para o público ítalo-descendente da região. Eles são divulgados pelo site do consulado, pela página no *Instagram* e no *Twitter*. Assim como, são plataformas utilizadas para mostrar um pouco do dia-a-dia do cônsul e dos serviços prestados na sede mineira.

O consulado do Rio de Janeiro promove eventos semelhantes aos de Belo Horizonte. Este ano, foi feito o 1º Encontro de Jovens Ítalo-brasileiros pela recém-criada Comissão Jovem do Comites/RJ. Eu estive presente no encontro e os assuntos abordados giraram em torno de “viver a italianidade”. Primeiramente, os jovens integrantes se apresentaram e falaram dos objetivos da Comissão junto aos jovens descendentes: divulgar bolsas de estudos e outras oportunidades; promover a cultura italiana e, principalmente, estimular a busca pela cultura da região de seus antepassados; incentivar os jovens a participarem mais dos eventos realizados pelo consulado; incentivar a aprendizagem da língua italiana; incentivar a visita aos locais de origem dos antepassados e incentivar que estejam presentes nas coletividades italianas. Em resumo, incentivar que os jovens que buscam a cidadania sejam “realmente italianos” – como explicaram, é importante que “ser italiano” não seja somente ter o passaporte, mas sim, viver a italianidade.

3.5 PASSAPORTE PARA O FUTURO: O AUMENTO NOS RECONHECIMENTOS DE CIDADANIA ITALIANA

No meio social em que eu vivo, emigrar tem sido um tema recorrente nas conversas. Meus amigos e conhecidos que têm origem europeia, estão providenciando seus passaportes com intenção de deixar o Brasil para estudar ou trabalhar na Europa. Eles não veem perspectiva de melhora em suas carreiras no Brasil e têm medo de que a crise se estenda por muitos anos e, inevitavelmente, tenham que sair às pressas. As mídias sociais e televisivas falam sobre cidadania italiana a partir das notícias de escândalos e fraudes na obtenção da mesma na Itália, como pode-se citar as cidadanias que foram revogadas nas cidades de Macugnaga (em 2019), Ospedaletto Lodigiano (em 2018) e Lodi (em 2017). No Brasil, o número de pedidos também disparou no último ano. De acordo com o registro de cidadanias reconhecidas no Consulado da Itália em Belo Horizonte, em 2017, 2.313 pessoas se tornaram cidadãs italianas. Do período de 1º de janeiro a 7 de novembro de 2018, 4.069 pessoas obtiveram o reconhecimento. Ao conversar por e-mail com o cônsul de Belo Horizonte, Dario Savarese, comentei que desde

meados de 2014, quando se deu início a crise econômica atual do Brasil, tenho observado nas redes sociais e nos grupos de cidadania italiana que, a cada dia, surgem mais pessoas querendo saber como poderiam obtê-la, como conseguir os documentos, como imigrar e conseguir trabalho em outro país.

O cônsul Savarese não acredita que a crise econômica e o desejo de morar fora do Brasil fizeram aumentar os pedidos de cidadania em Belo Horizonte. Segundo ele, depende da quantidade e qualidade dos recursos usados no consulado para processarem os pedidos, pois poucas pessoas vão embora do país após serem reconhecidas cidadãs. No entanto, ao analisar a tabela que me foi enviada pelo cônsul, percebo que em 1992, 2000, 2009 e 2015, os reconhecimentos cresceram com relação aos anos anteriores. Todos estes foram períodos de crise econômica no Brasil.

Em 1992, os brasileiros sofreram com o Plano Collor. O ano 2000 foi marcado pela desvalorização do real desde o ano anterior. Em 2009, o Brasil não sentiu tanto a crise econômica internacional iniciada com a quebra do banco americano Lehman Brothers em 2008. O poder de compra do brasileiro aumentou porque o governo adotou uma política de incentivos fiscais. No entanto, o pacote de estímulo ao consumo também fez com que os preços dos bens subissem com a alta da inflação. A atual crise econômica que vivemos

teve como origem uma série de choques de oferta e demanda, na maior parte ocasionados por erros de políticas públicas que reduziram a capacidade de crescimento da economia brasileira e geraram um custo fiscal elevado (Barbosa Filho, p. 58, 2017).

De acordo com Barbosa Filho (2017), nossa economia encontra-se em recessão desde o segundo trimestre de 2014.³²

Como disse Martes (2001), a recessão dos anos 1980 e a nova realidade econômica do Brasil na década de 1990 atuaram “como elemento propulsor da emigração de brasileiros, tanto para os Estados Unidos quanto para a Europa e o Japão” (n.p.). A autora afirma que, neste período, houve uma diminuição do número de empregos formais, o que incentivou a emigração, “uma vez que as ocupações exercidas no mercado de trabalho informal apresentam perspectivas muito reduzidas de ascensão social” (n.p.). Essa ausência de perspectiva de melhora que surgiu em decorrência de acontecimentos semelhantes aos dos anos 90, é o que continua motivando as pessoas a deixarem o Brasil. De acordo com Alves (2018),

³² Gostaria de salientar que a crise no Brasil, durante essas épocas, é muito mais complexa do que expliquei em um parágrafo. Porém, foi apenas para servir de comparação com os anos de crescimento no reconhecimento da cidadania italiana no consulado de Belo Horizonte.

o imperativo da mobilidade internacional coloca-se hoje para jovens recém-formados, bem como para adultos em idade avançada, que não obstante possuem um nível alto de qualificação – muitos são pós-graduados – e às vezes experiência de anos de trabalho, são obrigados a fugir do desemprego ou da flexibilidade, que geram insegurança e, sobretudo, uma dificuldade extrema de fazer qualquer planejamento de vida futura. Essa mobilidade atinge também famílias de classe média que se achavam protegidas e, ao sentirem suas condições de vida se rebaixando, buscam a emigração (n.p.).

Durante as minhas dezenove entrevistas, alguns descendentes falaram sobre a vontade de reconhecer sua cidadania italiana, sem eu precisar introduzir o assunto. O primeiro a mencionar foi o Darci (87 anos), da família Borsari. Enquanto eu lhe contava um pouco do que descobri sobre a minha família, ele me perguntou se eu já tinha a cidadania italiana. Eu disse que não e ele respondeu que tinha muita vontade de ter o passaporte. Perguntei-lhe o motivo e ele me disse que não seria para viajar e tampouco sair do Brasil, pois já está muito velho para fazer essas coisas. Mas, tendo o passaporte, poderia se sentir 100% italiano. A exemplo do Darci, tiveram respostas semelhantes, como as de Bianca (19 anos) e Ana (57 anos), da família Belletti, e Tetei (78 anos) da família Fava. Ana e Tetei me disseram que ter o passaporte italiano seria interessante, porque confirmaria que são de famílias italianas, mesmo que nunca irão utilizá-lo para se mudar para a Itália ou viajar para lá. Já Bianca, diz que um de seus maiores sonhos é conhecer a Itália e gostaria de viajar com seu passaporte italiano, pois lhe traria o sentimento de que é ainda mais italiana. Em suas palavras: “eu queria tirar a cidadania italiana porque, assim, eu sentiria que a Itália está mais perto de mim e faria eu me sentir totalmente italiana”.

Os outros que disseram desejar ter a cidadania, a veem como uma utilidade: seja para morar ou viajar pela Itália e pelos demais países da União Europeia, para buscar emprego fora do Brasil (caso necessitem sair) ou para passar para os filhos, caso queiram estudar ou morar no exterior. Em todos esses casos, a questão da identificação com a origem da família também apareceu nas respostas. Julio Fava (40 anos) e Cristiane Ferrari (50 anos) associaram essa vontade à suas origens italianas. Ambos falaram em fazerem o caminho inverso e voltarem para a terra de seus antepassados.

Mahina Fava (33 anos) e Marlene Silva (64 anos) disseram nunca terem pensado em tirar a cidadania italiana. Mahina diz que seria bacana se tivesse esta oportunidade, mas nunca se interessou em saber o que precisaria fazer para tê-la. Marlene disse que para ela não seria útil, pois não tem planos de viajar para fora do Brasil. Vanderli Fava (64 anos) disse que já pensou em tirar o passaporte italiano porque viaja muito para a Europa, por conta de sua

profissão. Porém, a burocracia era muito grande e ele desistiu. E, também, nunca foi impedido de entrar em algum país utilizando o passaporte brasileiro.

Duas entrevistadas, que já tinham o passaporte italiano, me disseram ser útil para as viagens e porque tinham direito à cidadania ao serem descendentes. Com quatros entrevistados não falamos sobre o tema. Apenas uma, Alice Ferrari, comentou que alguns parentes já foram até sua casa pedir informações sobre a cidade de origem da família, sobre documentos, visando a cidadania italiana. Mas, ela me disse que não soube lhes dar muitas informações específicas.

Para o final desta seção, deixei para destacar a resposta de mais um membro da família Fava que me chamou a atenção. Ao contestar a pergunta, ele me disse que tem vontade de reconhecer a cidadania, mas completou:

vejo que o reconhecimento da cidadania me acrescenta em pouco pessoalmente. Alguns familiares já conseguiram formalizar o reconhecimento, buscando facilidades para o turismo ou para acesso [à Europa]. Não vejo ninguém buscar somente para o reconhecimento de cidadão mesmo.

3.6 O MERCADO DA CIDADANIA ITALIANA

Além dos descendentes darem entrada no pedido de cidadania pelos consulados ou diretamente na Itália, existem também os processos judiciais que condensam, no geral, as solicitações daqueles que não têm direito perante a lei e outros casos particulares. Na lei italiana, até 31 de dezembro de 1947, a mulher não tinha direitos civis, logo, não transmitia a cidadania para seus descendentes. Somente os homens possuíam esse direito.

Portanto, para saber se os descendentes têm ou não direito a pedirem a cidadania por via administrativa, deve-se observar a data de nascimento do filho da primeira mulher depois do italiano (a). Se nasceu antes de 1º de janeiro de 1948 e a mãe era casada com um homem que não fosse italiano, o direito à cidadania era interrompido. Porém, os advogados italianos passaram a contestar esses casos na justiça italiana a partir do Art.1 da Lei n.91 de 5 de fevereiro de 1992, que diz que é italiano desde o nascimento todo filho de mãe ou pai cidadãos italianos. Desde 2009, os descendentes dessas mulheres italianas têm visto uma esperança para alcançarem a cidadania. Neste ano, a egípcia Mariam Elia teve sua nacionalidade reconhecida pela Itália por meio de sua avó, uma italiana que tinha se casado com um egípcio e teve o filho, pai de Mariam, em 1942. A causa foi ganha por meio de um processo no Tribunal de Roma contra o Ministério do Interior da Itália.

São muitos os advogados que prestam esse tipo de serviço e focam, principalmente, no público ítalo-brasileiro. Alguns até ficaram famosos por terem sido advogados de celebridades,

como a apresentadora Xuxa. Existe um grupo no *Facebook* chamado “Cidadania Italiana Judicial” com cerca de 24 mil membros. Nesta comunidade, ocorre a troca de informações sobre documentos, cartórios, tradutores e indicações de advogados. Do meu ponto de vista, é interessante observar que todos os advogados italianos falam português, para poderem se comunicar pessoalmente com os clientes, e aprenderam como funcionam as leis brasileiras, em especial as de registro civil. Inclusive, os mais “famosos” nesse grupo vêm, ao menos, uma vez por ano ao Brasil realizar palestras e encontros com clientes e futuros clientes. Abaixo, podemos ver o folder de uma palestra que ocorreu na Barra da Tijuca (RJ), em dezembro de 2018, sobre cidadania italiana. O evento foi realizado pela Escola Superior de Advocacia e pela Revista Itália Nossa. Contou com a presença de Paolo Miraglia Del Giudice - cônsul da Itália no Rio de Janeiro –, de Antonello Confente - vice-presidente da associação *Mantovani nel mondo* (Mantovanos no mundo) – e de diversos profissionais da área do Direito.

OAB BARRA

**TRANSPARÊNCIA E
ESCLARECIMENTO GERAL SOBRE
A DUPLA CIDADANIA ITALIANA**

Dia: 05.12.2018
Horário: 17:30h às 20:30h

Convidados:

Dr. Cláudio Carneiro - Presidente da OAB Barra da Tijuca
Exmo. Sr. Dr. Paolo Miraglia Del Giudice - Cônsul Geral do RJ
Exma. Sra. Dra. Rosangela Carrozzino - Procuradora de Justiça/RJ
Sr. Dr. Sebastião Bruno - Secretário de Infraestrutura e Habitação da Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro
Dr. Carlos Colla - Advogado e Compositor
Ilmo. Sr. Antonello Confente - Vice-Presidente Della Associazione Mantovani nel mondo della Regione Lombardia
Ilmo. Sr. Luciano de Luca - Presidente do Grupo Cidadania Italiana pelo Consulado Geral da Itália RJ/ES
Ilmo. Sr. Carlos Masello - Jornalista, Diretor Presidente do projeto Itália Nossa

Realização:

ESA-Barra
Escola Superior de Advocacia

ITALIA NOSSA

Endereço: Av. das Américas, 3959, loja 222
Shopping Marapendi - Barra da Tijuca/RJ
Informações: esa.barra@oabrj.org.br - Tels: 3545-6606/3545-6584
Instagram: oabbarrarj Facebook: OAB Barra RJ

Figura 36: Folder de uma palestra sobre cidadania italiana.
Fonte: foto publicada no Instagram da AOB Barra.

Em agosto de 2018, também aconteceu em Curitiba, uma palestra sobre cidadania italiana promovida por uma agência de consultoria, que trabalha com serviços de assessoria para as cidadanias italiana e portuguesa (de acordo com o site da empresa). Houve a participação da advogada italiana Antonella Castellone - especialista em reconhecimento da cidadania italiana – e teve o apoio do Centro di Cultura Italiana de Curitiba - que oferece cursos

de língua italiana e intercâmbio para Itália em escolas de idiomas. O folder anunciava um “diagnóstico gratuito para os participantes”, provavelmente, se referindo à possibilidade ou não de reconhecerem a cidadania.



Figura 37: Folder de uma palestra sobre cidadania italiana.
Fonte: foto publicada no grupo do Facebook “Cidadania Italiana Judicial”.

A busca pela cidadania italiana movimenta todo um mercado de advogados, assessorias, cartórios, tradutores, pesquisadores, genealogistas, buscadores de documentos, cursos de italiano, cursos sobre genealogia/cidadania italiana/paleografia e paróquias no Brasil e na Itália. Como uma estratégia de *marketing*, essas palestras e encontros nos modelos em que mostrei, servem para aclarar o descendente sobre seus direitos e, por outro lado, atrair novos clientes.

Consulados como os do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte funcionam com um sistema de agendamento para o reconhecimento da cidadania. O interessado deve entrar no site e escolher uma data para comparecer ao local. No entanto, são poucas vagas para muita gente. Lendo algumas postagens do grupo do Facebook “Cidadania Italiana pelo Consulado Geral do RJ”, vi que algumas pessoas passaram mais de dois anos tentando agendar um dia para entregar os documentos, porém, não obtiveram êxito. Assim, muitas acabam pagando pelos serviços de empresas de agendamento, que cobram por volta de R\$ 2.000,00 por solicitante (de acordo com o que falavam no grupo) e lhes conseguem uma vaga. Um dos descendentes da família Fava, que é residente no Rio de Janeiro, também sem sucesso com o sistema de marcação, entrou em contato com uma dessas empresas para saber o valor. Ofereceram-lhe um pacote que continha

agendamento + tradução juramentada e apostilamento dos documentos + honorários por R\$ 6.560,00. Com o valor sendo muito além do que ele poderia pagar, as tentativas diárias do descendente já duram cerca de um ano. Há quem diga que o segredo dessas empresas é que elas têm uma Internet muito rápida ou desenvolvem scripts que aceleram a página. O site do Consulado do Rio de Janeiro, na seção de agendamentos (*Prenota OnLine*), ratifica que a utilização desses serviços é ilegal e pode implicar no cancelamento do agendamento caso seja descoberto que o solicitante usou deste artifício, uma vez que as vagas são gratuitas. Algumas pessoas comentaram no grupo que esses serviços são falsas soluções, pois as empresas acabam conseguindo ocupar todas as vagas. Logo, passam a lucrar ainda mais com a quantidade de pessoas que as procuram para o agendamento de cidadanias e passaportes.

Com o crescimento desses profissionais no mercado, a cidadania italiana está virando um negócio para muitos. Considero que este é um dos motivos pelo qual alguns políticos italianos e parte da população está se opondo às leis vigentes de cidadania *jus sanguinis* e desejam endurecê-las. Para que ser italiano não englobe, somente, os direitos e deveres civis. Senão, que provem que “merecem” aquela segunda nacionalidade.

PREZADO USUÁRIO, ANTES DE AGENDAR SUA VISITA ACONSELHAMOS VIVAMENTE LER COM ATENÇÃO A SEÇÃO DO SITE DEDICADA AO SERVIÇO ESCOLHIDO. O CONSULADO NÃO ASSUME RESPONSABILIDADES EM CASO DE NÃO FORNECIMENTO DO SERVIÇO POR CAUSA DE DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA. A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DOS DADOS REQUERIDOS, NOS PERMITIRÁ OFERECER UM SERVIÇO MELHOR E EVITARÁ PERDAS DE TEMPO. NÃO SERÃO ADMITIDOS AGENDAMENTOS FEITOS POR TERCEIROS E O CONSULADO DESACONSELHA VIVAMENTE O RECURSO A SERVIÇOS PAGOS PARA OBTER ESTE AGENDAMENTO QUE É DISPONÍVEL PARA TODOS, ALÉM DE GRATUITAMENTE, NESTE SITE. Informamos os usuários que, devido as normas de segurança adotadas pela sede consular, é proibida a entrada no edifício de: armas, aparelhos eletrônicos (computadores, celulares, tablets e similares), guarda-chuvas, capacetes ou qualquer acessório que esconda o rosto. Bolsas, mochilas e outros volumes são vetados. Por tais razões pedimos aos visitantes que se apresentem na entrada do edifício

Figura 38: Informe do site do Consulado Geral da Itália no Rio de Janeiro sobre agendamentos.
Fonte: site do Consulado Geral da Itália no Rio de Janeiro, julho de 2019.

3.7 UMA IDENTIDADE INTERESSADA

Como escrevi na Introdução deste trabalho, no começo das entrevistas eu tinha a hipótese de que haveria uma divisão, bastante clara, entre os entrevistados mais velhos e jovens. Em que os primeiros, estariam interessados na história familiar por valores afetivos e, os segundos, apenas para conseguirem a cidadania. Ao iniciar a organização dos meus documentos para o meu próprio processo, entrei em diversos grupos sobre o tema e sempre observei que a maioria que estava lá eram jovens, poucas eram as pessoas que tinham mais de 50 anos. Quase a totalidade destes jovens almejava ter a cidadania para saírem do Brasil.

O reconhecimento da cidadania italiana se baseia na outorga, por parte do governo italiano, de um documento que possibilita ao descendente ter os mesmos direitos e deveres de qualquer cidadão italiano. Do meu ponto de vista, esse processo é uma troca entre ambos os atores. No entanto, todas as barreiras burocráticas que foram surgindo, até hoje, para dificultar a obtenção da cidadania italiana *jus sanguinis*, imagina-se que é um reflexo da sensação dos governantes, bem como dos cidadãos, de que esses “novos italianos” não estão retribuindo à altura do “presente” que lhes foi dado, o que me faz pensar no Kula dos melanésios. Como explicou Malinowski (1978), nesse ritual são trocados colares e braceletes, ambos objetos que possuem o mesmo valor. Os dois atores em cada troca devem ser presenteados. Os regalos permanecem com cada um durante algum tempo e, logo, são passados adiante. O Kula é um sistema que tem como base mitos, tradições e rituais mágicos. Por este motivo, há regras para todas as transações.

No caso dos processos de cidadania italiana, o descendente espera que o país lhe dê a cidadania, que ele poderá transmitir aos seus descendentes e que, com o passar do tempo, cada vez mais oportunidades surjam por causa de sua nova nacionalidade. Por outro lado, a Itália espera que os novos cidadãos retribuam ao país gerando mais recursos para o próprio, e não simplesmente, obtendo a cidadania para sequer pisar em território italiano. Trazendo de volta a entrevista de Mezzogiorno como exemplo, ele cita que é preciso fazer algo para que o passaporte italiano não sirva somente para que os descendentes viagem para Miami.

Como já observei, muitos descendentes obtêm seu passaporte para irem a outro país, uma vez que a Itália ainda caminha lento na recuperação da crise econômica. Ou, como disseram alguns dos meus entrevistados, o passaporte seria útil para que pudessem viajar livremente pela União Europeia e facilitar a entrada em outros países, como os Estados Unidos. Podemos pensar o turismo de retorno e outros esforços advindos da Itália, que já abordamos anteriormente, como uma estratégia do governo para que recebam seus “colares” ao terem dado

seus “braceletes”. Pois, como dizem muitas pessoas, a Itália comparada a outros países da União Europeia, é uma mãe quando se trata de cidadania (apesar de ter inúmeras regras para isto, como no Kula). Nisso, muitos italianos acabam por enxergar que os descendentes carregam somente uma identidade instrumental e não valorativa com respeito à italianidade. Tendo como contribuição o “mercado das cidadanias” que geram tantos escândalos por falcaturas. Conforme dados do Escritório de Estatísticas da União Europeia (Eurostat), a Itália foi o país do bloco que mais concedeu cidadania a brasileiros em 2017, contabilizando 9.936 reconhecimentos. “Os números mostram que a Itália respondeu por 46% das 21.593 cidadanias dadas a brasileiros na UE naquele ano”.³³

De acordo com Barth (2003), “os grupos étnicos e as suas características são produzidos em circunstâncias particulares, tanto interacionais como históricas, económicas e políticas, sendo, portanto, altamente situacionais e não primordiais” (p. 20). O autor ainda diz que nosso sentimento de identidade se recria ao passo em que agimos no mundo e interagimos com outras pessoas. Em seu clássico exemplo sobre os imigrantes paquistaneses de dois grupos étnicos diferentes, os punjabis e pathans, Barth (2005) mostra que apesar de possuírem essa divisão cultural no Paquistão, quando os membros desses dois grupos migram para a Noruega, passam a ser vistos, simplesmente, como paquistaneses. O homem punjabi citado por Barth, ao observar seu novo contexto, compreender sua posição na Noruega e entrar em contato com outros paquistaneses, percebe que as diferenças entre seu grupo e os pathans são muito pequenas ao comparar-se aos noruegueses. Então, é imposta a ele a identidade paquistanesa. Sendo assim, acaba por compartilhar símbolos identitários com seus co-nacionais e se vê fazendo parte de um grupo. Logo, a cultura dos paquistaneses na Noruega será um produto dessa situação e essa nova identidade poderá ser manipulada de acordo com interesses específicos.

Um dos interesses dos descendentes de italianos em ter um passaporte europeu é o *status* que ele representa. Ser europeu, em um país tão preconceituoso como o Brasil, é algo que agrega valor à pessoa, seja em sua vida profissional ou pessoal. Como revelou o estudo de Leonardo Monasterio³⁴, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea),

pessoas com sobrenomes de ancestralidade japonesa, seguidas pelas com nomes de origem germânica, sírio-libanesa, lestes europeia e italiana, nessa ordem, têm, em média, maiores salários que os de brancos ibéricos (n.p.).

³³ <https://comunitaitaliana.com/italia-pais-que-mais-concedeu-cidadania-a-brasileiros-na-ue/?fbclid=IwAR2BDNAYWbXw2KDi7I0FG37iXBJVXS6lQZr6EvTWHgMK2lqsTvQ4ZoW0GYI> – Acesso no dia 11 de julho de 2019.

³⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41987454> - acesso no dia 30 de junho de 2019.

Claramente, o pesquisador diz que crê que não somente o sobrenome impacte no salário, mas também, outras variáveis como cor da pele, gênero e qualidade da educação. Logo, se apresentar como um cidadão ítalo-brasileiro no Brasil - que valoriza muito o que vem do hemisfério norte – torna-se útil em determinadas ocasiões.

Pudemos ver nas entrevistas que algumas pessoas querem ter o passaporte não como um objeto de utilidade, mas para “autenticar *status*”. Tomo emprestado este termo de Grant McCracken (2003) em sua explicação sobre a pátina. A pátina é um valor que um objeto adquire com o passar do tempo, “é a habilidade da cultura material em carregar mensagens de *status*” (p. 53). Ela foi um meio de organização social que perdurou por volta do século XVI ao XVIII para diferenciar nobres e plebeus. Na contemporaneidade, a pátina é “uma estratégia de *status* usada somente pelos muito ricos” (p. 53). Não trato aqui o passaporte italiano como um objeto de posse apenas dos muitos ricos e, tampouco, para diferenciação social em nível hierárquico. Mas, assim como a pátina, há uma propriedade simbólica que é com propósitos sociais, “como uma espécie de prova visual do *status*” (p. 54). À medida em que a pátina funciona como prova de longevidade e da importância da família através dos objetos que são passados de geração em geração, o passaporte demonstra que, mesmo depois de tantas gerações entre o imigrante italiano e o descendente que almeja a cidadania, aquela origem europeia continua viva e pode ser comprovada através de um documento. Como alguns dos meus entrevistados disseram, o passaporte italiano é o elemento que prova que se sentem italianos porque realmente o são.

3.8 UMA IDENTIDADE VALORATIVA

Nos discursos dos descendentes, pude perceber que apesar de muitos terem vontade de obter o passaporte italiano, poucos são os que o veem apenas como um livrinho vermelho que lhes abrirá portas em outros países. Mas, ser de origem italiana continua lhes agregando valor como descendentes em orgulho às suas origens. O fato de eu estar escrevendo minha dissertação tendo como tema os imigrantes italianos em Pedra Dourada, percebo que fez com que essa origem ganhasse ainda mais importância para os descendentes. Vanderli Fava até sugeriu que eu fizesse um livro a partir da minha dissertação, comentou sobre pontos que seriam de interesse para uma editora, outros que eu poderia desconsiderar e se propôs a ajudar-me com isso.

Vanderli já é o autor de um livro sobre os Fava, produzido em comemoração do centenário da chegada da família ao Brasil. Em suas páginas pode-se encontrar a árvore genealógica completa (até 1997, quando o livro foi escrito), fotos e um pouco da história dos Fava no Brasil. Sua prima Cristine, fez uma atualização do livro ao passo em que encontrava

mais dados. O que a motivou também em produzir um livro sobre a família Ferrari. Ambos me disseram que o objetivo dos livros é resgatar e registrar a história das famílias, para que seja conhecida pelos parentes e para deixar às próximas gerações. Cristiane ainda falou que, para ela, isto é muito importante, pois se orgulha de sua origem italiana.



Figura 39: Cristiane Ferrari com os livros das famílias Ferrari e Fava.
Fonte: a cervo de Cristiane Fava.

Além dos livros que materializam as histórias das famílias, os Fava ainda preservam objetos do patriarca Alexandre, como sua bengala – de propriedade do neto Vanderli -, sua mesa e relógio de parede – de propriedade da filha Rosa. Quando fui à casa de Dona Rosinha entrevistá-la, depois de conversarmos, ela disse para não irmos embora (eu, minha mãe e minha prima) porque iria passar um cafezinho. Junto com o café, nos ofereceu queijo Minas e bolo de fubá. Dona Rosinha disse para comermos na varanda, na mesa que foi de seu pai. Aparentemente emocionada, ela disse que não a utiliza sempre, mas aquele momento era especial. Antes de forrar a mesa com a toalha, ela me mostrou que tinha uma gaveta para guardar os talheres e a madeira ainda estava intacta, mesmo com o passar dos anos. Comemos o delicioso lanche preparado por Dona Rosinha enquanto ouvíamos mais histórias sobre os Fava. Alguns dias depois, recebi uma mensagem de sua filha Alcilene, no *Whatsapp*. Ela conseguiu

meu número com seu primo e me enviou a foto do relógio de parede de seu avô Alexandre, a pedido de Dona Rosinha, que disse ter se esquecido de me mostrar no dia em que fui lá. Alcile ne destacou que o relógio funciona perfeitamente, basta dar corda.



Figura 40: mesa de Alexandre Fava.
Fonte: a cervo de Rosa Fava.



Figura 41: Dona Rosinha e a mesa de Alexandre Fava.
Fonte: a cervo de Rosa Fava.



Figura 42: relógio de parede de Alexandre Fava.
Fonte: acervo de Rosa Fava.

O sobrinho de Dona Rosinha, Vanderli, guarda a bengala do avô. Eu a descobri não porque ele me contou, mas porque sua filha Mahina mencionou na nossa conversa que, desde criança, ouvia histórias de seu bisavô com a bengala e isso nunca saiu de sua memória. Foi um objeto que seu avô Ricardo herdou e passou para o filho. Ao me enviar a foto, ele disse para que eu observasse a ponta gasta. De acordo com Vanderli, ela está assim danificada não porque cuidaram mal dela, mas porque o avô sempre batia com ela no chão enquanto conversava.



Figura 43: bengala de Alexandre Fava.
Fonte: acervo de Vanderli Fava.

Esses objetos, nessa situação, carregam a pátina. E, mesmo a história oral, foi materializada em livros para que assumam um valor de importância. Reafirmo que discordo que a pátina é uma estratégia usada somente pelos muitos ricos. Na minha visão, ela é sim um modo de diferenciação social, mas sem, necessariamente, oferecer prestígio hierárquico a quem possui objetos com pátina. Tomando como exemplo os objetos e fotos de famílias, concordo com Veblen (1983) de que a riqueza adquirida por meio da herança de antepassados ganha mais honra do que a riqueza adquirida por esforço próprio. Porém, entre os descendentes, não vejo que esses objetos lhes conferem honra em tê-los. Mas sim, honra porque servem para lembrar e ilustrar as histórias que se contam. Eles trazem memórias antes mesmo de trazerem honra. Acredito que o prestígio como valor social é impresso nos objetos ao passo em que demonstram a “tradição” das famílias. Como diz o autor, essa honorabilidade dos objetos projeta respeito por parte dos outros e estima por parte dos possuidores. Bosi (2004) os chama de “objetos biográficos”, pois envelhecem com o seu dono, representam experiências vividas e dão sensação de continuidade. Não é à toa que os descendentes não deixavam de mostrá-los a mim e contavam um pouco da história da família através deles.

Segundo Sahlins (2003), “os bens representam um código objetual para a significação e valorização das pessoas e ocasiões, funções e situações” (p. 192). Por isso, entendo que para os descendentes, o valor social desses objetos se dá mais pelo o que simbolizam do que pelo o que valem em dinheiro. Assim como funciona com o passaporte, uma vez que observei que a intenção em obtê-lo, para a maioria, visa seus benefícios em abrir portas fora do Brasil. Porém, poucos são meus entrevistados que, efetivamente, já têm planos de morar em outro país. Como destacou o cônsul de Belo Horizonte, poucas são as pessoas que reconhecem a cidadania e deixam o Brasil.

Apesar de Bosi (2004) separar os objetos biográficos do outro tipo que ela denomina “objetos de *status*” – aqueles que são valorizados pela moda e não ganham valor de acordo com a antiguidade, só se deterioram -, considero que os objetos dos antepassados e o passaporte são vistos, no final, com a mesma função: ambos agregam valor aos possuidores pelo peso/*status* do que ser italiano ou europeu simboliza em nossa cultura. De acordo com Barth (2005), as identidades étnicas são sempre acionadas na presença de oportunidades que podem ser criadas por elas.

Finalizo este capítulo com uma frase do historiador Marcus Lee Hansen, citada por Truzzi (2016): “*what the son wishes to forget the grandson wishes to remember*” (Tradução minha: o que os filhos querem esquecer, os netos querem lembrar). Infelizmente, não encontrei o livro de Hansen (*The Problem of the Third Generation Immigrant*) para consultar. Mas ao ler

alguns artigos sobre, entendi que sua teoria era a de que nos Estados Unidos, os imigrantes mantinham suas etnicidades, seus filhos as rejeitavam – em decorrência da assimilação com a cultura local - e os netos queriam recuperá-las. Entre os descendentes dos imigrantes italianos que se estabeleceram em Pedra Dourada, percebi que acontece diferente. Os imigrantes e seus filhos preservavam suas identidades étnicas – ainda que com influências culturais do meio em que viviam, eram as gerações que mantiveram mais vivos os costumes. O esquecimento da primeira geração nascida no Brasil, como vimos nos capítulos anteriores, foi forçado ou proposital na construção da identidade. Acredito que a partir de todos os contextos atravessados pelas gerações e a atual reivindicação da italianidade por parte de netos, bisnetos e trinotos com quem conversei, nos mostra que as identidades não são imóveis, não se transmitem pelo sangue e como diz Bauman (2005), não são garantidas para toda a vida, são negociáveis e revogáveis. São para serem usadas e exibidas, não para armazenar e manter. O autor ainda comenta que a *Internet* é um poderoso meio para fomentá-las. Pudemos observar durante este capítulo como os meios de comunicação, principalmente a *Internet*, são importantes fatores usados pelos Estados e pelos descendentes para a reativação da italianidade. Apesar de não haver notoriedade da presença italiana em Pedra Dourada, a origem italiana faz parte da vida dos descendentes desde quando são crianças, mesmo que muitos não se dão conta disto. E essas histórias que estão intrínsecas em cada um, só ganham valor quando necessitam ser lembradas para marcarem seus lugares na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação foi construída a partir de uma dimensão temporal. Optei por fazer entrevistas com descendentes de várias idades, níveis de escolaridade, classes sociais, locais de moradia e demais variáveis. Porém, percebi ao longo da pesquisa que essas variáveis não exerceram muita influência sobre as falas dos entrevistados. Semelhanças e incongruências foram vistas nos discursos de pessoas de diferentes perfis. Por exemplo, um mesmo argumento me foi dado por um senhor de 87 anos e uma jovem de 19 anos. Devo dizer que falar de certos assuntos com alguns, fazia com que a conversa fluísse melhor do que com outros. Na minha opinião, essas particularidades eram apenas produto da experiência de cada um no mundo. As relações no âmbito familiar e o contato com estímulos exteriores, foram formando suas percepções sobre o universo de seus antepassados, ao mesmo tempo em que eram constituídas suas identidades.

Os três capítulos foram trabalhados a partir do que me contaram os familiares, dos elementos que foram surgindo ao longo da pesquisa em arquivos e diversas fontes, e do atual modo de vida dos descendentes. Iniciei mostrando no primeiro capítulo, a parceria entre Brasil e Itália que possibilitou uma imigração direcionada para Minas Gerais. A preferência dos fazendeiros por italianos do Norte explica a predominância de lombardos, emiliano-romagnolo e vênets em Pedra Dourada. Provenientes de cidades não tão distantes entre si, as famílias Belletti, Borsari, Fava e Ferrari fazem parte do grupo que os descendentes chamam de “pioneiros”, que em suas percepções, seriam os fundadores de Pedra Dourada. Porque, segundo os mesmos, quando os italianos chegaram, aquilo “era tudo mato”!

Do próximo ponto em diante, considero que a pergunta que guiou a dissertação foi “o que é ser italiano?”. Ainda no capítulo 1, falo do “nascimento” dos italianos no exterior após a Unificação da Itália. Vemos os mecanismos nacionalistas utilizados pelos Estados para a criação de uma nação e do sentimento de unidade entre seus co-nacionais. Ao entender que o pertencimento a uma pátria se dá no compartilhamento de símbolos, apresentei o maior símbolo de italianidade para os descendentes das quatro famílias: a culinária. Para eles, a alimentação é uma maneira de expressar o que “restou” de seus ancestrais. No entanto, assim como eu tinha, a sensação que eles têm ao apresentar esses pratos “típicos” é de naturalidade, uma vez que faz parte do consumo diário em suas casas. Alguns demoravam em me responder sobre o que “de italiano” suas mães e avós preparavam e sempre recorriam à memória, com frases como “de italiana eu não sei, mas minha mãe fazia macarrão em casa” e “olha, não sei se é italiano, mas eu aprendi a pele de angu frita isso com a minha avó. Muitas famílias italianas faziam”. Outros, prontamente, me respondiam com firmeza: “essa forma de comer é italiana, minha avó só comia

assim”; “minha mãe fazia muita massa de pão, aprendeu com a mãe dela que era italiana”; “eu adoro massas, não é à toa que sou italiana”; “aqui pode se chamar angu, mas é feito igual a polenta na Itália. Se minha mãe aprendeu com a minha avó, quer dizer que o nosso angu é italiano” e “você se lembra como era na novela? Nós comíamos assim”. Percebi que a cozinha os remete a uma tradição. Comer o mesmo que seus antepassados comiam ou comer do que é considerado, mundialmente, como comida italiana, legitima essa italianidade de acordo com seus discursos. Logo, essa cultura comensal só se manteve até os dias atuais por causa das interações entre eles (lombardos, emiliano-romagnolos e vênets) e os Outros. Além das redes de amizade entre italianos, aconteceram as uniões conjugais observadas, principalmente, entre os Fava e demais famílias italianas da cidade e da região.

No capítulo 2, entrei no campo da política para mostrar como os imigrantes italianos – nessa seção, utilizei as trajetórias de Luiz Belletti, Frederico Borsari, Frederico Carelli e dos irmãos Alexandre e Rafael Fava – adentraram nesse meio e como as relações continuaram sendo essenciais para a definição de suas identidades. O período que delimita o presente capítulo são os anos 30 e 40, em que se viveu a ascensão de ideologias autoritárias, ultranacionalistas e opressoras. Nessa época, o italiano não era somente o trabalhador rural que tinha vindo ganhar a vida nas lavouras. Ele se tornou o inimigo, desleal ao Brasil e fiel à sua pátria. Ainda que Belletti e Carelli fizeram parte da nacionalista AIB, fossem casados com brasileiras, tivessem negócios aqui e suas vidas girassem em torno do Brasil, nunca deixaram de ser italianos para as autoridades policiais, logo, apoiadores dos países do Eixo. Assim como, hoje em dia, árabes e muçulmanos são taxados de terroristas e fundamentalistas em todo o mundo. Os irmãos Fava também participavam ativamente da política em Pedra Dourada, aliando-se ao PSD e, possivelmente, à UDN. No entanto, todos os imigrantes citados nunca se interessaram em concorrer a cargos políticos. Com isso, posso concluir que, de fato, eles não tinham interesse em participar da política local. Os italianos podem ter usado da política para camuflar a conexão que ainda tinham com a Itália, seja ela valorativa ou instrumental. Acredito que os esforços de Mussolini em difundir o fascismo entre os italianos que viviam no Brasil, por meio das agências consulares, fracassou politicamente, mas logrou reviver o sentimento de pertencimento em imigrantes e descendentes – embora nem todos participassem ativamente dessas coletividades, tal como aqueles que viviam em locais mais isolados na zona rural.

No capítulo 3, mostro que “ser italiano” a partir da visão do Outro, já não é mais perigoso atualmente. Ao contrário, pode ser visto como um símbolo de *status*. Agora, reconectar-se com a sua origem agrega valor à sua identidade. Para a primeira geração nascida no Brasil - como apresentei nos exemplos de Frederico Borsari, Henrique Ferrari e Maria Belletti -, ser italiano

era sentir-se parte de uma comunidade que compartilhava uma cultura diversa das outras existentes na cidade. Para os descendentes hoje, percebo que o elo primordial que os ligam a essa origem é o sangue, não tanto mais o exercício da cultura. Até porque, a cultura muda de acordo com as experiências individuais de cada um, inclusive dentro de uma mesma geração. Portanto, é esperado que a italianidade vivida pelos filhos dos imigrantes seja diferente daquela que os descendentes consideram atualmente. Nesse contexto, a obtenção do passaporte italiano é uma forma que os descendentes encontram para legitimar suas origens. Muitos estão interessados em pedir o reconhecimento de sua cidadania, uma vez que essa nova pátria que irão pertencer, lhes abre novas possibilidades. Seja para ter livre acesso a vários países, agregar *status* por ter uma nacionalidade europeia ou, simplesmente, por realização pessoal.

Com o crescimento dos reconhecimentos de cidadania no Consulado da Itália em Belo Horizonte, acompanhei também o desenvolvimento de um “mercado da cidadania italiana”, com a oferta de serviços de diferentes modalidades para que o descendente obtenha sua dupla cidadania. Ao passo em que a Itália é conhecida por ser uma “mãe” no que tange a não existência de um limite de geração na transmissão da cidadania, o governo italiano está visando uma retribuição por parte dos descendentes. Do meu ponto de vista, o turismo de retorno é uma iniciativa de promover essa troca e fomentar a italianidade entre aqueles que residem no exterior. Os mesmos esforços que a Itália fez para difundir a ideia de nação após a Unificação e em conquistar os italianos para disseminarem a ideologia fascista, estão sendo postos em prática, novamente, para alcançar seus interesses econômicos. Chegar até os italianos no exterior sempre foi o objetivo dessas políticas, que são vendidas como mais uma forma de legitimação da italianidade.

Para concluir, a resposta para o meu problema de pesquisa é que a identidade dos descendentes, com respeito à origem italiana, se construiu no lugar da memória e através das mudanças sociais. Os Estados foram e são atores fundamentais na produção de mudanças. Em primeiro lugar, a imigração e a alocação de indivíduos de origens territoriais diferentes (levando em consideração a antiga divisão da Itália por reinos), mas de costumes semelhantes em Pedra Dourada, possibilitou interações e trocas para a formação de uma nova identidade étnica comum a todos os italianos. Em segundo lugar, as intervenções fascistas/de partidos de cunho fascista e as opressões aos imigrantes ocasionaram um silenciamento de determinadas práticas coletivas, mas por outro lado, uma aproximação ao lugar de origem. Em terceiro lugar, o aumento da emigração no Brasil, a oportunidade da obtenção da cidadania italiana e o reaparecimento dessa política de retorno faz com que a italianidade seja mais uma vez e, constantemente, ressignificada pelos descendentes. Eles recriam práticas culturais que fazem

sentido para o exercício da italianidade e de construção da memória. Conforme coloca Cury (2003), “a memória se constrói enquanto releitura e invenção” (p. 14), da mesma forma em que cada descendente compartilha de sinais diacríticos com outros de mesma origem, mas devido a suas experiências pessoais, cada um tem sua maneira de ser sentir italiano. Seja ouvindo canções folclóricas sobre a vida rural nos séculos passados, como eu faço ou como outros, indo atrás do reconhecimento da nacionalidade para que possam ingressar, sem problemas, nos Estados Unidos para mais um passeio na *Disney*.

BIBLIOGRAFIA

- ABERCROMBIE, Thomas A. *Caminos de la memoria y del poder: etnografía e historia en una comunidad andina*. Lima: Institut Français d'Études Andines, 2006.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 330 p.
- BARBOSA FILHO, Fernando de H. "A crise econômica de 2014/2017". In: *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 51-60. São Paulo, 2017.
- BARTH, Fredrik. "Etnicidade e o Conceito de Cultura". In: *Revista Antropológica*, n. 19, p. 15-30, 2º sem. Niterói, 2005.
- _____. *Los grupos étnicos y sus fronteras: la organización social de las diferencias culturales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- _____. "Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade". In: VERMEULEN, Hans e GOVERS, Cora. *Antropologia da etnicidade. Para além de Ethnic groups and boundaries*. Lisboa: Fim de século, 2003. p.19-44.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos sociológicos do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BERTONHA, João Fábio. "Entre a bombacha e a camisa negra: notas sobre a ação do fascismo italiano e do integralismo no Rio Grande do Sul". In: *Estudos Ibero-Americanos*, v. 24, n. 2, p. 247-268. Rio Grande do Sul, 1998.
- _____. "Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil". In: *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 40, p. 85-104. São Paulo, 2001.
- _____. "O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943". In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n. 2, p. 106-130. Rio de Janeiro, 1997.
- _____. *Os italianos*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. 304 p.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.
- _____. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do mundo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- _____. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- CAMPOLI, Federico. *Camponeses de Engenho e Arte: história e geografia dos imigrantes italianos em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Manuscritos, 2013. 397 p.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CISCOTTO, Anísio. *A imigração italiana em Minas Gerais: A Fazenda do Rochedo (1888-1889)*. Belo Horizonte: Ramallete, 2015. 216 p.
- COLAICOMO, Paola. “Nei serials e nelle telenovelas”. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina e FRANZINA, Emilio. (Orgs.). *Storia dell’emigrazione italiana*. Roma: Donzelli Editore, 2002.
- COLBARI, Antonia. “Familismo e Ética do Trabalho: O Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 17, n. 34, p.53-74. São Paulo, 1997.
- COMERFORD, John. “Onde está a “comunidade”? Conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o “rural” e o “urbano”. In: *Ruris*, v. 8, n. 2, p. 7-29. Campinas, setembro de 2014.
- CRUZ, Natalia dos Reis. “A miscigenação racial na doutrina do sigma: o discurso velado do racismo integralista”. In: *Dimensões – Revista de História da UFES*, v. 18, p. 221-235. Espírito Santo, 2006.
- CRUZ, Rodrigo A. B. da. *Brimos em Minas: processos de construção identitária na comunidade árabe de Juiz de Fora*. 2013. 145 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2013.
- CURY, MARIA Z. F. “Fronteiras da memória na ficção de Milton Hatoum”. In: *Letras*, n. 26, p. 11-19. Santa Maria, 2003.
- DÓRIA, Carlos Alberto. *A Formação da Culinária Brasileira*. São Paulo: Publifolha, 2009.
- DUARTE, Luiz F. D. e GOMES, Edlaine de C. *Três Famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 313 p.
- ECO, Umberto. *Cinco Escritos Morais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.
- FONSECA, Claudia. “Apresentação – De família, reprodução e parentesco: algumas considerações”. In: *Cadernos Pagu*, n. 29, p. 9-35. Campinas, julho-dezembro de 2007.
- GAMBINI, Roberto. “Corações partidos no Porto de Gênova”. In: *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 264-296. São Paulo, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- GOFFMAN, Erving. “Estigma e identidade social”. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

- GONÇALVES, Leandro P. “Plínio Salgado e Integralismo: relação franco-luso-italiana”. In: *Lusitânia Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, v. 26, n. XXVI, 2ª série. p. 133-154. Porto, 2012.
- GRIN, Monica. “Etnicidade e Cultura Política No Brasil: o caso dos imigrantes judeus do Leste Europeu”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 10, n. 28, p. 139-156. São Paulo, 1995.
- GUPTA, Akhil e FERGUSON, James. “Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença”. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. p. 30-49.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Edições Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HOBSBAWN, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições”. In: HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- JARDIM, Denise F. “Famílias palestinas no extremo sul do Brasil e na diáspora: experiências identitárias e aduaneiras”. In: *Cadernos Pagu*, n. 29, p. 193-225. Campinas, julho-dezembro de 2007.
- KATZ, Mónica; AGUIRRE, Patricia e BRUERA, Matías. *Comer: puentes entre la alimentación y la cultura*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2010.
- LIA, Cristine Fortes. “Imigrantes judeus e italianos: as relações interétnicas e a campanha de nacionalização”. In: *MÉTIS: história e cultura*, v. 9, n. 17, p. 43-53. Janeiro/junho de 2010.
- MACCRACKEN, Grant. “A produção do consumo moderno”. *Cultura e Consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARTES, Ana Cristina B. “Emigração brasileira: formação de mercados de consumo de produtos brasileiros no exterior”. In: *ERA - Revista de Administração de Empresas*, v. 41, n. 1. São Paulo: FGV – EAESP, 2001.
- MAZUCATO, Thiago (Org.). *Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico*. 1ª ed. São Paulo: FUNEPE, 2018.
- MONTEIRO, Norma de Goés. *Imigração e Colonização em Minas 1889-1930*. Minas Gerais: Editora Itatiaia, 1994.
- MOREL, Regina L. de M. e PESSANHA, Elina G. da F. “Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 6, n. 17. São Paulo, 1991.

- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo: Publifôlha, 2000.
- OLIVEIRA, Flávia. A. M. de. Padrões alimentares em mudança: a cozinha italiana no interior paulista. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 51, p. 47-62. São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. “Uma etnologia dos “índios misturados”?: situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. p. 11-39.
- REVEL, Jacques. “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 434-590. Rio de Janeiro, 2010.
- SAHLINS, Marshall. “La pensée bourgeoise”. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 166-203.
- SANSONE, Livio. “Introdução: Um Paradoxo Afro-latino? Marcadores étnicos “Ambíguos”, divisões nítidas de classe e uma cultura negra vivaz”. *Negritude sem Etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador/Rio de Janeiro: 2004. p. 9-35.
- _____. “Urbanismo, globalização e etnicidade”. In: PINHO, Osmundo A. e SANSONE, Livio. (Orgs.). *Raças: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 151-191.
- SANTANA, Emerson N. “Camisas-verdes em marcha no solo mineiro”. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v.1, n.42, p. 83-94. Belo Horizonte, 2006.
- SANTOS, Fabiane dos. “A construção do inimigo: é tempo de guerra, medo e silêncio”. In: *Revista Santa Catarina em História*, v. 1, n. 2, p. 62-72. Santa Catarina, 2007.
- SANTOS, Higor M. G. “Você já foi a Minas? Não? Então vá!”: notas sobre a propaganda imigratória mineira e suas alusões territoriais no findar dos Oitocentos”. In: *Revista de Geografia – PPGEU - UFJF*, v. 5, p. 1-14. Minas Gerais, 2015.
- SANTOS, Miriam de O. e ZANINI, Maria C. C. “Mangia che te fa bene! Comida e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul”. In: *Travessia – Revista do Migrante*, n. 72, p. 41-53. São Paulo, 2013.
- TEIXEIRA, Daniel B. *Comunidades em Movimento: etnografia de prosa e mobilidade entre pequenos produtores de café na Zona da Mata em Minas Gerais*. São Paulo: Fonte Editorial, 2016.
- TRENTO, Angelo. *Do Outro Lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

_____. Um “brasilianista italiano”: entrevista com Angelo Trento. In: *Áskesis*, v. 6, n. 2, p. 202-207. São Paulo: Julho/Dezembro de 2017. Entrevista concedida a Carla Fernandes da Conceição e João Paulo da Silva.

TRUZZI, Oswaldo. *Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)*. São Paulo: Editora Unesp, 2016. 137 p.

VASCONCELOS, Iana dos S. e SANTOS, Sandro M. A. “Quem é da família? Reflexões sobre parentesco e mobilidade”. In: *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 25, n. 49, p. 249-265. Brasília, abril de 2017.

VEBLEN, Thorstein. *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VILLEN, Patricia. “Brasil, país de expulsão? Desemprego e Emigração no Brasil”. In: *ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, v. 203, p. 1-5. São Paulo: 2018.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010. 255 p.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2011. 128 p.

ZANELATTO, João Henrique. “O Fascismo Italiano e o Integralismo em Santa Catarina”. In: XIV Encontro Estadual de História – Tempo, memória e expectativas, 2012, Florianópolis. *Anais do XIV Encontro Estadual de História – Tempo, memória e expectativas*. Florianópolis, 2012.

Sites

http://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/italia/noticias/2018/11/27/polemico-decreto-salvini-e-aprovado-pelo-parlamento-da-italia_e00503b9-1d5f-4d28-8906-69113edbb3a6.html - Acesso no dia 25 de junho de 2019.

https://brasilelpais.com/brasil/2016/01/13/opinion/1452701029_579409.html - Acesso em maio de 2016.

<https://comunitaitaliana.com/italia-pais-que-mais-concede-cidadania-a-brasileiros-na-ue/?fbclid=IwAR2BDNAYWbXw2KDi7I0FG37iXBJVXS6lQZr6EvTWHgMK2lqsTvQ4ZoW0GYI> – Acesso no dia 11 de julho de 2019.

<https://comunitaitaliana.com/turismo-de-retorno/> - Acesso no dia 25 de junho de 2019.

<https://istoe.com.br/numero-de-brasileiros-que-obtem-cidadania-italiana-sobe-300/> - Acesso em 10 de agosto de 2018.

<http://pingiovani.regione.puglia.it/vincitori/raiz-italiana> - Acesso no dia 20 de junho de 2019.

<http://pingiovani.regione.puglia.it/blog/raiz-italiana-e-la-guida-ai-viaggi-delle-radici-la-parola-ai-protagonisti?fbclid=IwAR2TQMlu66XvhwGzs1yboo-tr-NjvU7FUyPGn1y8m7PdxXTi-BswOPSMskc> – Acesso no dia 02 de julho de 2019.

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41987454> - acesso no dia 30 de junho de 2019.

https://www.change.org/p/n%C3%A3o-%C3%A0s-restri%C3%A7%C3%B5es-de-cidadania-italiana-ius-sanguinis?fbclid=IwAR1tWY_w5qy6ZxMOT-4LCtiSJhd3TgMwG33CksBqRPeUmbj0A9mLIfrz4vs - Acesso no dia 25 de junho de 2019.

<https://www.change.org/p/presidente-del-consiglio-dei-ministri-giuseppe-conte-no-ai-limiti-per-il-riconoscimento-della-cittadinanza-italiana-degli-italo-discendenti> - Acesso no dia 25 de junho de 2019.

<https://www.insieme.com.br/pb/48-meses-e-vinganca-contr-a-os-italo-descendentes-diz-taddone-sobre-o-texto-do-decreto-salvini-objetivo-seria-inviabilizar-cidadania-na-italia/> - Acesso no dia 26 de junho de 2019.

<https://www.insieme.com.br/pb/ius-sanguinis-dois-testes-na-prova-de-cidadania-e-o-que-preve-petrocelli-presidente-da-comissao-de-relacoes-exteriores-do-senado/> - Acesso no dia 03 de julho de 2019.

<https://www.insieme.com.br/pb/prefeito-de-napoles-e-regiao-da-campania-abracam-a-ideia-do-turismo-de-retorno-diz-mezzogiorno-um-golpe-na-mafia-da-cidadania/> - Acesso no dia 25 de junho de 2019.

<http://www.integralismo.org.br/?cont=123#.W8Ua9XtKils> - Acesso no dia 17 de outubro de 2018.

<http://www.integralismo.org.br/?cont=825&ox=2> - Acesso no dia 17 de outubro de 2018.

<http://www.integralismo.org.br/?cont=900&ox=1#.W8gKKVVKils> - Acesso no dia 17 de outubro de 2018.

<https://www.panorama.it/economia/numeri/turismo-di-ritorno-un-business-per-litalia/> - Acesso no dia 20 de junho de 2019.

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/xoopsfaq/index.php?cat_id=4 - Acesso no dia 19 de agosto de 2019.

<https://www.youtube.com/watch?v=eTHJf5pqHhA> – Acesso no dia 20 de junho de 2019